

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Entre o Mar e o Rio- Percurso Pedonal e Complexo Desportivo  
Vazios Urbanos em Vila do Conde

Maria Fróis Antunes

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Catedrático,  
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Mestre Rita Alexandra Carlos Rodrigues, Iscte, Instituto  
Universitário de Lisboa

novembro, 2022



Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Entre o Mar e o Rio- Percurso Pedonal e Complexo Desportivo  
Vazios Urbanos em Vila do Conde

Maria Fróis Antunes

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Orientador:

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Catedrático, Iscte,  
Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Mestre Rita Alexandra Carlos Rodrigues, Iscte, Instituto Universitário  
de Lisboa

novembro, 2022



**Entre o Mar e o Rio-** Percurso Pedonal e Complexo Desportivo  
Vazios Urbanos em Vila do Conde



## Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao orientador, Prof. Dr. Paulo Tormenta Pinto, pela contribuição na realização deste trabalho.

À coorientadora, Arq.<sup>a</sup> Rita Rodrigues, por toda a ajuda, disponibilidade e mentoria no processo de elaboração do projeto.

Ao Prof. Pedro Pinto e à Arq.<sup>a</sup> Ana Brandão pela colaboração essencial na estrutura do trabalho.

Agradeço também a disponibilidade por parte do Sr.<sup>o</sup> Sérgio Palhares do Arquivo Municipal de Vila do Conde.

À Arq.<sup>a</sup> Sara Oliveira e ao Sr.<sup>o</sup> João Figueira do Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, por toda a documentação importante cedida.

À Arq.<sup>a</sup> Paisagista Fernanda Órfão e à Eng.<sup>a</sup> Sara Lobão Pereira da Câmara Municipal de Vila do Conde, pela disponibilidade.

Aos meus colegas, que me acompanharam sempre durante este ano e que fazem parte deste trabalho, Cátia Meireles, Daniel Gomes e Ricardo Ferreira.

A todos os professores no meu percurso académico que me ensinaram e formaram em Arquitetura.

Obrigada ao amigos que fiz durante o período académico, em especial neste último ano.

Um grande obrigada à Luísa Morais Sarmiento, pela amizade, e por me ter acompanhado em tudo durante todos estes anos.

Em último gostaria de agradecer à minha família, porque sem eles, nada disto teria sido possível. À minha irmã, aos meus avós, à minha tia e às minhas primas, que estiveram e estarão sempre a meu lado e

me apoiaram em todos os momentos. À minha mãe, o pilar da minha vida, obrigada por todo o amor e cumplicidade, obrigada por seres tudo.

Ao Vasco, meu companheiro de vida, por estar sempre ao meu lado, em todas as situações, pela força e determinação, pela paciência e apoio incondicional. Como diria Tomás Wallenstein “Eu sempre disse a mesma coisa, se eu não ficar contigo é tudo em vão”.





## Índice

Resumo   Abstract	10
Enquadramento	15
01   Texto Crítico	
<b>Álvaro Siza - O caso dos parques de Vila do conde: Espaço natural gerador de Espaço público</b>	<b>19</b>
02   Projeto Final de Arquitetura	
<b>Vazios Urbanos de Vila do Conde</b>	<b>65</b>
<i>Entre o Mar e o Rio</i> Maria Fróis	79
A Piscina no Pinhal Daniel Gomes	
Revitalização do Mercado Municipal Cátia Meireles	
Cais Cultural da Seca do Bacalhau Ricardo Ferreira	
03   Atlas	
<b>Construir no SUL</b>	<b>135</b>

## Resumo

Este presente trabalho, dentro do projeto de Investigação - Monumentalidade Crítica em Álvaro Siza, pretende discutir uma nova visão de Siza sobre um conjunto de projetos em Vila do Conde - com maior relevância no Programa Polis. Assim elabora-se uma narrativa histórico-argumentativa geradora de um pensamento de cidade. Dentro dos quatro casos de estudo - Chaves, Viana do Castelo, Vila do Conde e Matosinhos - o caso de Vila do Conde é particular, dada a natureza singular dos projetos do arquiteto, de cariz predominantemente público de grande escala.

O trabalho estabelecerá uma construção histórica da cidade de Vila do Conde, incidindo sobre uma série de factos urbanos e de acontecimentos de fomento de cidade. Em seguida, é introduzido o Programa Polis e a sua nova visão de desenho urbano e qualificação das cidades, relatando as suas iniciativas e projetos em Vila do Conde. Posteriormente, serão relatadas as quatro obras de Siza Vieira em Vila do Conde, com duas obras nos períodos das décadas de 70 e 80; e com os projetos do Programa Polis. É feita uma aproximação aos projetos dos Parque Urbano e Parque Atlântico, desde a sua conceção conceptual até à sua construção, dentro do objetivo argumentativo sobre o Espaço Público.

Seguidamente, é elaborada a estratégia de grupo relativa ao crescimento fragmentado da cidade, geradora de espaço público. É enumerada uma hierarquia de vias, criando uma rede de mobilidade, que integra quatro “vazios urbanos”. Estes vazios são as áreas de desenvolvimento dos projetos individuais, tendo por base a conceção da estratégia de grupo.

A proposta individual, “Entre o Mar e o Rio” passa por criar um caminho pedonal programático que pretende despoletar a consolidação de um vazio primordial significativo de Vila do Conde, deixado assim pelas sucessivas intervenções que foram marcando o crescimento da malha urbana entre o centro histórico e a frente de mar.

O caminho pedonal é elevado, preservando o solo dunar da área de intervenção. O projeto liga a Avenida Júlio Graça e a Avenida do Brasil nas traseiras de uma proposta de edifícios de habitação, criando acessos e distribuindo um programa desportivo com instalações de apoio para a transposição dos campos de jogos e parques didáticos. Estes encontram-se no centro da Avenida Júlio Graça, e bloqueiam a ligação transversal entre os seus dois lados, terminando com a proposta de uma promenade que sirva simultaneamente de rua pedonal e ciclável, bem como, de ponte para acesso a outra margem, o parque da Azurara. O programa distribui-se por pequenos pavilhões complementares, que ocupam algumas das clareiras do parque.

Estruturando o vazio através de um eixo, pretende-se resolver uma situação secular de abandono, atribuindo uma função ao espaço, antecipando uma especulação imobiliária iminente que resultaria numa privatização de um possível espaço público para a cidade.

Entre o mar e o rio, cria-se um percurso que se interliga com a malha urbana, em continuidade com o centro histórico. Trata-se de uma infraestrutura que serve a população.

Palavras-chave:  
Vila do Conde; Álvaro Siza; O vazio; cordão dunar; Complexo Desportivo; Percurso Pedonal.



## Abstract

This work, within the Research project - Critical Monumentality in Álvaro Siza, intends to discuss a new vision of Siza on a set of projects in Vila do Conde - with greater relevance in the Polis Program. Thus, a historical-argumentative narrative is defined, generating a concept of the city. Within the four case studies - Chaves, Viana do Castelo, Vila do Conde, and Matosinhos - the case of Vila do Conde is particular, given the unique nature of the architect's projects, predominantly urban scale public projects.

The work will establish a historical construction of the city of Vila do Conde, focusing on a sequence of urban facts and events that promote the city. Then, the Polis Program and its new vision of urban design and qualification of cities are introduced, reporting its initiatives and projects in Vila do Conde. Subsequently, the four works of Siza Vieira in Vila do Conde will be described, with two projects in the period attributed to the 70s and 80s; and with the Polis Program projects. An approximation is made to the works of Parque Urbano and Parque Atlântico, from their conceptual conception to their construction, within the argumentative objective of the Public Space.

Next, the group strategy is generated, regarding the fragmented growth of the city, which defines public space. A hierarchy of roads is listed, creating a mobility structure, which integrates four "urban voids". These voids are the development areas of individual projects, based on the design of the group strategy.

The individual proposal, "Between Sea and River" is to create a programmatic pedestrian path that intends to trigger the consolidation of a significant primary void of Vila do Conde, left by successive interventions that have marked the growth of the urban fabric between the historic centre and the seafront.

The pedestrian path is elevated, preserving the dune soil of the intervention area. The project connects Avenida Júlio Graça and Avenida do BrasilW at the back of a proposal of housing buildings, creating accesses and distributing a sports program with support facilities for the transposition of the playing fields and educational parks. These are located in the centre of Avenida Júlio Graça, and block the transversal connection between its two sides, ending with the proposal of a promenade that serves simultaneously as a pedestrian and cycling street, as well as a bridge for access to the other bank, the Azurara park. The program is distributed by small complementary pavilions, which occupy some of the park's clearings.

Structuring the void through an axis, it intends to solve a secular situation of abandonment, attributing a function to the space, anticipating an imminent real estate speculation that would result in a privatization of a possible public space for the city.

Between the sea and the river, a path is created that interconnects with the urban mesh, in continuity with the historic centre. It is an infrastructure that serves the population.

### Keywords:

Vila do Conde; Álvaro Siza; The void; dune cord; Sports Complex; Pedestrian Route.





## Enquadramento

Este livro compõe o trabalho desenvolvido na Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura 2021/2022 coordenado por Paulo Tormenta Pinto, Pedro Luz Pinto, Ana Brandão, e teve também a colaboração de Catarina Santos, Elodie Marques, Filipe Prudêncio, Francisco Freitas e Rita Rodrigues.

O caderno é composto pelos seguintes elementos:

- 01 | Texto Crítico das obras de Álvaro Siza em Vila do Conde:

- **Álvaro Siza** - O caso dos parques de Vila do Conde: Espaço natural gerador de Espaço público.

Enquadrado no Projeto de Investigação "A Monumentalidade Crítica De Álvaro Siza – Projetos de Renovação Urbana depois da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo'98)".

---

- 02 | Projeto de Arquitetura

- Estratégia integradora de grupo à escala urbana:
  - Vazios Urbanos de Vila do Conde

- Estratégias individuais:

- Entre o Mar e o Rio
  - A piscina no Pinhal
  - Revitalização do Mercado Municipal
  - Cais Cultural da Seca do Bacalhau.
- 

- 03 | Atlas

- **Construir no SUL** - Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

**PINTO, Paulo Tormenta** - Construir no SUL – Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea. Estudo Prévio. Lisboa: CEACTIONAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2015. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: [www.estudoprevio.net](http://www.estudoprevio.net)]







Fig. 03 - Fotografia Parque Atlântico, Sara Oliveira.



**Álvaro Siza** - O caso dos parques de Vila do Conde  
Espaço natural gerador de Espaço público



## Introdução

No presente texto crítico, apresentamos um estudo sobre a obra de Álvaro Siza. O trabalho debruça-se sobre os dois projetos mais recentes em Vila do Conde, realizadas no âmbito do Programa Polis: Parque Urbano de Caxinas (2004), o Parque Atlântico (2005), enquadrados em duas realidades diferentes.

O primeiro é um projeto realizado em parceria com o Arquiteto Paisagista João Gomes da Silva, situado no centro do núcleo habitacional de Caxinas, a norte do centro de Vila do Conde. Localizado num antigo terreno baldio dentro de uma malha urbana regular, o projeto do Parque Urbano reestrutura um conjunto de vias e constrói um ambiente de parque murado.

O segundo é um projeto de grande escala que compreende a frente marítima de Vila do Conde, mais concretamente o troço sul até à foz do Rio Ave. O Parque Atlântico faz a transição entre mar e cidade - delimitando uma duna primária, requalificada por Siza. A intervenção constitui, na sua essência, um desenho de vias e de espaço exterior.

Como suporte para o trabalho, foram consultadas e analisadas as fontes primárias presentes no Arquivo Municipal de Vila do Conde, na Fundação Calouste Gulbenkian, no CCA - Canadian Center for Architecture e na Biblioteca Nacional de Portugal. A pesquisa nestas entidades e o estudo do material adicional, fornecido pela Arquiteta Sara Oliveira, permitiram obter informação relativa à evolução histórica da cidade, compreendida no intervalo temporal protagonizado pelo desenvolvimento da cultura balnear e pela implementação do Programa Polis. Foram também relevantes alguns livros e trabalhos académicos, dos quais salientamos: A Escola do Porto: Lado B de Pedro Bandeira (Bandeira, 2014) ; A Periferia Perfeita de

Jorge Figueira (Figueira, 2014); Vila do Conde de Marta Miranda (Miranda, 1998); Profissão Poética de Kenneth Frampton (Frampton, 1988) e a Dissertação de Mestrado da Arquiteta Sara Oliveira: O Impacto do Programa Polis na Frente Marítima de Vila do Conde (Oliveira, 2020).

Neste contexto, a investigação em torno das obras do Arquiteto Álvaro Siza é conduzida pelo interesse da análise tipológica e pelo processo de conceção do espaço público. Esta perspetiva parte do trabalho de Jacinto Rodrigues (1975) e, da teoria dos desurbanistas: uma teoria utópica que procurava responder aos problemas sociais e políticos por via da arquitetura à escala urbana. Este argumento parte do conhecimento sobre um conjunto de trabalhos realizados no período pós 25 de Abril de 1977, num contexto sociopolítico bastante específico da história de Portugal, explanado por Pedro Bandeira no livro A Escola do Porto: Lado B (2014).

Esta investigação tem como finalidade o estudo de uma vertente menos explorada da obra de Álvaro Siza, que se caracteriza pela conceção de obras à escala urbana. A análise inclui a compreensão da cidade de Vila do Conde no seu todo geográfico, morfológico e histórico e, ainda, o estudo das obras do arquiteto Álvaro Siza neste contexto. Procurando um cariz provocatório, a investigação imagina como a utopia pode servir de base para a conceção do espaço público e como este pode intervir na consolidação da cidade.



## Argumento

Num olhar retrospectivo sobre a obra de Álvaro Siza encontramos uma variedade programática: trabalho a diferentes escalas, lugares e tipologias. Contudo, ao pesquisar sobre a tipologia “parque” ou “jardim”, verificamos que este tipo de intervenção é menos comum no conjunto das suas obras. Poderemos enunciar a Fundação Serralves, no Porto, ou o Venne Park, em Haia, no entanto a peça central de Serralves é o Museu de Arte Contemporânea e o Venne Park faz parte de um complexo habitacional e comercial. Os únicos projetos da mesma tipologia de parques, no trabalho de Siza, são em Vila do Conde. Sobre o parque urbano:

«(...)o primeiro parque público desenhado pelo arquiteto que, confessou, nunca pensou que o projeto fosse avante.» (Marques, 2000).

Estas duas intervenções, o Parque Urbano e o Parque Atlântico, apresentam como premissa de projeto, a valorização das características naturais dos lugares onde se inserem. No Parque Atlântico, a presença de um território dunar [Figura 05] coloca em evidência a estratégia de ocupação daquele espaço. Do mesmo modo, no Parque Urbano, uma antiga pedreira, possivelmente alagada, levanta questões que orientam a abordagem ao lugar, ou seja, Siza, com estes dois projetos, tira partido das premissas territoriais como elementos que conduzem o desenho do espaço público. Trabalhando com a intenção de transformar a cidade, o desenho é ordenador e de alguma forma uniformizador da envolvente, procurando qualificar o espaço urbano. Este exercício de metamorfose do território pode ser interpretado à luz de um pensamento utópico sobre o lugar comum da cidade, neste caso o “vazio” do espaço natural na cidade, muitas vezes em oposição à relação

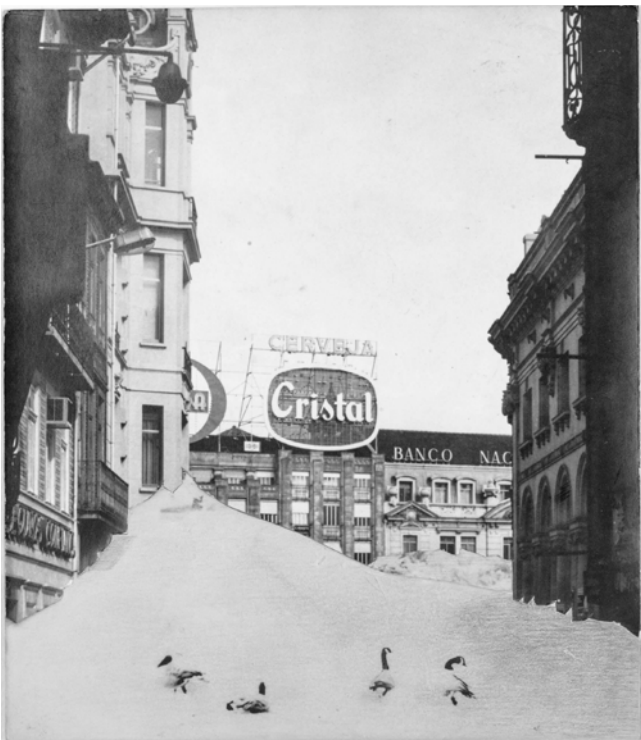
de contraste e desequilíbrio com as zonas edificadas. Podemos ver um exemplo da criação de uma ideia utópica de espaço público no projeto “Organização Insurrecional do Espaço” [Figura 06] apresentado no Livro “Porto Lado B” de Pedro Bandeira. O livro, revela um outro lado do ensino da Arquitetura na Escola das Belas Artes do Porto, desenvolvido no pós 25 de abril. Este lado, motivado pela chegada do professor Jacinto Rodrigues, convidado a lecionar Teoria e Prática de Investigação, por Alexandre Alves Costa, na qual são abordados temas relacionados com a Utopia urbana (Bandeira, 2014). Jacinto Rodrigues publica em 1975, o Livro Urbanisme et Revolution (com a tradução portuguesa no mesmo ano), onde é explanado o argumento essencial para o pensamento utópico sobre a cidade, onde defende a teoria dos desurbanistas.



05

Fig. 05 - Fotografia antiga da Avenida do Brasil, local da futura intervenção do Parque Atlântico de Álvaro Siza, onde é possível ver a duna primária, AMVC.

Fig. 06 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.



07



08



«O desurbanismo, com efeito, não se apresenta como uma solução técnica à crise da cidade capitalista. Corresponde a uma luta política (...). Esta crítica de esquerda opunha-se às formas burocráticas do poder, ao autoritarismo centralizador, ao abandono da luta de classes no que era ainda uma sociedade de transição.» (Rodrigues, 1975 p. 92).

Uma ideia revolucionária contra a cidade capitalista e do regime divisório, realçando a cultura urbana deixada pelo Urbanismo Burguês, estabelecendo como solução um des-urbanismo.

É com esta linha de pensamento anticlassicista que chegamos ao projeto provocador de Fernando Barroso e Mário Ramos: Organização Insurrecional do Espaço.[Figura 07 e 09]. Este projeto, realizado no âmbito da cadeira de Teoria e Prática de Investigação II, é representado por uma série de desenhos, fotomontagens e uma banda desenhada com um texto «irónico, quase cínico, algo desiludido, mas simultaneamente humorístico» (Bandeira, 2014 p. 33). O projeto procura, com a proposta de um “novo solo urbano” de características dunares, esconder a conotação possante dos edifícios. Consegue assim desenhar uma cidade sem classes, sem demonstração de poder, com um solo único uniforme, sem dissimulações, trazendo a génese primária do terreno, desvalorizando novamente as classes e vicissitudes do piso urbano. Nesta vertente utópica, a duna - como elemento natural - é o componente principal de todo o trabalho, dissipando-se pelo território, sendo indispensável para a leitura imaginária da cidade. Neste caso, os edifícios apresentam um papel secundário ao desenho do espaço, estando subjugados pela topografia dunar.

Neste âmbito, a utopia do espaço público compreende o território nativo como elemento basilar para a construção do espaço urbano.



Fig. 08 - Fotografia das Cheias Vila do Conde, analogia entre a ocupação dunar e a ocupação da água, AMVC.

Fig. 07 e 09 - Fotomontagem Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.





Fig. 10 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço, no livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira (2014).

## Vila do Conde

Vila do Conde é uma cidade que se encontra a norte de Portugal [Figura 12, pertencendo à área metropolitana do Porto, tendo como cidades periféricas: Póvoa de Varzim, Maia, Matosinhos, Famalicão e Santo Tirso]. Cidades estas que influenciaram o desenvolvimento e crescimento urbano de Vila do Conde, por apresentarem áreas de maior densidade populacional e desenvolvimento económico (Miranda, 1998), (Ribeiro, 2002).

Uma vez que a cidade tem como fronteira o mar e o rio, as atividades ligadas ao mar começaram a ser praticadas muito cedo como atividades de carácter económico. A pesca, a construção naval, a produção de sal e o comércio por via marítima foram primordiais no desenvolvimento e crescimento de Vila do Conde. No entanto, também a agricultura se tornou fator de crescimento pela relação de proximidade com a água (Miranda, 1998).

Tendo em conta a análise feita, Vila do Conde pode ser entendida em três núcleos urbanos: a zona histórica; o bairro de Caxinas - antigo bairro piscatório; e a frente de mar - zona balnear [Figura 13].

A zona histórica, o primeiro núcleo a ser construído no séc. XII, foi implantado na colina de S. João Batista, junto ao rio Ave, visto que reunia as condições favoráveis, permitindo uma relação direta com o rio - estrada natural de comércio, sendo fonte primordial e potencializadora de recursos. Uma zona mais alta permitia também uma maior vigilância do seu assentamento, para os possíveis ataques. Os registos históricos denotam uma vila com um extenso território dunar à vista do mar (Oliveira, 2020) [Figura 11].

Mais tarde, no séc. XIX, o crescimento da cidade foi-se orientando para o mar até então espaço para pesca e

navegação. Em virtude disso, surgiram os primeiros assentamentos em Caxinas, um bairro a norte do concelho, perto da fronteira com Póvoa de Varzim, caracterizado pela sua comunidade de pescadores. Desenvolve-se, tal como outros bairros piscatórios em Portugal, seguindo uma matriz ortogonal, com construções precárias, construídas neste caso, pelos mesmos artífices que construía os barcos nos estaleiros de Vila do Conde e de Póvoa de Varzim (Oliveira, 2020). O crescimento e desenvolvimento da povoação mantêm este carácter, tanto que já no final do séc. XX, como refere António Madureira<sup>1</sup>, Caxinas era uma povoação com um planeamento «completamente ilegal», com habitações clandestinas, mas aceites como tal [Figura 17].

<sup>1</sup> Entrevista pelos autores ao Arquitecto António Madureira em 8 fevereiro, 2022.

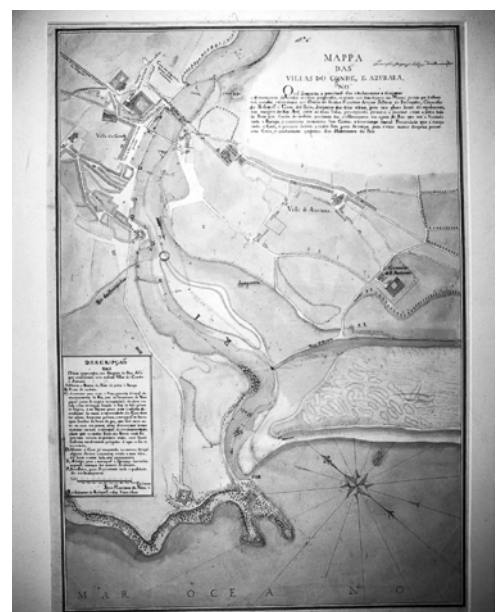
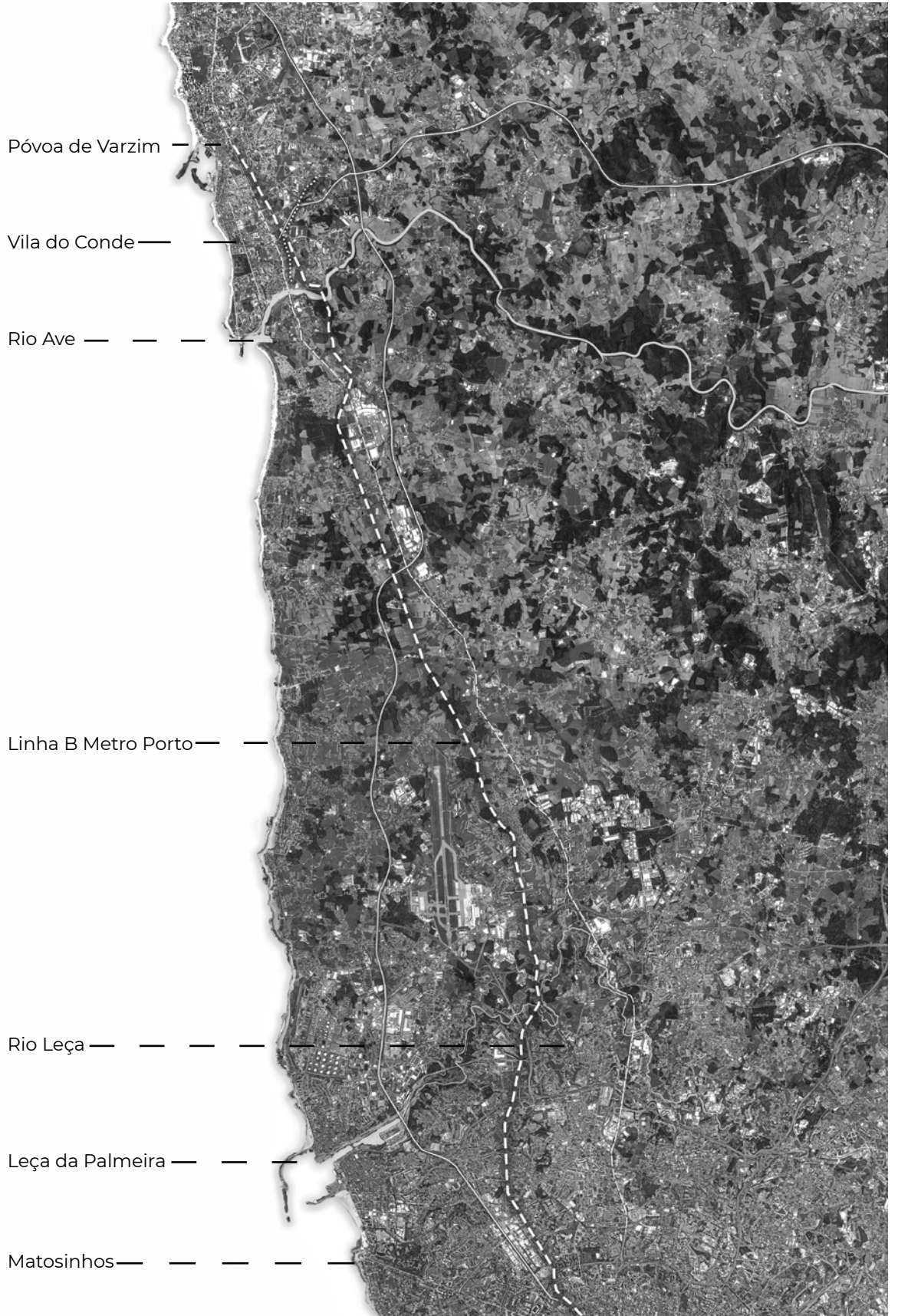


Fig. 11 - Mapa de Vila do Conde - José Francisco de Paiva, 1821-1824 , AMVC.

Fig. 12 - Ortofotomapa Localização de Vila do Conde - Elaborado pelos autores.





No final do séc. XIX, início do séc. XX, surge um outro impulso no crescimento de Vila do Conde. Com a vinda da população burguesa para as praias do Norte, devido à crença nos benefícios para a saúde e bem-estar do mar, surgem novas ruas e novas vivências. A zona circundada pelo rio e pelo mar, nova zona sul, começou a ser desenvolvida com a construção de chalés e palacetes de veraneio. Novas ruas foram lançadas para responder às necessidades desta nova população, em especial a Avenida dos Banhos [Figura 15] onde foram construídos o casino [Figura 14], o teatro e o hotel da avenida. No término desta rua, foi implementada a Avenida Júlio Graça, na forma de uma grande alameda, proporcionando um grande jardim burguês à vila (Oliveira, 2020) [Figura 18].

Ao longo do séc. XX foram realizados nesta zona inúmeros eventos automobilísticos e hípicas [Figura 16], com destaque para as corridas da “Princesa do Ave”, que a partir de 1931 tiveram início na Avenida do Brasil, junto ao Forte, e que se realizaram por várias edições com concorrentes vindos de vários países. O “I circuito do Ave” foi organizado pelo Turismo de Vila do Conde e com o apoio logístico da Comissão Desportiva da Secção Regional Norte do ACP- Automóvel Clube de Portugal. A requalificação da avenida pelo Programa Polis, em 2003, reduziu a faixa de rodagem automóvel que impossibilitou a realização das corridas (Motor 24, 2017).

Em 1951, com o aumento da população, para dar resposta a uma nova expansão da cidade, o Arquiteto Agostinho Ricca, elaborou o antepiano de urbanização de Vila do Conde. Este propunha urbanizar uma nova zona sul, com uma primeira faixa de habitação em contacto com o mar e um parque verde com serviços de apoio à população, aproveitando as zonas dunares que se encontravam sem qualquer tipo de uso. No entanto, apesar de possuir bastante potencial e pertinência, o plano nunca foi executado (Gonçalves, 2012) [Figura 19].



14



15



16

Fig. 13 - Ortofotomapa Vila do Conde, elaborado pelos autores.

A - Bairro Piscatório de Caxinas  
B - Bairro Balnear  
C - Núcleo Histórico

Fig. 14 - Fotografia do Casino de Vila do Conde 1918, AMVC.

Fig. 15 - Postal da Avenida dos Banhos, onde é possível ver os diferentes Chalés de veraneio, AMVC.

Fig. 16 - Fotografia de um Evento Hípico séc.XX, AMVC.

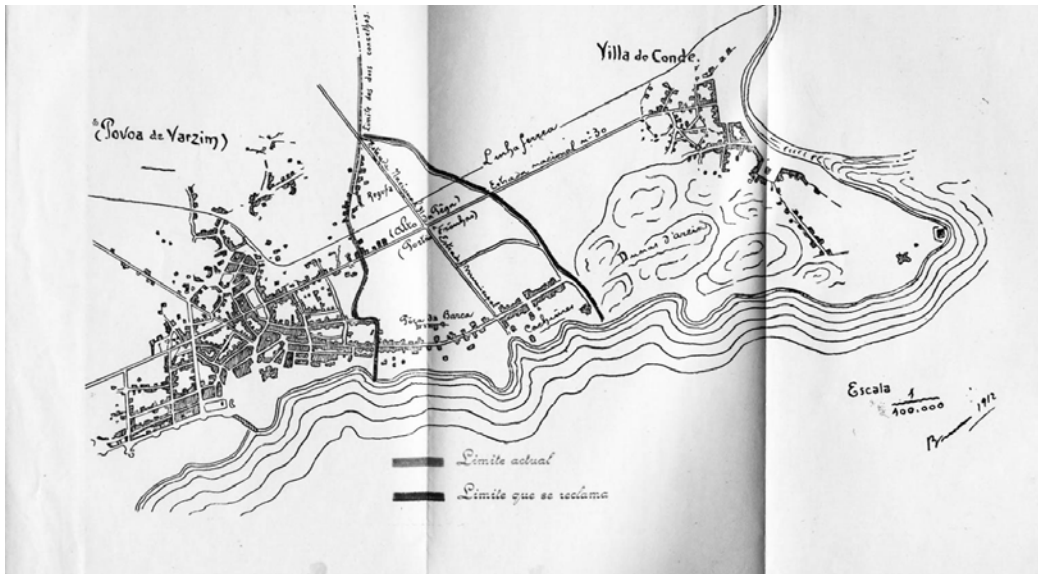


Fig. 17 - Mapa de Caxinas - 1912, Jornalismo Porto Net.

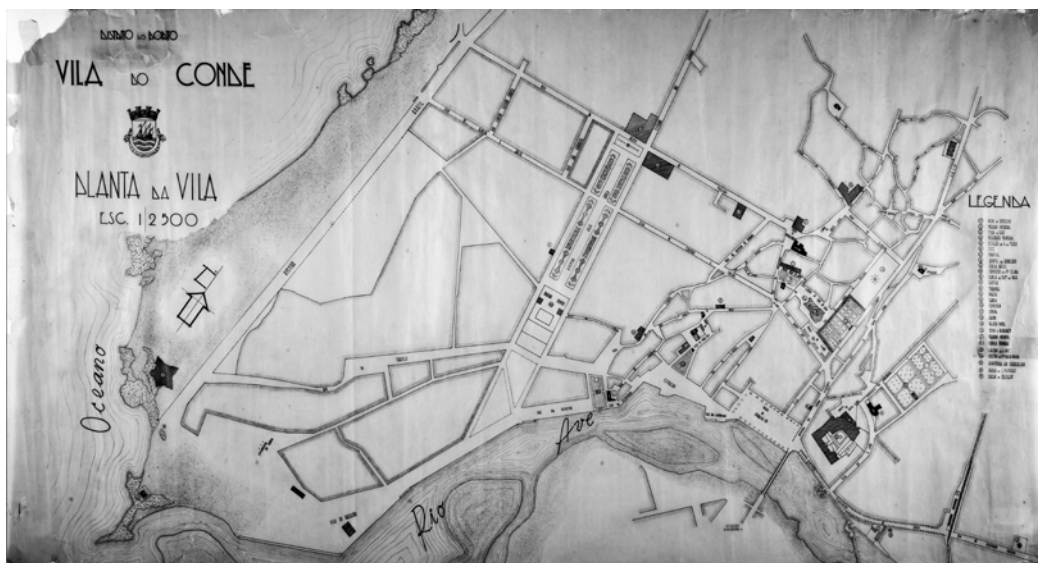


Fig. 18 - Planta de Vila do Conde depois de 1916 | Bairro Balnear - Novas avenidas, AMCV.





Fig. 19 - Antepiano de Urbanização de Vila do Conde, 1951, Agostinho Ricca.

## Conjunto Habitacional Caxinas 1970-72

O parque urbano e o Parque Atlântico não são as primeiras obras de Álvaro Siza em Vila do Conde. Este já tinha duas outras intervenções: o complexo habitacional de Caxinas e o edifício da agência do Banco Borges & Irmão.

Em 1970, Siza Vieira é contactado por António Vila Cova, por sugestão do arquiteto responsável pelo departamento de urbanismo da câmara, Jorge Gigante, com uma encomenda para um projeto de habitação em Caxinas, num terreno junto ao mar, para o qual já tinha tido alguns projetos recusados. Vila Cova, como refere António Madureira, era um homem com bastante poder e influência na comunidade local constituída por pescadores e famílias de pescadores, com dificuldades económicas (Siza, 2021), (Madureira, 2022).

O projeto passava pela reabilitação de um edifício já existente, partindo da sua estrutura de betão armado, e a construção de um conjunto de novos edifícios de habitação.

«o projeto de série linear de Caxinas comportava uma estrita definição urbanística - integrando com a ideia de collage alguns elementos preexistentes de fraca qualidade - a partir de propostas de tipologia variável e adaptável a um processo de construção e de utilização» (Frampton, 1988, p.185).

Posto nesta circunstância, Álvaro Siza encontra-se restringido a elaborar parte do projeto em volta da estrutura pré-existente, assim como o projeto aos futuros moradores, visto que as casas já tinham sido vendidas (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).

«Em Caxinas, a linguagem racionalista dos edifícios realizados convive com uma metodologia que pressupunha a manutenção de edifícios ou programas existentes e a construção de novas estruturas segundo uma norma, mas com resultados indeterminados. Siza constrói nas duas extremidades do lote, criando algumas regras para o seu preenchimento» (Figueira, 2014, p.300).

Contudo, o que se observou mais tarde foi que a população não se adaptou às novas construções, sendo esse um dos motivos para que o conjunto habitacional nunca tenha sido construído na totalidade:

«ficou um desastre, os edifícios, as pessoas não queriam aquilo para nada, não tinha nada a ver com aquilo que entendiam como habitações, estupuraram tudo, não resistiu nada» (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).



Fig. 20 - Fotografia sobre duas habitações do Conjunto Habitacional de Caxinas, Revista LOTUS n.º 9 (1975).

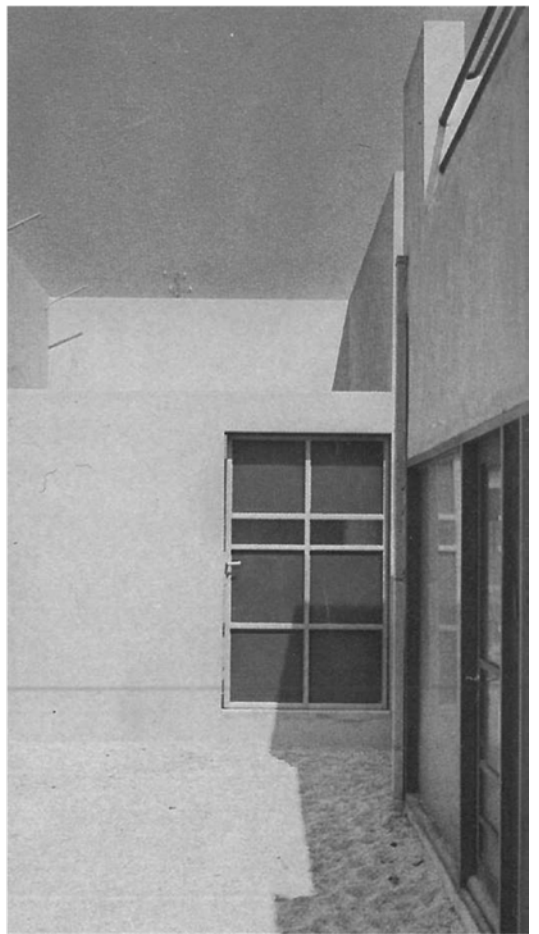
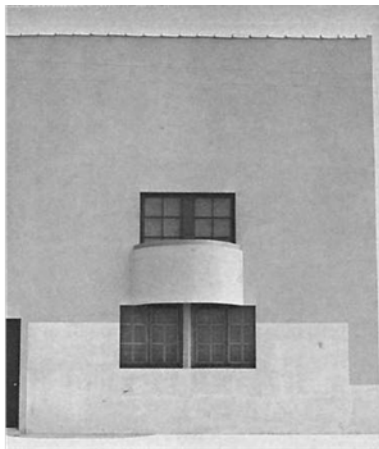


Fig. 21 - Fotografia do Conjunto Habitacional de Caxinas, Architecture D'Ajourn'hui n.º185.

## Banco Borges & Irmão

1978 | 1986

Após o projeto em Caxinas, Álvaro Siza regressa à cidade para uma nova intervenção, em 1986, com a encomenda do Banco Borges e Irmão. Em 1969, já tinha sido convidado para desenhar a filial do banco em Vila do Conde, que embora projetado, acabou por nunca ser construído. Anos mais tarde, em 1977, é convidado a elaborar um novo projeto para o banco, na localização do atual, não sendo construído. Mais tarde, é feita uma 3ª versão de um projeto para o banco, que corresponde ao que atualmente permanece construído (Furtado, 2015).

Na época em que projeta este edifício, Álvaro Siza descobre as publicações das obras de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, e a sua preocupação perante o controle da geometria aumenta.

«A geometria curva segue uma linha de continuidade com investigações anteriores em concursos e projetos não construídos. É uma preocupação que desenvolvi, provavelmente depois da descoberta de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, cujas publicações naquela altura estavam a começar a ser divulgadas.» (El Croquis, vol. 68/69, p.22).

Já no Banco Borges e Irmão, «a curva tinha outra origem, os clientes queriam um edifício com uma certa presença, mas a frente do local era demasiado pequena para fazer algo significativo. A curva continua a produzir uma ampliação da escala da frente da casa, por meio da sua extensão em direção à parede lateral, foi também necessário criar acesso a uma nova praça, e a curva serviu para produzir uma abertura no espaço urbano.» (El Croquis, vol. 68/69, p.23).

O banco ganha forma tendo como base um retângulo. Através da desconstrução do paralelepípedo e de um jogo de curvas em vértices opostos, ganha altura, aproximando-se às cêrceas da envolvente, dando vida ao volume branco.

Com o gesto curvilíneo, o volume aparenta fechar-se sobre si mesmo tendo apenas duas fachadas contínuas, mas, ao mesmo tempo, envolve-se profundamente com o contexto da cidade. A fachada envidraçada permite a criação de um jogo entre luz e sombra, possibilitando ver o interior, tal como o contraste entre os materiais usados, o reboco e o mármore, que faz o embasamento interior e exterior do edifício, assim como o pavimento e a marcação da entrada exterior.

A sua forma curva permite ainda que seja feito um acesso para a Praça José Régio, posteriormente construída.

---

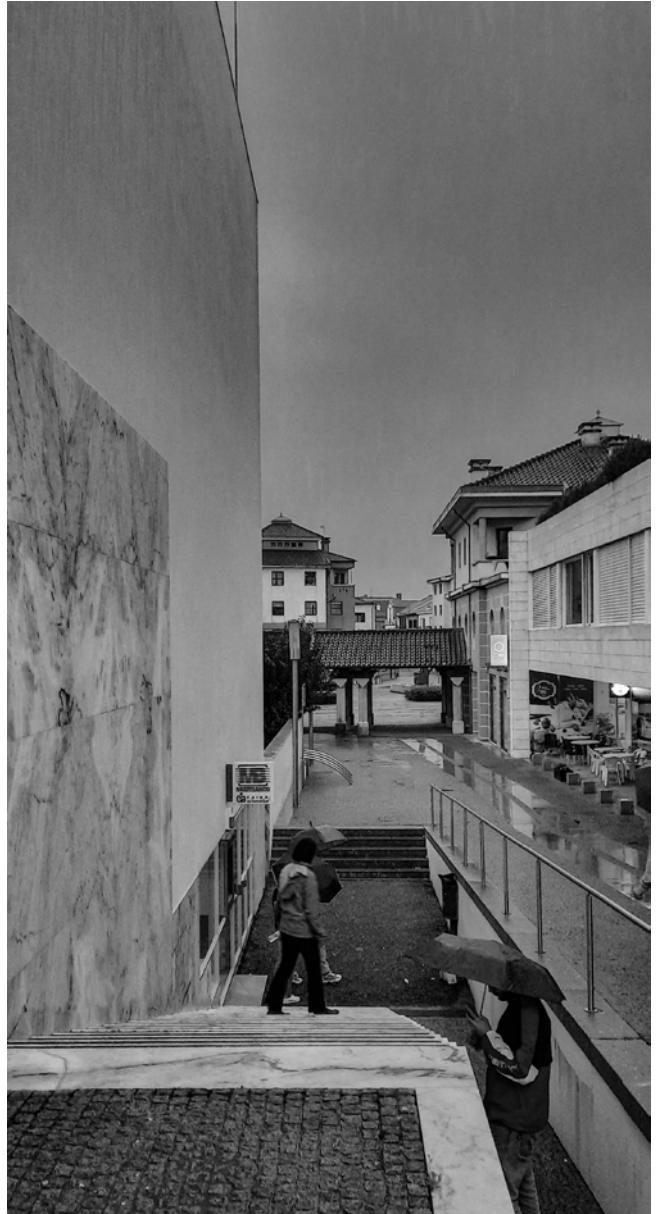
Fig. 22 - Fotografia Vista aérea do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

Fig. 23 - Fotografia Vista do interior do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

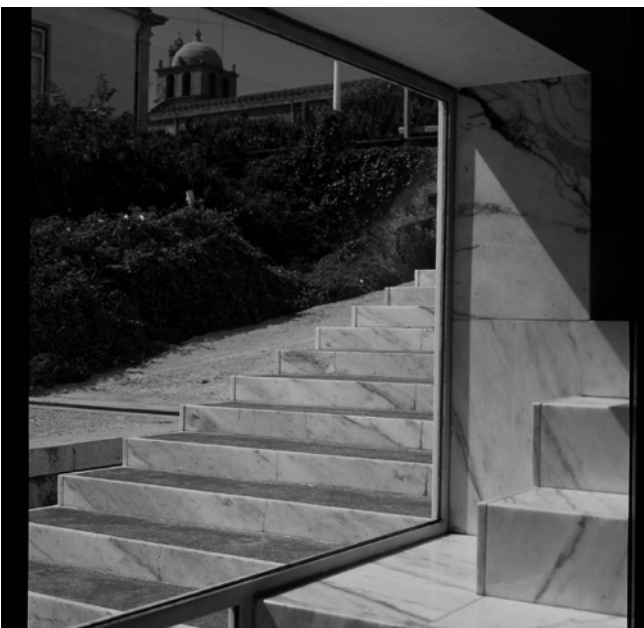
Fig. 24 - Fotografia do Banco Borges & Irmão, dos autores.



22



24



23



## Programa Polis

2000 | 2004

Após estas primeiras intervenções, é com a execução do Programa Polis que Álvaro Siza intervém no espaço público em Vila do Conde. Com o desenvolvimento do programa é gerado um debate crítico sobre a qualidade do espaço público e o modo de reafirmar a cidade, refletindo-se na sinergia da regeneração urbana e da qualificação do espaço ecológico com a introdução de um novo pensamento de cidade e de planeamento urbano.

O Programa Polis - Plano de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - surge «através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território» do XIV Governo como uma das prioridades de desenvolvimento do País (Sousa, 2017). Para compreender o Programa Polis, importa refletir sobre os antecedentes integrados no contexto económico e social do País e da CEE.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, na segunda metade do século XX, Portugal surge numa situação de desenvolvimento económico e reformulação dos parâmetros de qualidade de vida de forma a alcançar os índices de competitividade europeus.

Tornou-se assim fundamental a criação e reestruturação de alguns setores estatais. Uma das vulnerabilidades compreendia o ordenamento do território e a qualidade de vida dos centros urbanos. Por esse motivo, foram criadas uma série de iniciativas pelo Estado Português para combater este tipo de carências.

À escala territorial são criados planos unificadores do território como o Plano Rodoviário Nacional e a criação da Reserva Ecológica Nacional; surgem também planos de desenvolvimento como o Plano de Desenvolvimento Regional ou o Plano Nacional da Política do Ambiente.

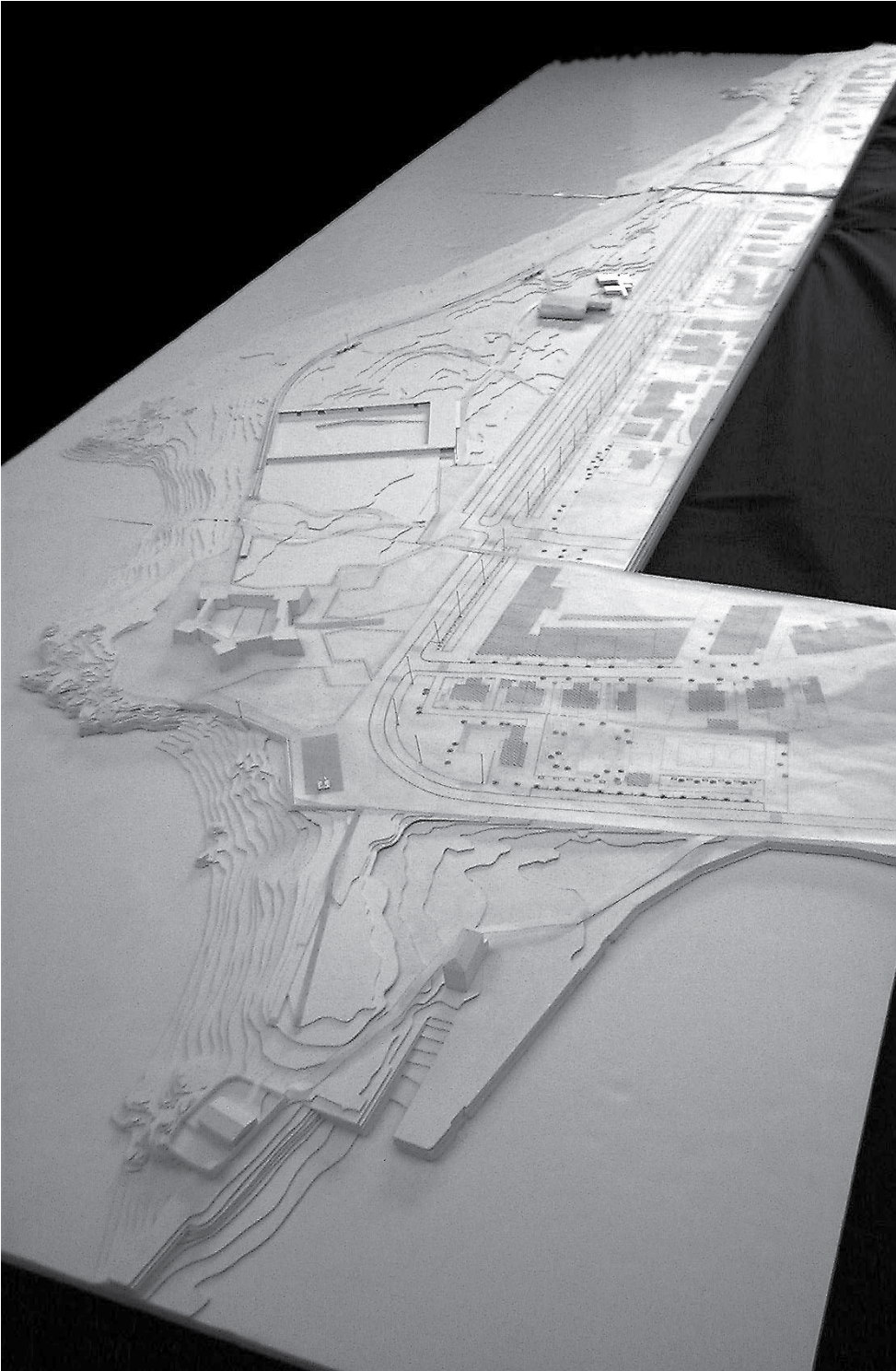
No entanto, é com a Exposição Internacional de Lisboa em '98, através da criação entre o Estado Português e a Câmara Municipal de Lisboa, a Parque Expo, S.A. que é feita uma ação interventiva na cidade através de uma nova forma de fazer cidade implementando novos conceitos e ideias.

A Expo'98, que atuou igualmente como uma demonstração mundial da inovação portuguesa no ordenamento do território e planeamento urbano, transmutou para debate a necessidade da reprodução de uma intervenção similar no resto das cidades portuguesas, elevando os parâmetros nos centros urbanos do País.

Com base nesse debate, é criado no XIV Governo Constitucional, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território com o intuito de requalificar os centros urbanos e valorizar ambientalmente as cidades. Com a criação de um Ministério respetivo a estes temas, dispuseram-se «condições para lançar um grande programa nacional que tire partido das disponibilidades financeiras do 3º Quadro Comunitário de Apoio e que desempenhe um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tenham por objetivo a qualificação dos meios urbanos» (MAOT, 2000).

Fig. 25 - Ortofotomapa Vila do Conde, Estratégia Programa Polis, dos autores.

----- - Construído  
 •••••••••• - Não realizado





Este Programa Cidades, posteriormente denominado de Programa Polis, não pretendia resolver todos os problemas das cidades do País, mas sim dar um contributo e um impulso para os problemas enunciados num número limitado de cidades a intervir. Através da criação da Sociedade Polis, S.A. constituída pelo Estado Central e Local, foi designado um Plano com uma série de investimentos ordenados dentro de uma estratégia tipologicamente definida de intervenções para 18 cidades portuguesas (mais 10 por concurso em 2001) (Pinto Leite, 2007). Assim o Programa Polis surge como uma medida de apoio para a consolidação do crescimento urbano dentro de um enquadramento de desenvolvimento sustentável e ecológico das cidades.

Vila do Conde insere-se no Programa Polis como uma cidade dentro da periferia norte da Área Metropolitana do Porto com alguma densificação urbana apresentando problemáticas nos temas de ação do Programa Polis. Assim, o processo do Polis tenta tornar Vila do Conde como um centro urbano forte «enquadrada no percurso de modernização e qualificação urbana que a Autarquia Vilacondense vem percorrendo nos últimos anos». Por conseguinte, a ação do Polis visava concretizar projetos já idealizados pela autarquia em longo curso, agilizados num programa curto que geria todos os componentes, desde os estudos ao financiamento para a realização dos projetos (MAOT & CMVC, 2000).

A estratégia geral do Programa Polis de Vila do Conde nomeava as duas frentes de água como pontos mediadores do desenvolvimento urbano - a frente marítima e a frente ribeirinha. Nestas duas áreas fundamentais, a qualificação urbana, o ambiente e as acessibilidades foram tidos como temas chaves de atuação (MAOT, CMVC; 2000). O plano estratégico identificava a frente marítima com «enormes carências no que concerne ao tratamento do espaço público e à coesão das várias estruturas de fruição pública (...) e assume-se como uma barreira pouco digna na transição cidade/mar» (MAOT & CMVC, 2000). A qualificação destas duas frentes teria o papel impulsionador em Vila do Conde de introduzir novas estratégias de gestão

do território e de desenho urbano, quer no âmbito de investimentos públicos quer em privados.

No entendimento da estratégia geral, os projetos teriam como objetivo requalificar factos urbanos de caráter infraestrutural e de espaço público, trabalhando sobre o âmbito do desenho urbano. Introduzindo os conceitos emergentes das cidades verdes e intensificando o caráter turístico e de veraneio de Vila do Conde, o plano apostava num aumento de área de espaços verdes agregados a vias estruturantes, melhorando meios suaves de deslocação, introduzindo espaços lúdicos e de fruição, e somando zonas habitacionais.



26



27

Fig. 26 e 27 - Fotografia das obras do Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 28 - Fotografia da maquete do Plano da Marginal de Vila do Conde, Habitar Portugal.



Fig. 29 - Conjunto de imagens Render da Proposta do PolisVila do Conde, onde se pode ver os equipamentos propostos, AMVC.

Como referia Mário de Almeida, presidente da Câmara nesse período: «Os projectos a executar foram idealizados por Álvaro Siza Vieira, Alcino Soutinho, Manuel Fernandes Sá, Vítor Neves e Souto Moura, nomes conceituados da arquitectura nacional que, "à partida, garantem a qualidade das intervenções"» (Marques, 2000)

Siza trabalha sobre duas dessas áreas expectantes, pouco qualificadas: uma zona na Poça da Barca - futuro Parque Urbano, e a Frente dunar na zona Sul junto ao Forte São João - futuro Parque Atlântico / Frente Atlântica.

O Plano Estratégico organizava-se essencialmente em Projetos Estruturantes e Planos de Pormenor. Alguns desses elementos já teriam sido encomendados anteriormente, transformando o Programa Polis de Vila do Conde, num instrumento acelerador e materializador dos projetos:

«A autarquia encomendou-lhes os trabalhos ainda antes de ser conhecida a intenção governamental de lançar o Polis e, com isso, terá ganho tempo na aprovação dos projectos. Mário de Almeida, que é também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, parece que já adivinhava o aparecimento do programa governamental e antecipou o trabalho de casa. Assim, as peças do "puzzle" encaixaram mais rapidamente num tabuleiro almofadado pelas verbas do Polis». (Marques, 2000)

Dentro dos projetos estruturantes, destacam-se o Parque Atlântico e o reperfilamento da Marginal até à Póvoa de Varzim, o Parque Urbano de Caxinas e o CMIA – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, como intervenções de maior relevância, juntando-se outras obras de carácter infraestrutural e de reabilitação do património edificado. Em concordância com os Projetos nas frentes de água, propunham-se Planos de Pormenor que qualificassem o espaço urbano com programas lúdicos e fruição ou habitacionais,

e que incluíam áreas para investimento privado. De norte para sul, foram definidos o Plano de Pormenor da Frente de Mar de Caxinas, o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres, o Plano de Pormenor do Parque Urbano, o Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e o Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente.

Na execução deste Programa, gerido pela Sociedade Polis Vila do Conde, foram apenas realizados os projetos de maior relevância, destacando as intervenções de Álvaro Siza e a Avenida Marginal de Alcino Soutinho em concordância com o Parque Atlântico. Nenhum dos Planos de Pormenor foi executado, tendo sido apenas aprovado o Plano para a Seca do Bacalhau elaborado por Manuel Fernandes de Sá e o Plano para o Parque Urbano e as suas imediações por António Martins<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Existiram, contudo, estudos e concursos para o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres (com uma proposta de intervenção do Arq. Alcino Soutinho) e para o Plano da Zona Ribeirinha Nascente.





## Parque Urbano de Caxinas

2000



31

Fig. 30 - Fotografia aérea sobre o Parque Urbano de Caxinas, AMVC.

Fig. 31 - Fotografia aérea sobre o terreno do Parque Urbano de Caxinas antes da intervenção, AMVC.

O Parque Urbano foi encomendado em 1998, sob alçada do presidente Mário de Almeida, a Álvaro Siza que trabalhou com o Arquitecto Paisagista João Gomes da Silva. Precedente ao Programa Polis, a encomenda visava o desenho de um parque urbano que fosse dotado de pequenos equipamentos de valorização cultural e congregação social. Tendo inerente o objetivo de reestruturação do desenho urbano em comunhão com a valorização ambiental, pretendia-se que melhorasse a qualidade de vida promovendo o bem-estar da população. Até ao ano de 2000, apesar do projeto concluído, a obra não avançou por falta de verbas públicas. Contudo nesse mesmo ano, com a implementação do Programa Polis, a autarquia teve a oportunidade de levar avante a construção do parque.

O local escolhido compreende um terreno no interior de Vila do Conde, com cerca de três hectares, afastado da linha costeira, a norte do centro histórico, situado entre o Bairro das Caxinas (a poente), o Alto da Pêga (a nascente) e a Poça da Barca (a norte). Trata-se de um grande vazio urbano na cidade onde terá existido uma pedreira a céu aberto, e que com a sua desativação e abandono foi ocupada por vegetação sem intervenção humana [Figuras 32 e 33].

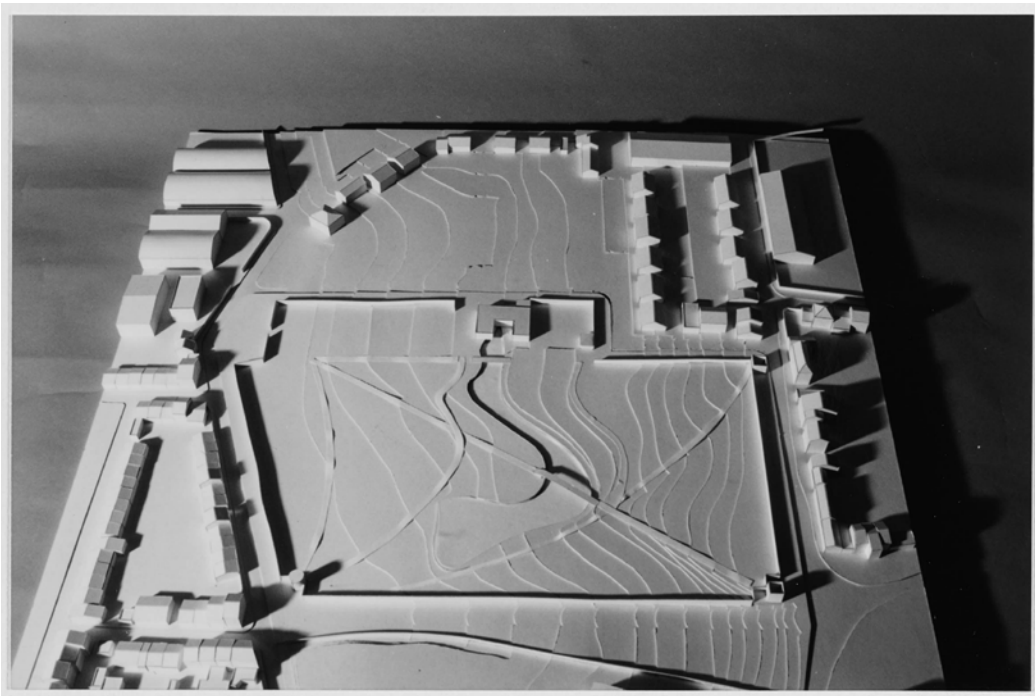
É essencial a leitura e compreensão da cidade, do local e da sua envolvente, pois estes são elementos fundamentais e justificativos do próprio desenho do projeto. Trata-se de um espaço transitório entre malhas urbanas que foram sendo construídas em momentos históricos diferentes, fazendo com que exista uma heterogeneidade no desenho urbano da cidade, seja a ortogonalidade predominante na malha urbana do Bairro das Caxinas ou a irregularidade do Alto da Pega. Estando este terreno situado entre núcleos habitacionais, após a desativação da pedreira, este terá servido à população enquanto espaço de passagem [Figura 31].



Tratando-se de um projeto de espaço público, Álvaro Siza encontra no seu repertório de referências o Cemitério de Estocolmo dos arquitetos Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz. [Figura 39]. Um vasto espaço público com natureza desenhada e idealizada, com um recinto aberto ladeado por uma floresta nórdica no qual os arquitetos pontuam em locais estratégicos volumes arquitetónicos- duas capelas, e um crematório. Por entre as árvores descrevem-se os caminhos que circundam a floresta e as malhas do cemitério. Destaca-se o eixo principal, um longo caminho em linha reta, desde a entrada do complex até à Capela da Ressurreição. É uma "natureza desenhada", na qual o terreno é também modelado. É elevado um monte arborizado que pontua o centro desta grande clareira, contrastante com a depressão no terreno que é inundada de água gerando um lago.

Em Vila do Conde, a intenção de desenho é simples e direta. À escala urbana, Álvaro Siza limita o terreno desenhando uma rua a norte partindo, assim, o terreno em duas parcelas - a norte, uma menor destinada à construção de habitações; a sul, a maior parcela, o parque urbano. Propõe ainda uma rua paralela ao parque no extremo sul, separando, assim, o parque urbano da Escola Básica 2/3 Frei João. Ainda a norte do parque, uma nova rua perpendicular subdivide a área de novas habitações em duas parcelas.

Limitando o perímetro de todo o parque com muros e gradeamentos, enuncia o parque enquanto hortus conclusus, pontuando no limite com aberturas nos vários cantos do terreno, nos cruzamentos e esquinas das ruas adjacentes. Desde cedo, Álvaro Siza, evidencia a sua intenção de estabelecer a relação interior/exterior do parque e da cidade com aberturas nos cantos dos muros. Nos esquiços e fotografia de maquete observamos as suas intenções de destacar os acessos ao parque com volumes singulares, uma espécie de pequenas torres de vigia ou pórticos [Figura 34]. Como se o parque se tratasse de uma fortaleza na qual o seu





interior devesse ser protegido. Um hortus conclusus com limites evidentemente definidos. Porém, estas ideias não passaram do papel para a realidade. Na versão final, os acessos são enunciados por portões com gradeamentos semelhantes aos restantes muros que limitam o parque, homogeneizando, assim, a leitura do limite do parque.

Partindo da leitura da envolvente, com a necessidade específica do local, projetou-se todo o chão. Deste modo, o solo é um tema fundamental deste projeto. Caracteriza-se predominantemente por uma encosta bastante suave que desce em direção ao mar. Desenharam-se pequenas ondulações que condicionam a visão e protegem os equipamentos dos ventos marítimos. No entanto, apesar de projetado, não se executaram na obra.

Em conjunto com a modelação do terreno, também a forma de percorrer o parque é idealizada enquanto ligação entre os vários acessos ao jardim. Estes caminhos, pelo seu desenho, obrigam a um prolongamento do tempo de percurso despendido para atravessar o parque. Ainda assim, existem caminhos mais diretos para o atravessamento. Estes adossam-se aos muros limite, facilitando o percurso, com uma geometria diferente - relacionados com a ortogonalidade da envolvente exterior ao parque. Em conjugação direta com o terreno desenhado, no centro do parque, nasce um lago artificial com uma forma singular.

O programa do parque urbano tem como objetivo dinamizar a população a nível cultural e social. Para isso, Siza desenha quatro volumes arquitetónicos - um centro de atividades, sanitários públicos, uma cafetaria e um volume destinado a arrumos. A localização periférica destes pequenos edifícios não compromete a unidade que é criada. Por um lado, os volumes brancos - centro de atividades e cafetaria - objetos de maior importância programática, que sobressaem pelos acabamentos exteriores. Os volumes brancos implantam-se no terreno de modo estratégico junto

a uma entrada. Seguindo a mesma estereotomia dos muros em granito, Siza desenha os lambrins como se os muros envolvessem os volumes brancos. Por outro, os volumes menores - sanitários e arrumos - que seguem mesma linguagem dos muros em granito, como de volumes monolíticos.

Os detalhes construtivos são evidenciados pelo rigor da obra. Numa procura geométrica em relação constante com a tecnologia e os próprios materiais. As caixilharias em madeira lacada a branco, que assentam em peitoris de granito, descrevem as aberturas nas várias fachadas. Possibilitando assim, entradas de luz, mais ou menos controladas, descrevendo o espaço interior.

---

Fig. 34 - Fotografia da maquete do Parque Urbano, Fundação Calouste Gulbenkian.



35



36



37



38

Fig. 36 - Fotografia do Café do Parque Urbano, AMVC

Fig. 35 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

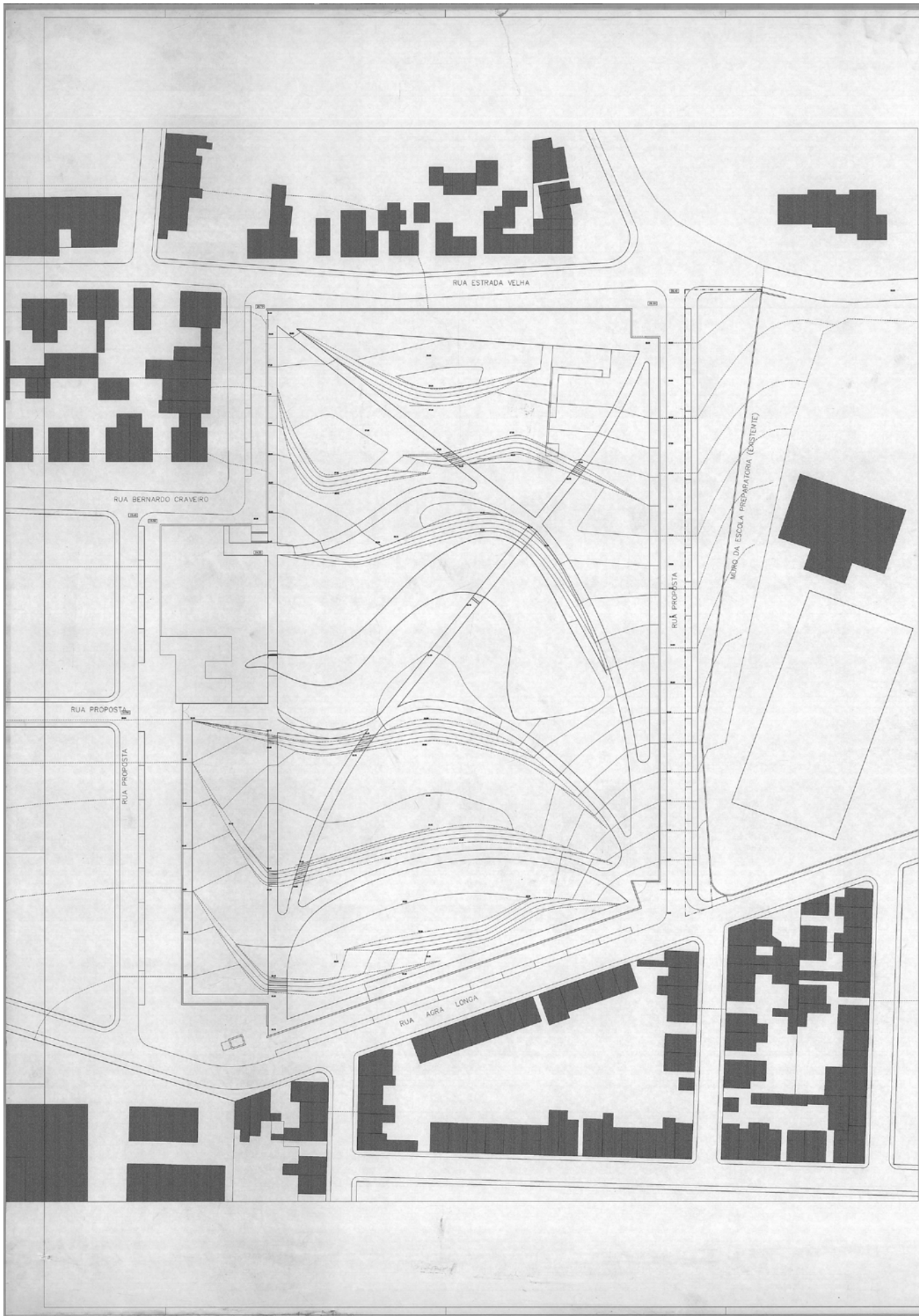
Fig. 37 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

Fig. 38 - Fotografia dos percursos do Parque Urbano, AMVC

O centro de atividades [Figura 36] foca-se na dinamização cultural da população mais jovem. A entrada principal do centro de atividades dá-se pelo exterior dos muros do parque junto a um dos portões do mesmo. Partindo de uma planta em U, desenvolve-se o programa, dividindo-se em duas alas com salas de atividades variadas - uma mediateca, uma sala de informática, uma oficina e uma sala polivalente.

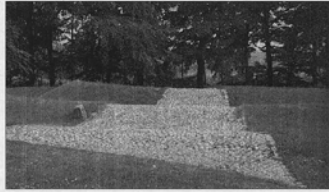
Relacionado com o centro de atividades, pelo muro que limita o parque a norte, existe um volume singular cúbico adossado às escadas da entrada na da Rua Bernardino Craveiro. Este volume acolhe os sanitários públicos, seguindo a materialidade e estereotomia dos muros de granito adjacentes. A entrada dá-se pela face norte deste volume. O interior é completamente fechado ao exterior, sendo que a iluminação é artificial.

Noutra ponta do parque urbano, a cafetaria [Figura 35] foi o equipamento que mais alterou no projeto. Um pequeno volume paralelepípedo caracteriza a entrada do parque na interceção da Rua da Estrada Velha com a Rua Sra. Do Leme, a nascente, seguindo a mesma linguagem arquitetónica do centro de atividades. A cafetaria tendo aproximadamente 120m<sup>2</sup> de área bruta foi pensada para ser ocupada por um máximo de 30 pessoas. Siza desenha um espaço interior que se relaciona com o parque através de uma janela ao comprido na face poente. Um grande rasgo na fachada que abre o interior do bar para o exterior onde ladrilhos graníticos definem o espaço destinado à esplanada. Este espaço é limitado por um muro que, por sua vez, descreve o volume das arrumações e sanitários, seguindo a estereotomia e materialidade dos muros de granito.





Arq. Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz.  
Tallum Woodland Cemetery, Stockholm, 1917



Arq. Pals. Sven Hansen.  
Skanderborg County School, Skanderborg 1971

Arq. Pals. Torben Schonherr.  
AMU Center, Ballerup 1963



Arq. Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz.  
Tallum Woodland Cemetery, Stockholm, 1917



Arq. Sigurd Lewerentz.  
Malmö Eastern Cemetery, 1920.

Arq. Sigurd Lewerentz.  
Malmö Eastern Cemetery, 1920.

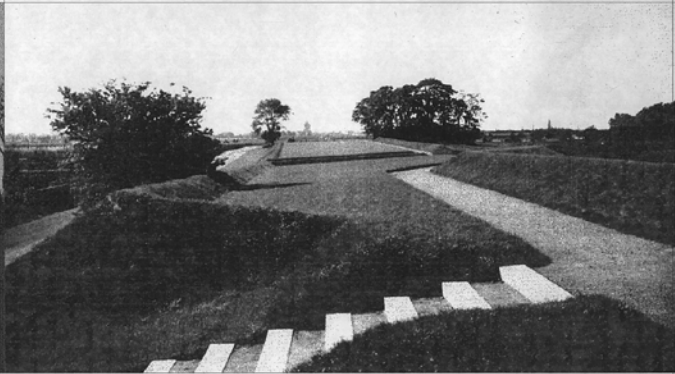
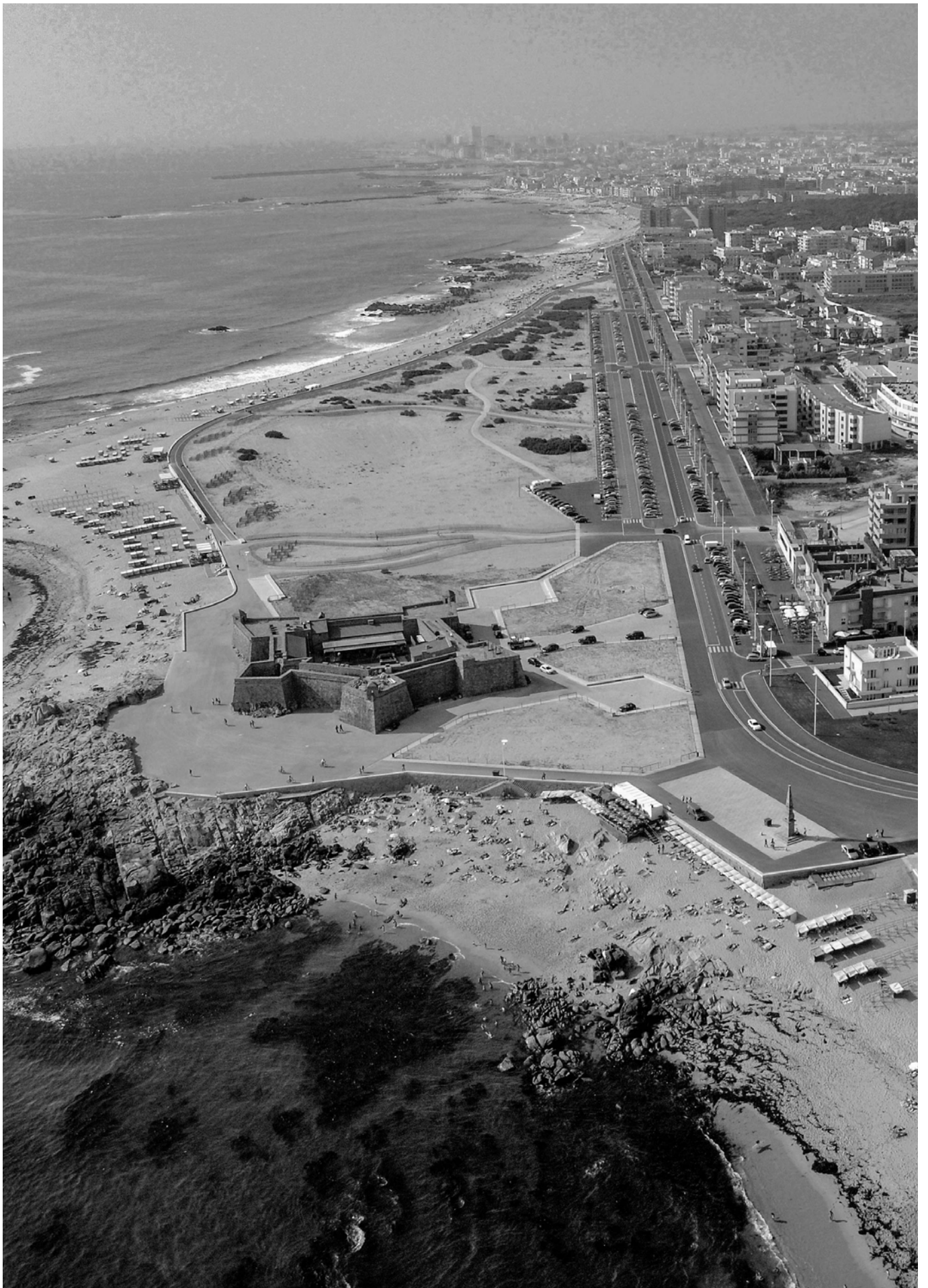


Fig. 39 - Painel Parque Urbano, Fundação Calouste Gulbenkian.



## Parque Atlântico

2003



41

A Frente Atlântica foi uma das áreas de intervenção do Programa Polis na vertente da transição entre a praia-cidade. Através da intenção de qualificar esta margem, surge na parcela sul, a possibilidade de regenerar uma zona com uma duna primária, destinada para a criação do Parque Atlântico. Esse projeto continha a duna, as avenidas perimetrais e as imediações da capela da nossa Sr.<sup>a</sup> da Guia como área de intervenção [Figura 41].

Tendo como intenção uma maior dinamização da marginal de Vila do Conde, o Parque Atlântico nasce como um espaço de atração turística. O projeto tinha como objetivo o reperfilamento da Avenida do Brasil, em concordância com o resto da marginal e a requalificação de todo o espaço da duna primária que se encontrava danificada. Para além das questões de regeneração urbana, o parque tinha como finalidade a exploração do espaço com equipamentos de lazer incluindo um bar, um restaurante, uma discoteca e uma piscina.

A proposta, que já teria sido encomendada anteriormente, visava qualificar o remate da marginal, de acesso às praias junto à costa rochosa. A duna encontrava-se deteriorada devido aos processos de erosão por diferentes circunstâncias - a apropriação automóvel na Avenida Manuel Barros para estacionamento na época balnear [Figura 42 e 43]; as atividades de restauração e desportivas que ocorriam sobre esta e as atividades culturais relativas aos circuitos que ocupavam a duna com estruturas de apoio. A Avenida do Brasil ajustava-se à capacidade automóvel, tendo uma faixa de rodagem larga e desqualificada. As presenças das edificações de interesse público não se encontravam salvaguardadas no desenho do espaço público.

Fig. 40 - Vista aérea sobre o Parque Atlântico, AMVC

Fig. 41 - Vista aérea sobre o terreno do Parque Atlântico antes da intervenção, AMVC

Através das intenções orientadoras do Programa Polis, o projeto propunha assim um redesenho dos limites da frente marítima, com muros de contenção, sendo todo o projeto um espaço de transição entre a cidade e o mar. A via que delimita a oeste a duna da praia foi redesenhada e convertida a pedonal e ciclável, em conformidade com a recuperação feita na própria duna, com a reposição do revestimento vegetal autóctone e definição de percursos limitados de atravessamento. O novo parque de estacionamento, junto à Avenida do Brasil, num espaço paralelo à mesma, resolve a estadia balnear. Os muros de contenção são rasgados por acessos ao areal, construídos por escadas ou rampas de acesso à cota da praia. O Forte de São João e a Capela da Sr.ª da Guia recebem um redesenho de espaço público focado no pavimento e na pedonalização dos espaços circundantes. A marginal é também redesenhada com o estreitamento das vias destinadas a automóveis, obrigando um abrandamento na circulação, priorizando os passeios e trechos verdes.

A proposta materializa-se essencialmente a partir de muros de betão, passeios alcatroados, alterando, na zona de maior sensibilidade, a pavimentos em saibro ou calçada delimitado por um lancil em granito. Este lancil também demarca os diferentes usos nas vias da marginal. A arborização e a iluminação, desenhada por Álvaro Siza, reforça os eixos das vias. Esta intervenção segue em concordância com o projeto do resto da marginal por Alcino Soutinho [Figuras 47 e 48].

Em complemento deste desenho de espaço público, foram previstos diversos equipamentos de diferentes escalas. Adicionalmente, em consonância com a estadia balnear, foram planeadas algumas estruturas permanentes de bar na rampa de acesso à Praia dos Banhos e junto ao Monumento relativo à primeira tentativa de desembarque; e temporárias ao longo da marginal. Na duna primária, seriam implantados os quatro equipamentos de maior escala – desenhados



42



43

Fig. 42 - Fotografia da Avenida do Brasil, AMVC.

Fig. 43 - Fotografia da Marginal junto ao Forte, AMVC.

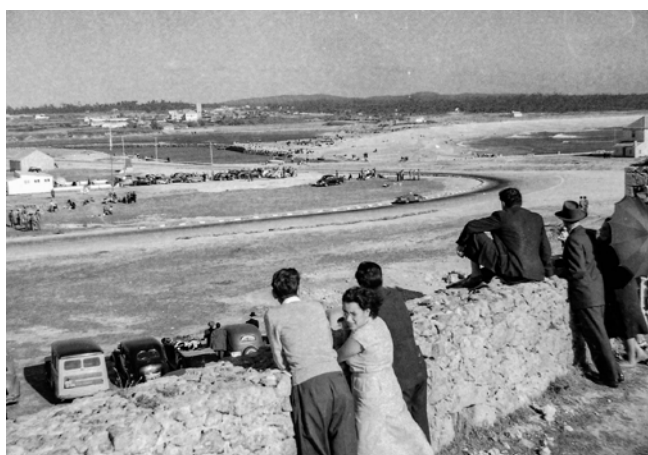
Fig. 44 - Fotografia dos apoios do Circuito Automóvel AMVC.

Fig. 45 - Corridas Automóvel Curva Castelo, AMVC





44



45

por diferentes arquitetos - uma cafetaria (100m<sup>2</sup>) e uma discoteca (1400 m<sup>2</sup>) de Álvaro Leite Siza (filho de Álvaro Siza); um restaurante de Eduardo Souto de Moura (500 m<sup>2</sup>) e uma piscina de água salgada (7400 m<sup>2</sup> dos quais 1477 m<sup>2</sup> de água) de Álvaro Siza.

Os equipamentos previstos nunca foram construídos, deixando a duna desocupada. A materialização do projeto apenas se concebeu no desenho de espaço público e na reestruturação da cidade. A razão pela qual nunca foram construídos estes equipamentos permanentes é incerta. Na verdade, um projeto com a ocupação da duna com equipamentos turísticos aparenta ter passado despercebido na memória. Quando questionado a alguns intervenientes, incluindo Álvaro Siza, estes não se recordam (A. Vieira, entrevista pelos autores, outubro 30, 2021) ou referem não ter passado de Estudos Prévios<sup>3</sup> (CMVC, entrevista pelos autores, fevereiro 1, 2022). Em concordância, e tal como sucedeu com outras operações do Programa Polis, é referido que não foram realizados por falta de investimento. Contudo, o próprio Siza em entrevista ao Jornal Público, refere a não concretização destes equipamentos:

«A mais recente piscina que projectei infelizmente não se concretizou.» O arquitecto Álvaro Siza Vieira lamenta que a piscina que tinha planeado para a marginal de Vila do Conde, integrada no Programa Polis local, tenha sido abandonada pela câmara. "É uma pena, porque um projecto daqueles tem que ter âncoras para funcionar plenamente", diz, referindo-se não só à piscina, mas aos também projectados e igualmente retirados restaurante, obra de Eduardo Souto de Moura, e um night club, pelo filho de Siza Vieira. "Espero que depois não venham dizer que aquilo está sem vida", diz o arquitecto.» (Marques, 1999).

<sup>3</sup> Durante a investigação, foram entrevistados o Arq.º Siza Vieira - que não se recordava do projeto; e alguns colaboradores da Câmara Municipal de Vila do Conde - referindo que alguns projetos não entraram em fase de execução por não haver investimento privado para os edificar. Contudo, no levantamento do material, existem projetos de execução/pré- execução de todos os equipamentos.

A razão pelo abandono por parte da Câmara em relação aos equipamentos é-nos desconhecida, eventualmente pelas razões de falta de investimento privado, tendo-se prolongado devido às condições económicas que Portugal enfrentaria.

Em termos práticos, quando o projeto foi concluído, este constituiu uma nova relação de continuidade entre a cidade e o mar. Outrora era, por vezes, interrompida pelos circuitos de Vila do Conde [Figura 44 e 45], que terminaram após as obras da Marginal de Vila do Conde<sup>4</sup>. A apropriação da população foi favorável quanto à estratégia (Entrevista CMVC, realizada pelos autores, fevereiro 1, 2022), notando apenas carências ou divergência na iluminação- relatando falta desta; e na materialização das vias - relatando excesso de alcatrão nos passeios (Marques, 2006).

Uma vez que os equipamentos não foram construídos, o projeto que subsiste hoje apresenta-se apenas como um processo de renaturalização e de conservação do espaço natural em virtude de espaço público. A presença da duna e do seu manto vegetal desempenha um papel de mediação entre a frente mar com a frente urbanística edificada, ao invés de uma barreira desequilibrada e desqualificada.

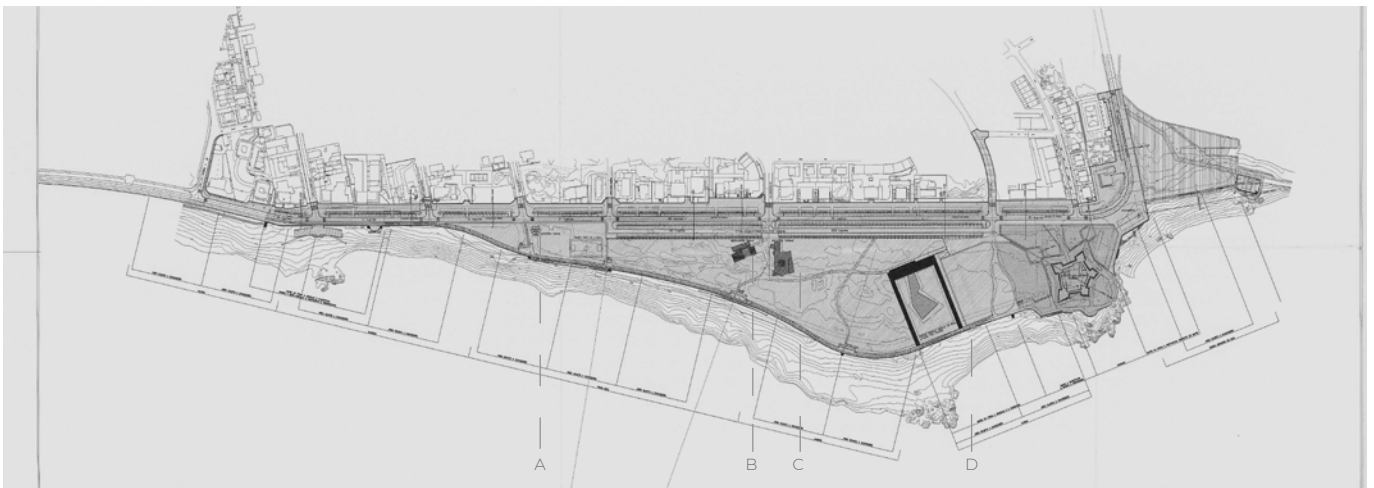


Fig. 46 - Planta de Localização do Parque Atlântico, AMVC  
A- Café de Álvaro Leite Siza  
B - Restaurante de Eduardo Souto Moura  
C - Discoteca de Álvaro Leite Siza  
D - Piscinas de Álvaro Siza



47



48



49

4 Numa entrevista à CMVC, é relatado que, frequentemente, tornava-se impossível deslocar-se às praias a sul da margem norte de Vila do Conde, devido ao Circuito de Carros. Após a conclusão do projeto, foi notável uma nova permeabilidade, em consequência do novo desenho de espaço público e do fim do Circuito. Foi ainda mencionado que os Vilacondenses se adaptaram bem ao projeto e ao desfecho do Circuito, não tendo havido grande discordância quanto ao fim deste.

Fig. 47 - Fotografia da Via Marginal junto ao Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 48 - Fotografia do Parque Atlântico na zona do Forte, AMVC.

Fig. 49 - Fotografia da maquete da Piscina do Parque Atlântico, Habitar Portugal.



## Considerações Finais

Através deste trabalho, estabeleceu-se uma analogia entre uma ideia utópica de espaço público e a formulação de dois projetos de regeneração urbana de Álvaro Siza em Vila do Conde.

Quando consideramos o projeto da “Organização Insurrecional do Espaço”, a questão da duna é análoga aos projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde. De forma mais evidente, no Parque Atlântico, as dunas marcam presença no espaço público, definindo um equilíbrio entre o peso edificado e o vazio. Esta sobrepõe-se ao desenho divisório de classes, introduzindo um novo tapete natural. Libertando uma série de premissas da organização da cidade, o aglomerado de areia converte-se num novo agente gerador de espaço público, sobrepondo-se aos edifícios adjacentes. No Parque Urbano, as características formais do terreno e a sua função anterior, como elemento natural, foram imprescindíveis para o pensamento de o conformar como espaço público. Assim, os espaços verdes tornam-se num compromisso dos elementos naturais existentes e na sua valorização urbanística. Esses elementos primários, presentes no sítio, não só protagonizaram o valor do Parque Urbano, como melhoraram a qualidade da sua envolvente.

Por último, apesar de não terem sido construídos os equipamentos no Parque Atlântico, que levou a que o espaço ficasse desocupado em termos programáticos, reforçou o argumento presente neste texto - uma duna que gerou espaço público. Apesar da conceção do projeto se formar em torno da exploração da duna com equipamentos turísticos, a analogia com o projeto “Organização Insurrecional do Espaço” - uma duna que se sobrepõe aos processos de urbanização - especula a maior importância dos temas ambientais.

Assim elaborou-se uma narrativa histórico-argumentativa assente num pensamento de cidade sobre como elementos naturais são potenciais geradores de espaço público tendo como base os projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde.

## Bibliografia

Andrade, D. (2017). As míticas corridas de Vila do Conde podem estar de regresso. Motor 24. <https://www.motor24.pt/sites/autosport/as-miticas-corridas-vila-do-conde-podem-estar-regresso/180223/>

Bandeira, P. (2014). Escola do Porto: Lado B. Editora Documenta.

Figueira, J. (2014). Periferia Perfeita. Caleidoscópio.

Frampton, K. (1988). Profissão Poética. GC.

Furtado, R. (2015). Complexidade e Contradição em Álvaro Siza. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto] [https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=37108](https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37108)

Gonçalves, M. (2012). Reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80419>

Guedes, P. (2019). Metamorfose Habitacional: o Bairro das Caxinas. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade do Minho]. Repositório Aberto da Universidade do Minho. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Leite, J. (2007). Ordenamento do Território e Cidades: Planos Municipais, sua execução, incluindo expropriações. Associação de Municípios do Oeste. [https://www.oestecim.pt/\\_uploads/Conferencia%20AFOeste.pdf](https://www.oestecim.pt/_uploads/Conferencia%20AFOeste.pdf)

Levene, R. & Márquez Cecília, F. (ed. lit.) (1999). Álvaro Siza. edição conjunta - volumes 68/69+95. Revista El

Croquis.

MAOT & CMVC. (2007). Viver Vila do Conde: intervenção Programa PolisVila do Conde / Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde; dir. de intervenção Mota de Almeida; coord. Pedro Loza ; fot. Arte Fotográfica. Vila do Conde: PolisVila do Conde

Marques, A. (2000). Cirurgia urbana de 6,4 milhões. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2000/12/05/jornal/cirurgia-urbana-de-64-milhoes-152141>

Marques, A. (2006). Mais luz e segurança necessárias na marginal de Vila do Conde. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2006/06/18/jornal/mais-luz-e-seguranca-necessarias-na-marginal-de-vila-do-conde-84744>

Marques, A. (1999). Vila do Conde com ambições. Jornal Público. <https://www.publico.pt/1999/02/03/jornal/vila-do-conde-com-ambicoes-129155>

Miranda, M. (1998). Vila do Conde. Editorial Presença.

Place, J. (1976). Histoires et tendances de l'architecture portugaise La passion d'Álvaro Siza (185). Revista L'Architecture d'Aujourd'hui.

Programa Polis. (2000). Programa Polis: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa; rev. Fernando Milheiro.

Programa Polis. (2000). Plano estratégico de Vila do Conde: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidade. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; rev. Fernando Milheiro. Lisboa: Programa Polis. M.A.O.T

Oliveira, S. (2020). O Impacto do Programa Polis na frente Marítima de Vila do Conde. [Dissertação de

Mestrado em Arquitetura, Universidade Beira Interior]  
Repositório Aberto da Universidade da Beira Interior.  
<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Ribeiro, M. (2002). Trabalho e quotidiano numa vila do litoral – Vila do Conde no século XVIII – (Volume I). [Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18636>

Rodrigues, J. (1992). Álvaro Siza: Obra e Método. Editora Civilização.

Rodrigues, J. (2006). Sociedade e Território Desenvolvido Ecologicamente Sustentado. Editora Profedições.

Rodrigues, J. (1979). Utopia, Espaço e Sociedade: Notas do Seminário da ESBAP. Editora Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Rodrigues, J. (1975). Urbanismo e Revolução. Editora Afrontamento.

Toussaint, M., Sequeira, M. (2018). Álvaro Siza Guia de Arquitetura: Projetos construídos Portugal. A+A Books.

SOUSA, Joana Filipa Correia de - O impacte do programa polis : a (re) criação do espaço público urbano. - Lisboa : FA, 2017. Dissertação de Mestrado. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório Aberto da Universidade de Lisboa.<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13905>





**Vazios Urbanos** em Vila do Conde  
Estratégia de Grupo





Fig. 51 - Ortofotomapa de Vila do Conde, elaborado pelos autores.



Fig. 52 - Fotografia da Capela da Nossa Sr.ª da Guia, dos autores.

## Vazios Urbanos em Vila do Conde

Analisando a cidade no parâmetro territorial, é perceptível identificar diferentes malhas urbanas. Os vários processos de urbanização, em diferentes épocas, originaram um tecido urbano fragmentado, criando três grandes núcleos. Essa visão, antes esplanada, é motor de desenvolvimento para o tema dos Vazios Urbanos.

Hoje, com o limite urbano meramente consolidado, por influência das Avenidas lançadas a partir do séc. XIX, não persiste a necessidade de expansão do seu limiar periurbano. Assumindo que a cidade chegou ao seu ápice de crescimento, encara-se agora os seus problemas morfológicos.

Os diversos processos de urbanização, protagonizados por diferentes malhas urbanas, enalteceu a cidade de evidentes falhas urbanísticas no seu vínculo morfológico, gerando áreas por urbanizar. Estas áreas apresentam diferentes tipologias e formatos, estando presentes em todos os núcleos urbanos.

Estas áreas, no cerne da cidade, afiguram-se de “vazios urbanos”. Esta denominação não as posiciona numa caracterização de terrenos virgens ou de carácter baldio. Algumas destas áreas encontram-se equipadas com edificação e/ou programas específicos, não manifestando uma utilização produtiva ou, de outra forma, apresentam-se na iminência de um processo de urbanização especulativo. O conceito de vazio urbano, provém da definição dada pelo Arq.º Nuno Portas:

«Vazio urbano é uma expressão com alguma ambigüidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou

fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.»

O Programa Polis refletia também sobre este crescimento pluriformal e os seus efeitos. Nomeando, em Vila do Conde, as frentes de água como fatores impulsionadores de coesão territorial, que careciam de qualificação urbana, concebe um plano estratégico de regeneração de espaço público, sobrepondo um novo desenho urbano capaz de solucionar falhas urbanísticas nas ligações mar/rio à cidade. Este plano, já supracitado, não só tratava desses eixos, como propunha consolidar alguns destes vazios que se encontravam na iminência de um processo de urbanização. Assim:

«podem criar-se oportunidades de intervir em áreas de tecido urbano desqualificado e pouco consolidado, quer ao nível da estrutura edificada, quer ao nível dos espaços públicos, regenerando e compatibilizando estas com a requalificação prevista para as zonas envolventes no âmbito da intervenção do Programa, que já prevê para estes núcleos a elaboração dos ajustados instrumentos de gestão territorial (...) por forma a definir padrões de qualidade urbana» (MAOT,2000)

No entanto, em Vila do Conde, a requalificação destas áreas não foi concretizada, deixando-as por urbanizar. Mediante da inevitabilidade da regeneração destas áreas carentes de relações urbanas, encarou-se para a estratégia geral a escolha criteriosa dos vazios urbanos de maior instância na sua consolidação. Estes quatro vazios [Figura 53] dispersam-se pelos três núcleos - Bairro Caxinas, Zona Balnear, Centro Histórico - conseguindo assim, alcançar integralmente diferentes vazios morfológicos da cidade.

Por via dessa seleção, é nomeada uma estrutura viária, que adquire um papel agregador das quatro áreas. Esta estrutura abrange três hierarquias de vias: congrega duas grandes Avenidas - nomeando a Avenida Marginal/



do Brasil (intervencionada pelo Programa Polis) e a via paralela composta pela Avenida Júlio Graça e a Avenida Baltazar de Couto; estas duas vias estão ligadas por vias perpendiculares - nomeando a Avenida do Ferrol, a Avenida Sacadura Cabral e, a Avenida Bento Freitas (Antiga Avenida dos Banhos); estas duas últimas vias estendem-se em direção à nacional 13 criando uma via conjunta em arco que encontra o vazio situado no centro histórico.

A nomeação destas vias, de forma a conceber a estrutura viária, contribui para a interligação de todos os vazios. Em conformidade com a tipologia das áreas delimitadas, a consolidação destes lugares orientar-se-á de os evidenciar como áreas verdes, suprimindo a idealização de introduzir um modelo de urbanização especulativo, lotando as áreas de elementos construídos. Em vista disso, é idealizada para a estrutura uma transformação para que cumpra um elemento de ordenamento verde, onde sejam priorizados modelos de mobilidade suave, ao invés, da mobilidade automóvel. Inicializando esta ideia, é proposta a continuação de uma ciclovia, proposta no Programa Polis, completando-a com outros ramais de interesse ligação.

A diferenciação de malhas no tecido urbano, perante os núcleos, é resultado não só da evolução do desenho urbanístico, mas também das épocas em causa - em particular das vontades e expressões culturais presentes na evolução destas áreas

Robert E. Park, no artigo *The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment*, revelava:

«A questão é, contudo, que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral e física, e estas duas interagem mutuamente de maneiras características para moldar e modificar uma à outra. É a estrutura da cidade que nos impressiona pela sua visível vastidão e complexidade, mas esta estrutura tem a sua base, no entanto, da natureza humana, que

é uma expressão.»

Ao analisarmos a zona balnear, é possível entender a sinergia entre o lançamento das Avenidas perpendiculares e o crescimento da cultura de Veraneio em Vila do Conde. O lançamento destas avenidas resulta, aliás, da necessidade de expandir a cidade para o mar, pela crescente afluência da população aos banhos pelos benefícios terapêuticos do mar (Miranda, 2015) e por serões de entretenimento (Miranda,1998).

«Vila do Conde, sendo dotada de uma extensa faixa territorial, reconhece assim uma possibilidade de expansão e progresso, dando início a uma transformação da sua paisagem e configuração urbana. Em 1866, como ponto de partida de um plano abrangente de ocupação do território, até então vazio, é aberta a rua - estrada dos banhos, que mais tarde tomou o nome de Avenida Bento de Freitas (...), uma linha reta de cerca de 900 m, a partir do centro histórico (...) orientada no sentido nascente-poente que desemboca numa praia na altura deserta, a praia dos banhos» (Oliveira,2020)

As estratégias individuais partem, assim, de uma leitura precisa, da formulação da cidade nas épocas neles inseridas e no enaltecimento dessa cultura numa intervenção interligada entre a história do lugar e a inevitabilidade da consolidação do mesmo com programas de importância na atualidade, segundo também o destaque para o câmbio climático.

Fig. 53 - Ortofotomapa de Vila do Conde com a estrutura viária e os vazios urbanos, elaborado pelos autores.







Fig. 54 - Figuras Fundos de Vila do Conde 1979/2003/2021, elaborado pelos autores.





Fig. 55 - Planta Estratégica Proposta de Grupo, elaborado pelos autores.



Fig. 56 - Fotografia Capela da Nossa Sr.<sup>a</sup> da Guia, dos autores.

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo (...)  
José Saramago, O Caderno (2009)



## **Entre o Mar e o Rio**

Percurso Pedonal e Complexo Desportivo







Fig. 01 - Ortofotomapa de Vila do Conde com localização da área escolhida e estratégia agregadora, elaborado pela autora.



## Entre o Mar e o Rio

### O Vazio

Entre o mar e o rio, existiam as dunas.

Trilhavam-se caminhos entre o mar e a concentração de população na proximidade do Mosteiro de Santa Clara, erguido no séc. XIV numa colina, próximo do rio Ave. Os terrenos arenosos marcavam a paisagem [Figura 03].

A evolução de Vila do Conde foi consolidando a faixa atlântica ao longo do seu território com bairros balneares, que apesar de seguirem regras estruturais de malha urbana, deixaram vazios nos interstícios entre o centro consolidado e a orla marítima.

A área de intervenção é um desses vazios, mantendo-se inalterado apesar de uma série de intervenções adjacentes (por vezes incluído em planos de estruturação, mas nunca realizados). A existência de uma quinta murada, que ocupou parte do vazio e que sobreviveu às expropriações da segunda metade do séc. XIX, explica a sua exclusão do crescente investimento em habitação que se verificou. O seu estado atual é de abandono. A casa da quinta encontra-se em ruínas, tal como os seus muros [Figura 04], que anunciam o mistério da sua desertificação, da sua inserção no conjunto habitacional próximo da praia e das possibilidades de especulação imobiliária que assombram este território.

Entende-se que o terreno vazio deve ser preservado, principalmente o seu solo. A proposta procura não construir o vazio, mas sim estruturá-lo, mantendo as características primárias que ao longo do tempo se mantiveram. Interessa perceber a importância do vazio na malha urbana, nomeadamente nas relações que estabelece com a Avenida Júlio Graça [Figura 05] e a Avenida do Brasil e a restante envolvente, estudando a sua evolução ao longo do séc. XX.



03



04



05

Fig. 02 - Fotografia de Vila do Conde, onde se percebe o grande vazio, na margem direita, AMVC.

Fig. 03 - Postal Panorama de Vila do Conde terrenos arenosos com o Mosteiro ao fundo, AMVC.

Fig. 04 - Fotografia da área de intervenção, onde se vê as ruínas do casario e dos muros, da autora.

Fig. 05 - Postal antiga jardim da Avenida Júlio Graça, AMVC.



Fig. 06 - Mapa Histórico de Vila do Conde, 1915, AMVC.

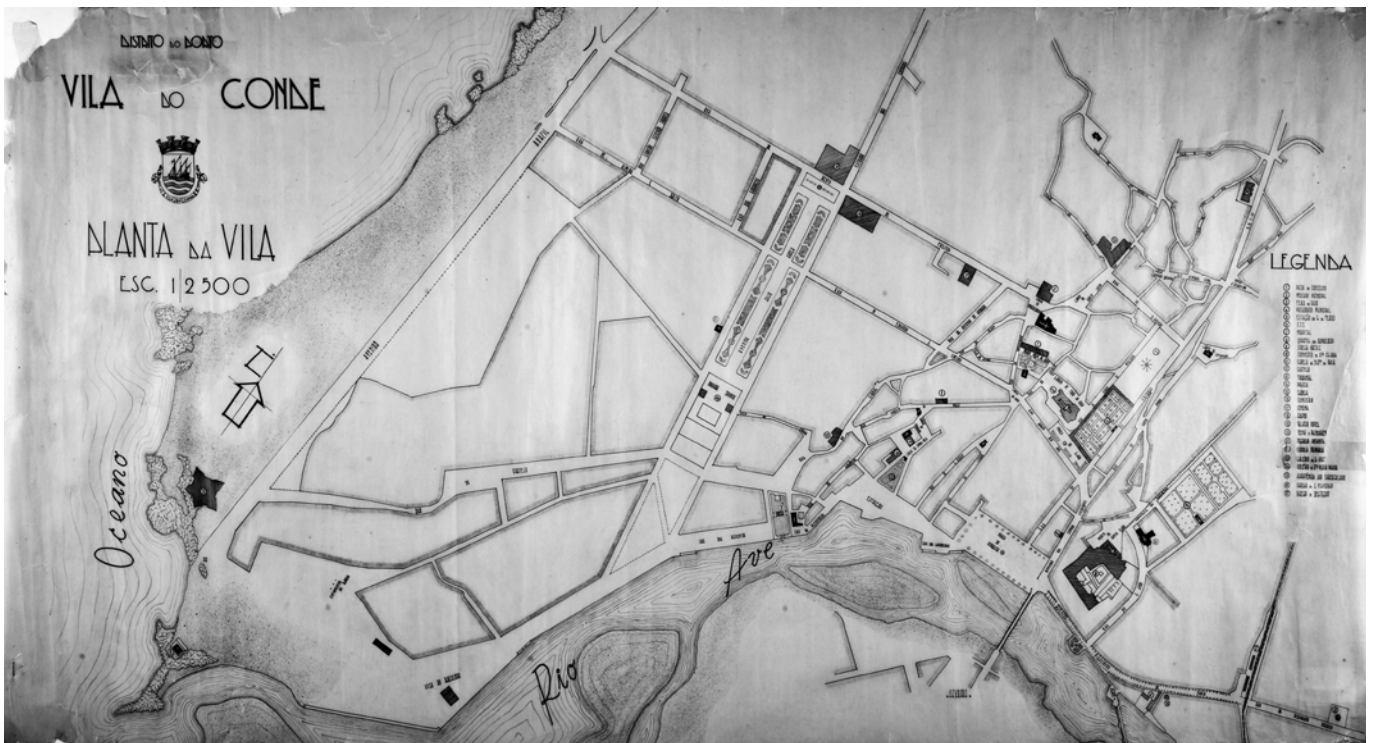


Fig. 07 - Mapa Histórico de Vila do Conde, bairro balnear e Avenida Júlio Graça 1916, AMVC.

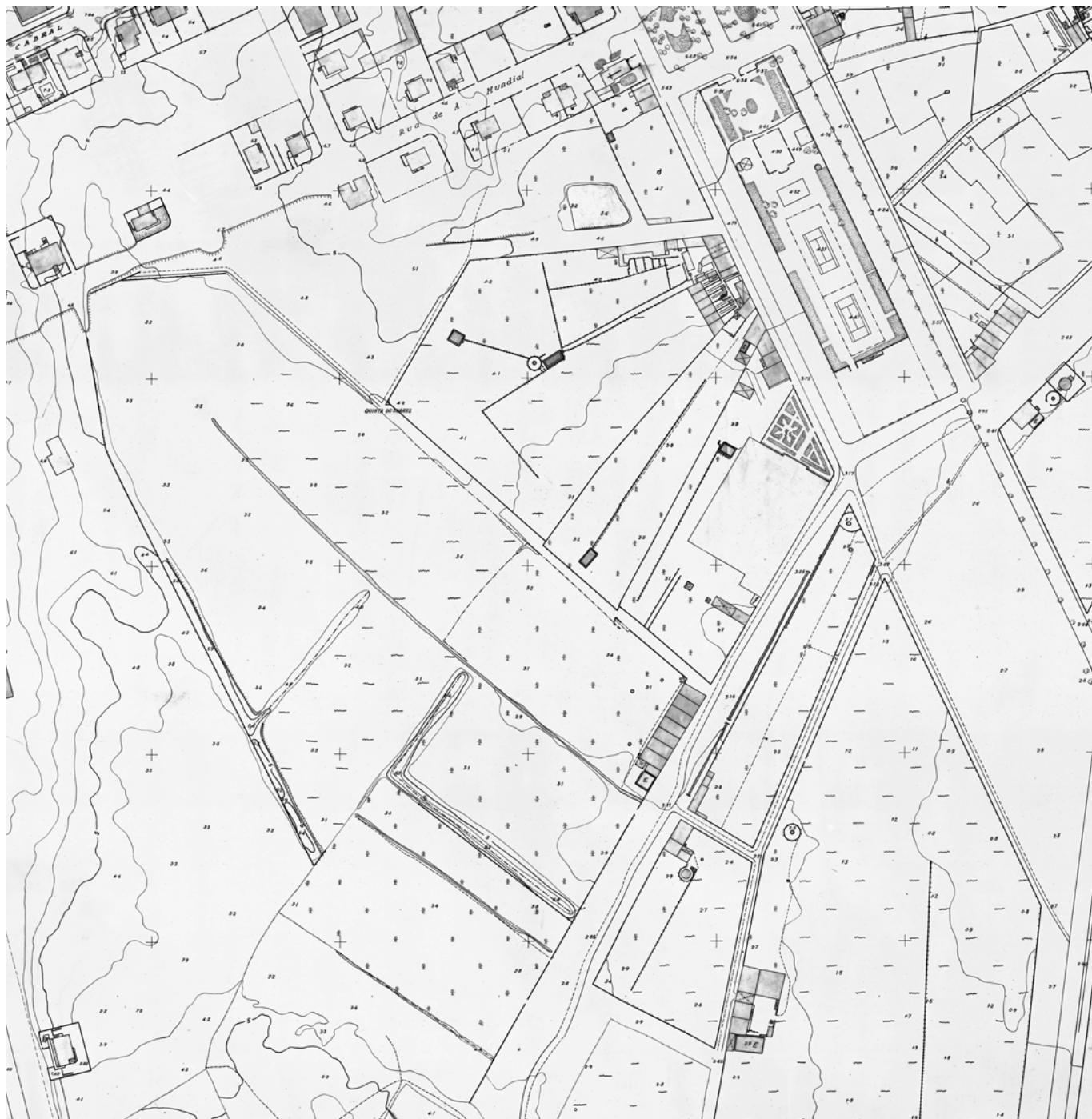


Fig. 08 - Mapa Histórico de Vila do Conde, área de intervenção, onde é possível ver os vários pontos de água, 1965, AMVC.



Fig. 09 - Mapa Histórico de Vila do Conde, 1979, AMVC.



10



Villa do Conde — Campo de Jogos

11



12



13



## Bairro Balnear e Avenida Júlio Graça

O ponto de partida foi a abertura da rua dos banhos, a Avenida Bento de Freitas, início de um plano de estruturação de uma rede viária que pretendia estabelecer uma relação entre o aglomerado populacional e as praias a poente, de forma a criar habitações para banhistas

“ é destinada a construção de casas que possam alugar aos banhistas, as quaes se podem construir nos terrenos baldios deste Município confinantes à mesma estrada rua como é reclamado por todos; e por isso propunha que esta Câmara se autorizasse pelo conselho do Distrito para dividir em chãos os ditos terrenos baldios, vendendo-os em praça pública” (AMVC, 1867, p. 90).

Foram construídos uma série de palacetes de veraneio e chalés na parte poente da avenida. Mais tarde alguns foram demolidos, e substituídos por edifícios de habitação coletiva como resposta à procura por parte da população.

A meio da Avenida Bento de Freitas, construiu-se um jardim perpendicular. A sua necessidade decorre de um espaço lúdico auxiliar às praias, uma prática comum no início do séc. XX, especialmente focado nos banhistas. Transformou-se num Passeio Público, com uma extensão perto dos 800m de distância na direção do rio. Originalmente concebido em duas partes: um jardim romântico inglês [Figura 10] com “um lago no centro, e no meio d´aquele uma ilha arborizada, cujo acesso se faz por uma pitoresca ponte. Macissos d´arbustos e flores, perfumando e purificando o ar que ali se respira” (Silva, 1906, p. 1) ; e a outra repleta de parques de jogos [Figura 11]. No topo deste jardim foram construídos ainda o casino e o Hotel da avenida [Figura 14]. Para além destes edifícios, foi construído também um coreto [Figura 12], onde várias bandas atuavam durante a tarde até à noite e começaram a ser frequentes as festas no Jardim Júlio Graça [Figura 13].

Atualmente a alameda tem, a sul, um grande jardim murado, de campos desportivos e parque infantil. No entanto, o facto do parque ser murado faz com que a vivência da própria alameda seja precária pois não existe a possibilidade de passagem de um lado para o outro. Serve como se fosse uma rotunda única, visto só ter um sentido de automóvel de cada lado, o que dificulta também a utilização da mesma [Figura 20].



14

Fig. 10 - Fotografia da Ilha dos Amores no Jardim Júlio Graça, AMVC.

Fig. 11 - Postal Campos de Jogos na Avenida, anos 30, séc.XX, AMVC.

Fig. 12 - Fotografia do Coreto no Jardim Júlio Graça, AMVC.

Fig. 13 - Fotografia do Jardim Júlio Graça, AMVC.

Fig. 14 - Fotografia do Palácio Hotel de Vila do Conde, 1920, AMVC.



## Anteplano de Urbanização

O vazio permanece. Em 1952, Agostinho Ricca e Miguel Rezende elaboram o Ante-Plano de Urbanização de Vila do Conde [Figura 16], que propõe alterações, não só o núcleo, como no bairro balnear e na margem atlântica do território de Vila de Conde. Apesar de não ter sido implementado, ter sido esquecido pelo município até aos anos 60, o plano revela algumas circunstâncias estudadas que mais tarde foram reequacionadas, nomeadamente a “deslocação da indústria dos estaleiros navais da margem direita para a margem esquerda do rio Ave e a construção de vários edifícios de modo a substituir vários equipamentos que se encontravam em más condições, como os Correios, O Mercado Municipal e o Palácio da Justiça.” (Gonçalves, 2012, p 21).

Na área de intervenção existem algumas premissas relevantes: a preservação da duna na zona a sul, onde hoje, em parte, com exceção do Plano da Marginal (Álvaro Siza), já se construíram empreendimentos para habitação; a demolição do casario da quinta a nascente e uma proposta de loteamento habitacional e de comércio que ocupa apenas parte do vazio; e a constituição de um parque recreativo composto por um lago no centro.

Este terreno de génese dunar, estando entre o mar e o rio é propício a cheias, o mapa ao lado contempla as áreas que poderão ser afetadas [Figura 15]. Por isso, a importância de manter o solo permeável reflete-se no Anteplano. A paisagem no seu estado natural, a proteção da duna como objetivo de projeto, de cidade e de futuro. Esta é a base da proposta.



16

Fig. 15 - Ortofotomapa de Vila do Conde, com a área das cheias, feito com base no mapa do PMEPCVC, elaborado pela autora.

Fig. 16 - Anteplano de Urbanização de Vila do Conde, 1951, Agostinho Ricca.



## Proposta da Infraestrutura como parte integrante do Espaço Público

A proposta passa por criar um caminho pedonal programático que pretende despoletar a consolidação de um vazio primordial significativo de Vila do Conde, deixado assim pelas sucessivas intervenções que foram marcando o crescimento da malha urbana entre o centro histórico e a frente de mar [Figura 18].

Passa por ligar a Avenida Júlio Graça e a Avenida do Brasil nas traseiras de uma proposta de edifícios de habitação, criando acessos e distribuindo um programa desportivo com instalações de apoio para a transposição dos campos de jogos e parques didáticos que se encontram no centro da Avenida Júlio Graça e que bloqueiam a ligação transversal entre os seus dois lados [Figura 20], terminando com a proposta de uma promenade que sirva simultaneamente de rua pedonal e ciclável, bem como, de ponte para acesso a outra margem, Azurara.

“Pretende-se ainda a constituição de uma Ciclovía, com percursos pedonais associados, que se estende desde o limite norte do concelho, pela frente atlântica e margens do rio, até ao Parque Ribeirinho da Azurara (...)” (MAOT & CMVC, 2000, p. 9).

Estruturando o vazio através de um eixo, pretende-se resolver uma situação secular de exclusão, atribuindo uma função ao espaço, antecipando uma especulação imobiliária iminente que resultaria numa privatização de um possível espaço público para a cidade.

Entre o mar e o rio, cria-se um percurso que se interliga com a malha urbana, em continuidade com o centro histórico. Tal como o aqueduto de Vila do Conde [Figura 19 e 25], trata-se de uma infraestrutura que serve a população.

O programa desportivo liberta a Alameda central, transpondo os campos desportivos para o vazio e ligando-os com o percurso. É uma matriz para o futuro, podendo ser ocupada, transformada, e adoçada a novas construções, sem nunca perder a sua principal função - servir e criar cidade.



18



19



20

Fig. 17 - Fotografia de Vila do Conde, vista aérea sobre o vazio e a Avenida Júlio Graça, AMVC.

Fig. 18 - Postal Panorama de Vila do Conde vazio ao fundo, AMVC.

Fig. 19 - Planta de Vila do Conde ano de 1977, AMVC.

Fig. 20 - Fotografia do Palácio Hotel de Vila do Conde, 1920, AMVC.



21



22



23



24

O Plano da Marginal de Vila do Conde revela, na sua intenção de aproximar a cidade do mar, uma realização da duna como espaço público [Figura 21]. O seu estado inconcluso revela apenas a renaturalização do solo como base para intervenções, sendo esse o grande gesto (aparentemente) final do projeto. Dessa forma, apesar de não ser a intenção inicial, acrescenta importância à preservação do solo, da gênese do território no desenho do espaço público. Os muros de betão protegem-no da cidade. O confronto com o mar é mediado.

O solo e sua ocupação como matéria de investigação de um território é uma constante na obra de Álvaro Siza. A topografia do lugar revela as características biofísicas, as suas imposições naturais, a forma como foi ocupado, habitado e desfigurado. É a base da arquitetura.

A Piscina de Leça [Figura 22] é um expoente máximo dessa relação, entre natureza e construção, da introdução disruptiva, em continuidade, com a envolvente e a paisagem. A forma como se trata a mediação entre os elementos de construção, naturais e artificiais.

O caso da Malagueira é importante salientar- “O solo como matéria fundamental da Paisagem, como Construção, tornou-se um dos aspetos estruturantes da Malagueira” (Silva, 2021). A observação inicial do território do ponto de vista da presença da água, da forma como podia ser reaproveitada tendo em conta a topografia da Malagueira, contribui para o desenho do espaço público e para a implantação do programa principal, as habitações. A construção da paisagem através de elementos básicos da natureza, acentuados por muros e movimentos de terras cuidados da envolvente e topografia original fazem parte da reflexão do projeto como transformação de um lugar, ou como sua preservação.



25

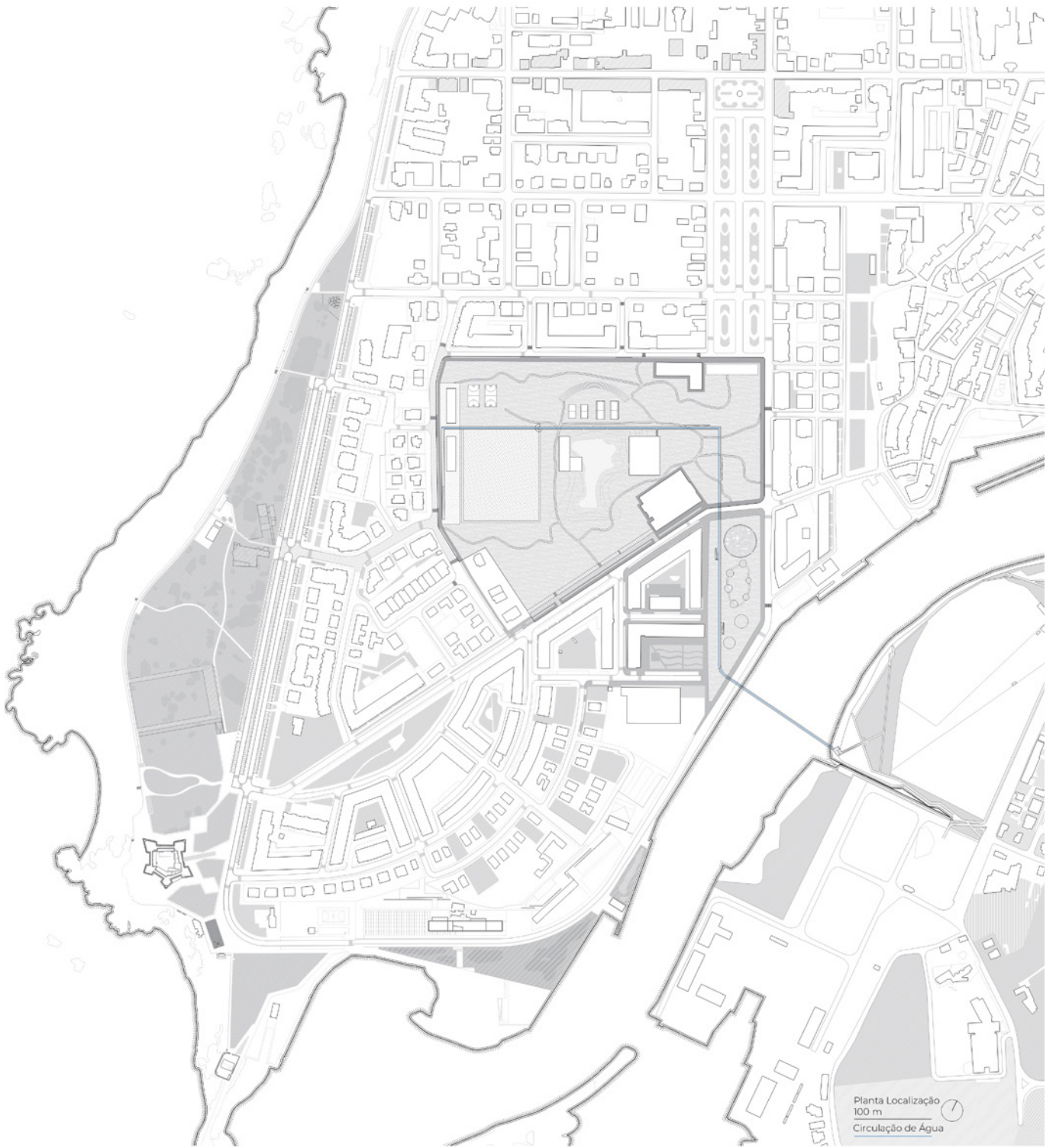
Fig. 21 - Fotografia da Avenida do Brasil antes da construção das novas avenidas, AMVC.

Fig. 22 - Fotografia aérea da piscina das marés, Leça da Palmeira.

Fig. 23 - Fotografia do Aqueduto da Malagueira, Julien Barro.

Fig. 24 - Fotografia das piscinas de Bellinonza, Archivio del Moderno.

Fig. 25 - Fotografia do Aqueduto de Vila do Conde, AMP.





Na área de intervenção propõe-se uma operação topográfica que acentua as características naturais do vazio, aprofundando o seu centro onde se encontrava um pequeno declive, sendo assim possível criar uma bacia de retenção, capaz de absorver a acumulação de água em precipitações contínuas. Pretende-se deixar o terreno permeável e repleto de vegetação espontânea, no qual se acrescentam espécies que permitam a continuidade da duna como solo intocado, à semelhança do projeto do Parque Atlântico do Siza, que “re-naturaliza” (preserva) a duna, trazendo novamente a sua génese.

Através da nova topografia criam-se clareiras alternadas por desníveis repletos de arborização densa, principalmente composta por pinheiros mansos. Nas clareiras, alia-se à componente ambiental, a ocupação programática de fim recreativo, social e cultural.

O lago central, criado a partir da escavação, transforma-se numa cisterna infraestrutural de distribuição de água para as regas e outros afins dentro do novo parque desportivo, utilizando o passadiço, o eixo estruturante como canal de infraestruturas do complexo.

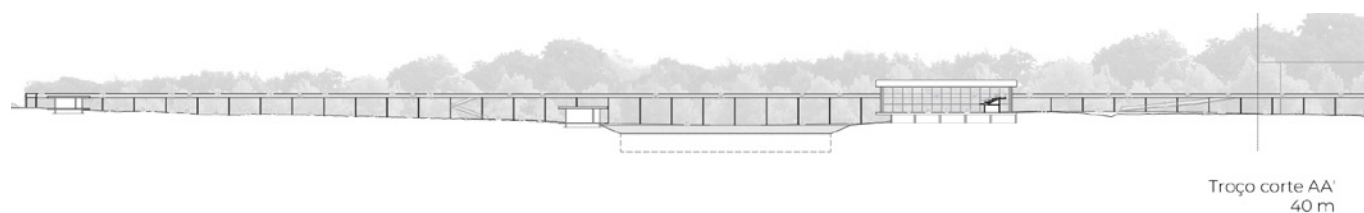
Na Malagueira, Álvaro Siza desenha a “conduta”, elevando as infraestruturas à altura das casas [Figura 23].

“Entretanto surgira-me a ideia de elevar as redes de infraestruturas à altura das coberturas: entre as duas casas contrapostas passa uma conduta secundária, que fornece todas as habitações partindo da conduta principal desta estrutura seria o aqueduto de Évora, que na realidade me impressionou muito e por isso poderá ter representado uma primeira sugestão.” (Vieira, 1998, p. 117).

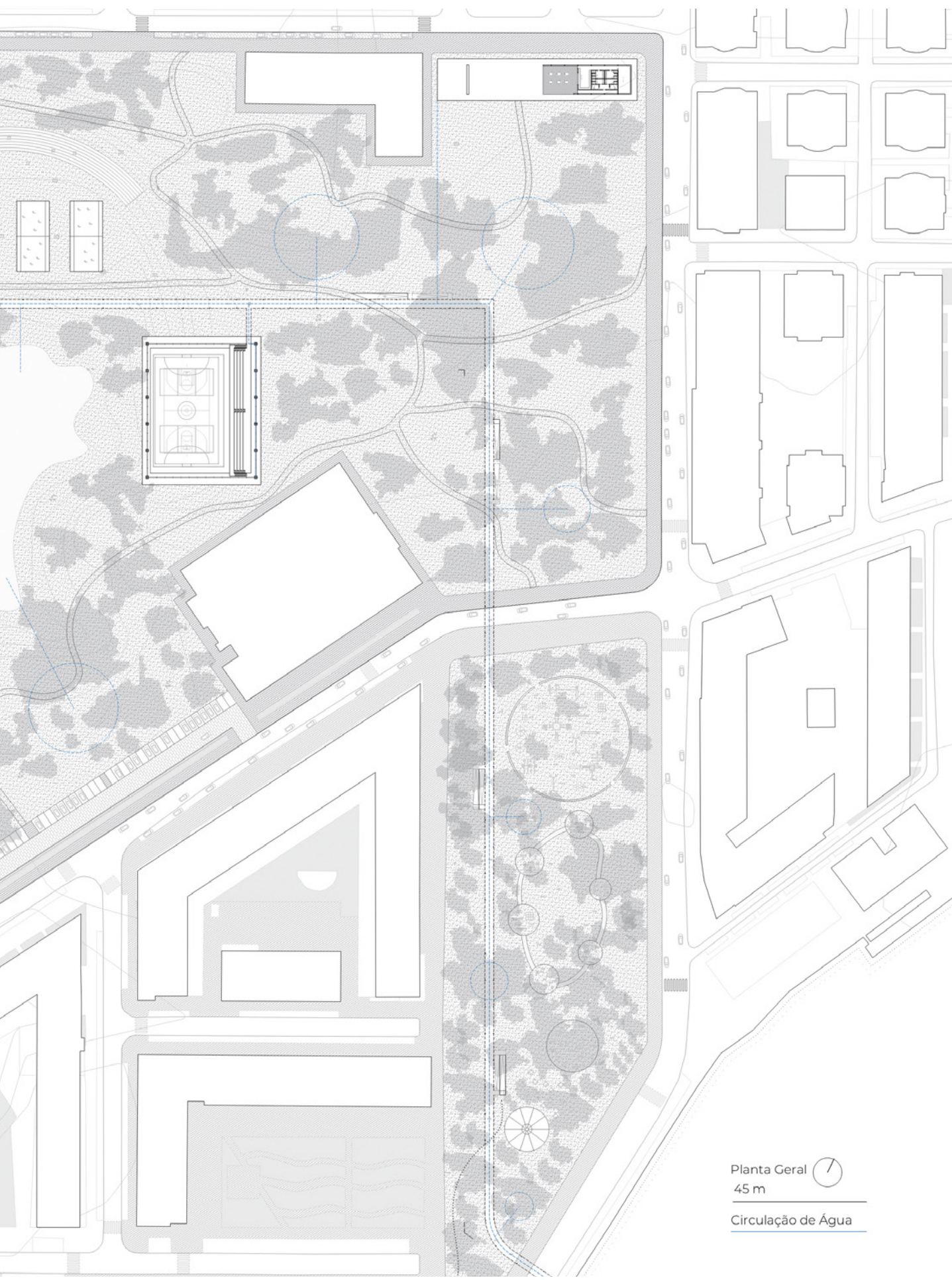
O passadiço é a relação entre o Aqueduto, como forma arcaica de infraestrutura, como por exemplo, o Aqueduto de Santa Clara [Figura 19 e 25], e como percurso. Álvaro Siza procurava ainda, uma outra forma de aproximação à cidade, através do seu pragmatismo infraestrutural e da “limitação dada pela presença de uma escala única (...) tinha de encontrar uma solução que permitisse aquele diálogo, que vemos em qualquer cidade, entre o tecido uniforme e contínuo das casas e os edifícios coletivos. Esta grande estrutura, que atravessa todo o terreno, tem por isso e sobretudo a função de definir uma outra escala.” (Vieira, 1998, p. 118).

O passadiço procura essa outra escala percorrendo o programa criando espaços, não perturbando o solo, e permitindo uma regeneração biofísica do lugar. Prolonga-se até ao rio, onde se transforma numa ponte que liga até ao Parque da Azurara. No lado oeste, desce até ao solo, onde se propõe que continue, através de um pavimento em calçada de basalto, com indicação de prioridade de passagem pedonal, até à praia, não limitando a intervenção aos limites do vazio, mas sim permitindo que ganhe uma expressão na malha urbana da cidade.

As piscinas de Bellinonza de Aurelio Galfetti [Figura 24] são igualmente uma reflexão sobre espaço público através de um percurso elevado, sob um terreno em perigo de cheias. Uma matriz que organiza o programa na sua integridade, que organiza o espaço e insere-se na paisagem, transformando o que está por baixo em espaço público também.

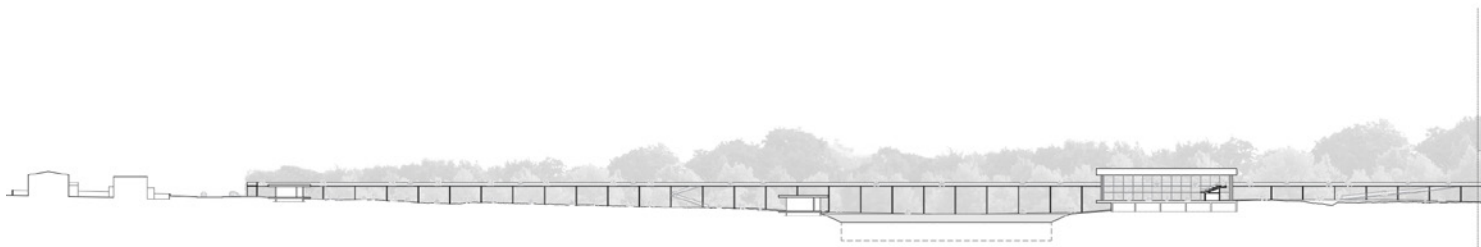


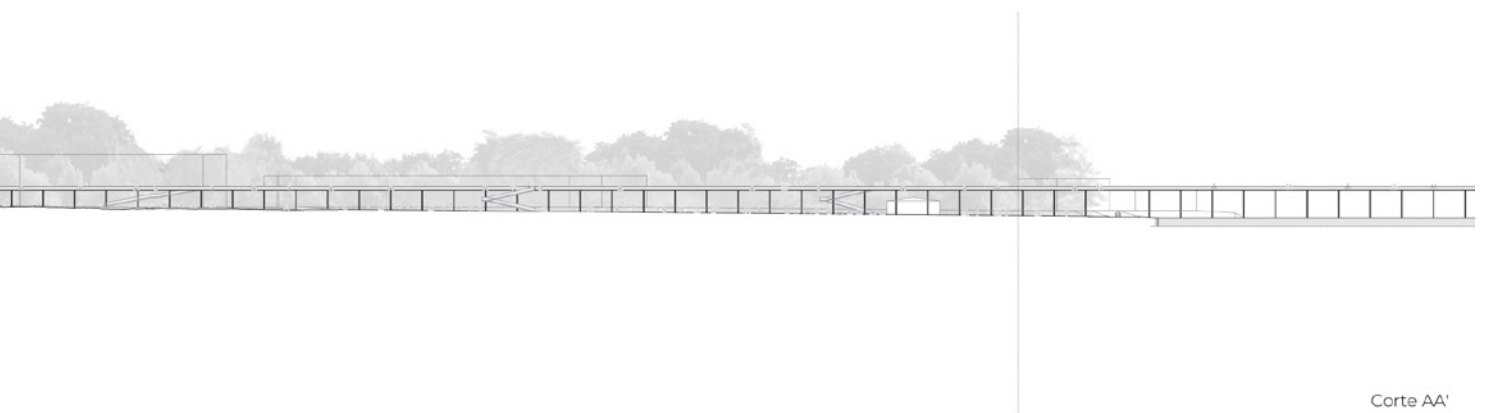




Planta Geral 7  
45 m

Circulação de Água





Corte AA'  
40m



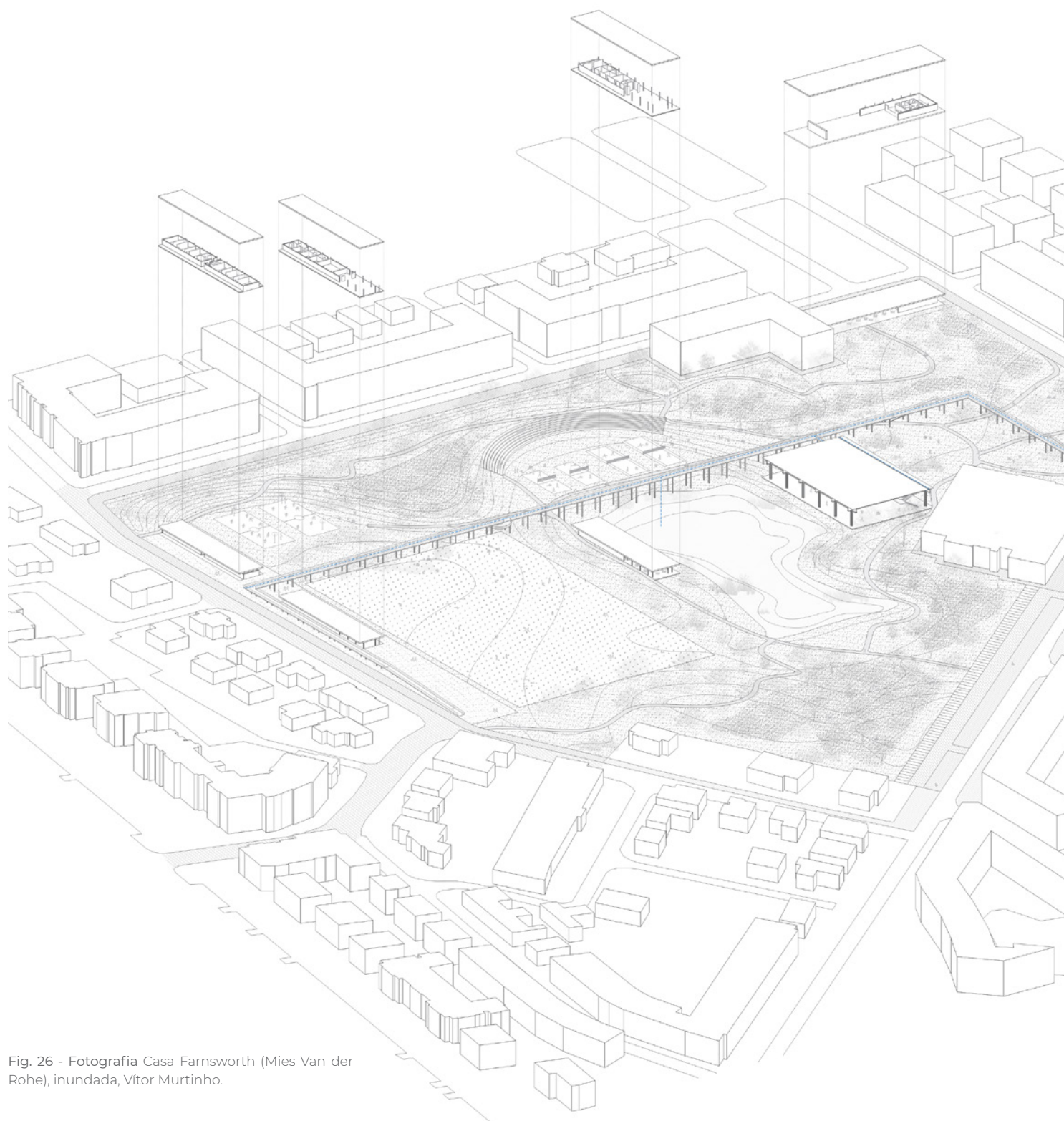
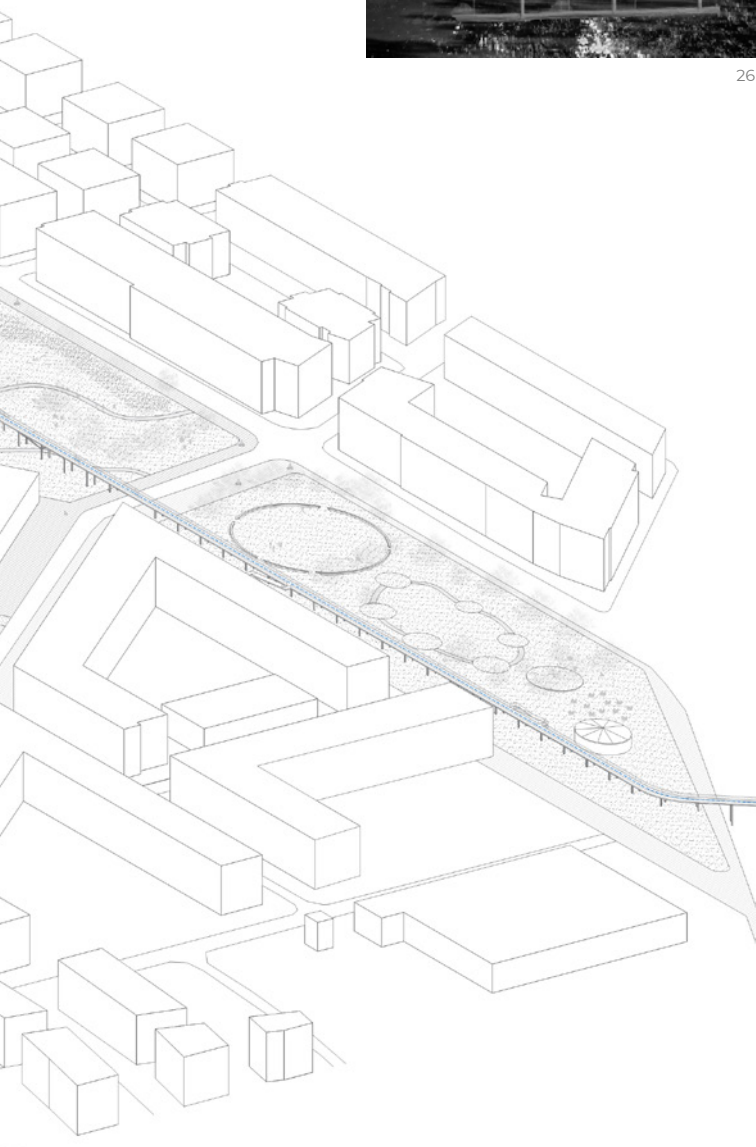


Fig. 26 - Fotografia Casa Farnsworth (Mies Van der Rohe), inundada, Vítor Murinho.



26



Axonometria do projeto  
Circulação de Água

A posição privilegiada da promenade, elevada do solo, confere-lhe uma experiência diferente não só com as edificações, mas também com a vegetação de estrato arbóreo. As pessoas percorrem o vazio à cota das copas das árvores, conseguindo experienciar a natureza de uma outra forma.

O programa distribui-se por pequenos pavilhões complementares, que ocupam algumas das clareiras do parque. Estruturalmente uniformes, possuem um embasamento alicerçado num sistema de pilares e vigas que os levantam do solo, permitindo que a sua imposição no solo permeável seja reduzida, através de plataformas que incorporam uma relação interior/ exterior com o parque.

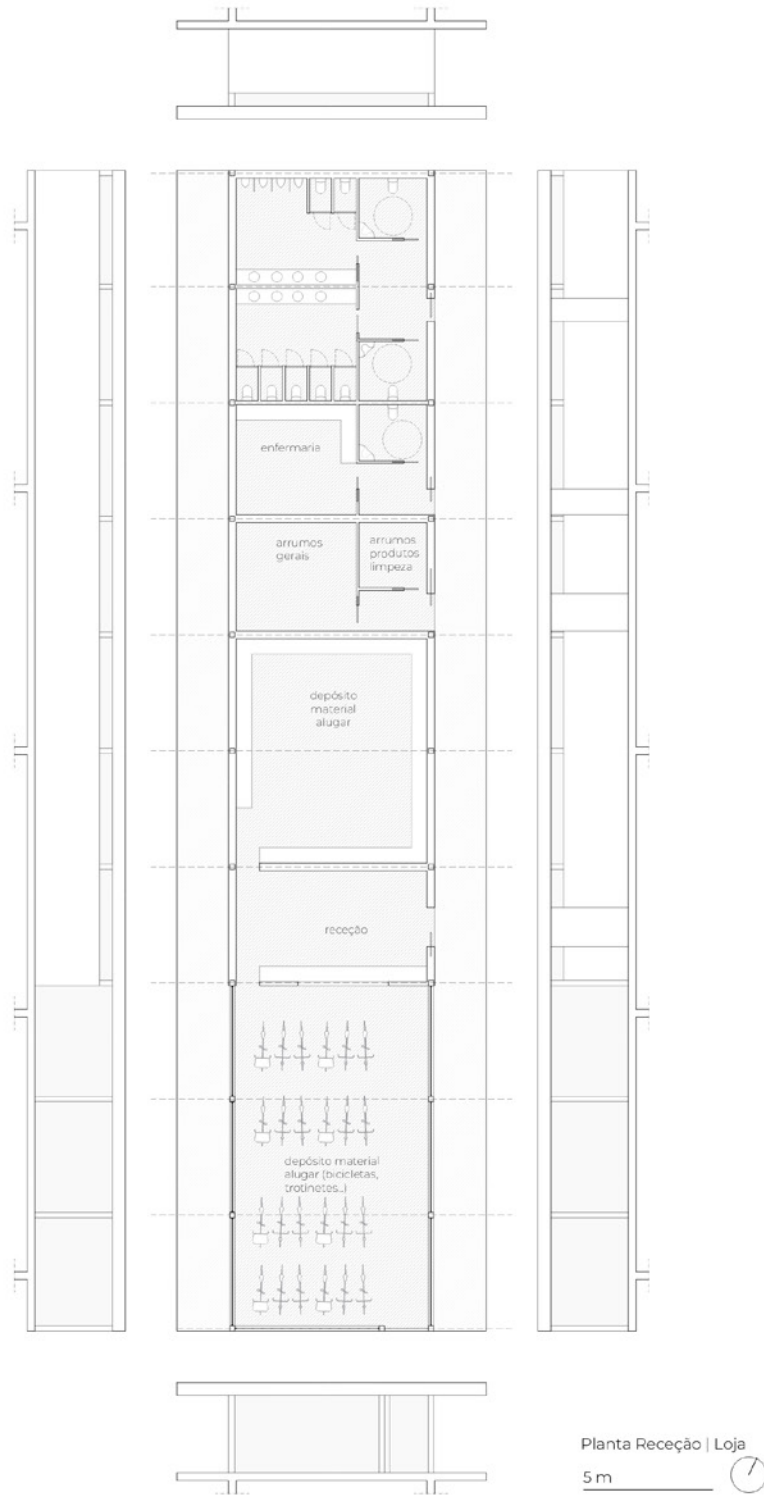
Reflete-se sobre exemplos do modernismo, no toque reduto de edifícios como a Casa Farnsworth ou Crown Hall de Mies Van der Rohe, que flutuavam sobre o chão, apoiados apenas por pilares metálicos. Minimizar essa implantação, torna-se essencial na definição de ocupação do vazio, e na forma como se distribui o programa.

Nos limites da área de intervenção, criam-se edifícios de frente com a cidade, e de proteção do interior do vazio. A nordeste, prolonga-se o parque até ao interior da alameda, pontuando o limite através de uma edificação que conclui o seu enfiamento do antigo passeio público.

A sudeste, o parque prolonga-se em termos programáticos até às Piscinas Municipais, adicionando-as ao complexo desportivo.

A oeste, colocam-se os serviços e programas públicos funcionais, em relação de proximidade com a praia: a receção que dá apoio a todo o parque, onde existe uma enfermaria, instalações sanitárias, zona de arrumos e uma loja onde se pode alugar material desportivo; e o edifício de balneários públicos.

Ao centro o restaurante, em contacto direto com o lago, onde se abre uma esplanada sobre este. Com uma sala de refeições interior e exterior, cozinha e armazém.





## Recepção / Loja

Edifício de recepção e de apoio a todo o parque, onde existe uma enfermaria, instalações sanitárias, zona de arrumos e uma loja onde se pode alugar material desportivo, como, bolas, capacetes, bicicletas, trotines...

Area de exposição - 99 m<sup>2</sup>

Recepção - 28 m<sup>2</sup>

Depósito material - 64 m<sup>2</sup>

Arrumos gerais - 19 m<sup>2</sup>

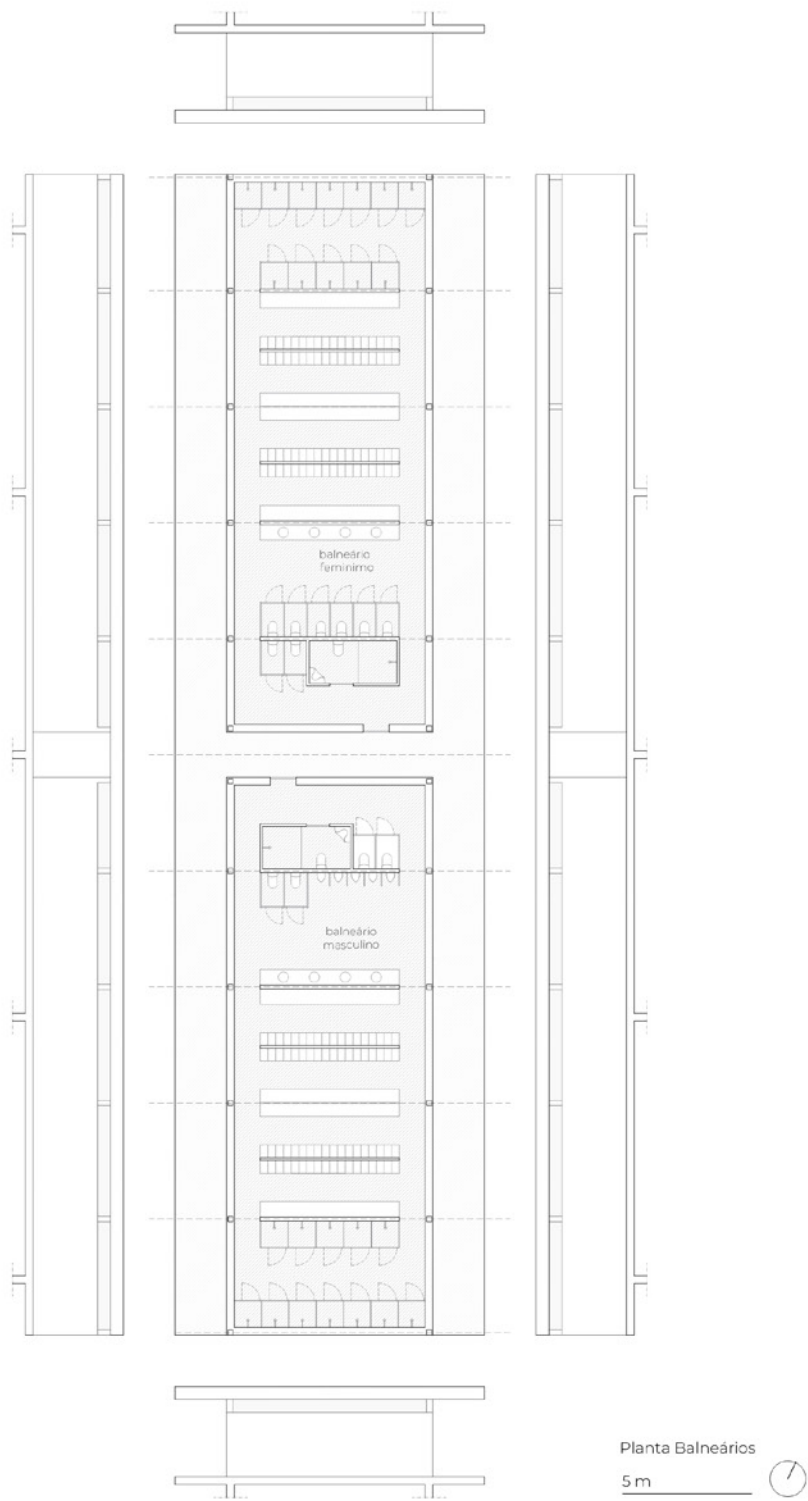
Arrumos limpeza - 7 m<sup>2</sup>

Enfermaria - 20 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária enfermaria - 6 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária feminina - 20 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária masculina - 20 m<sup>2</sup>



Planta Banheiros

5 m



## Balneários

Edifício de balneários que faz a ligação da rua ao interior do parque.

Balneário masculino - 155 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária - 13 m<sup>2</sup>

Zona de cacifos e bancos - 47 m<sup>2</sup>

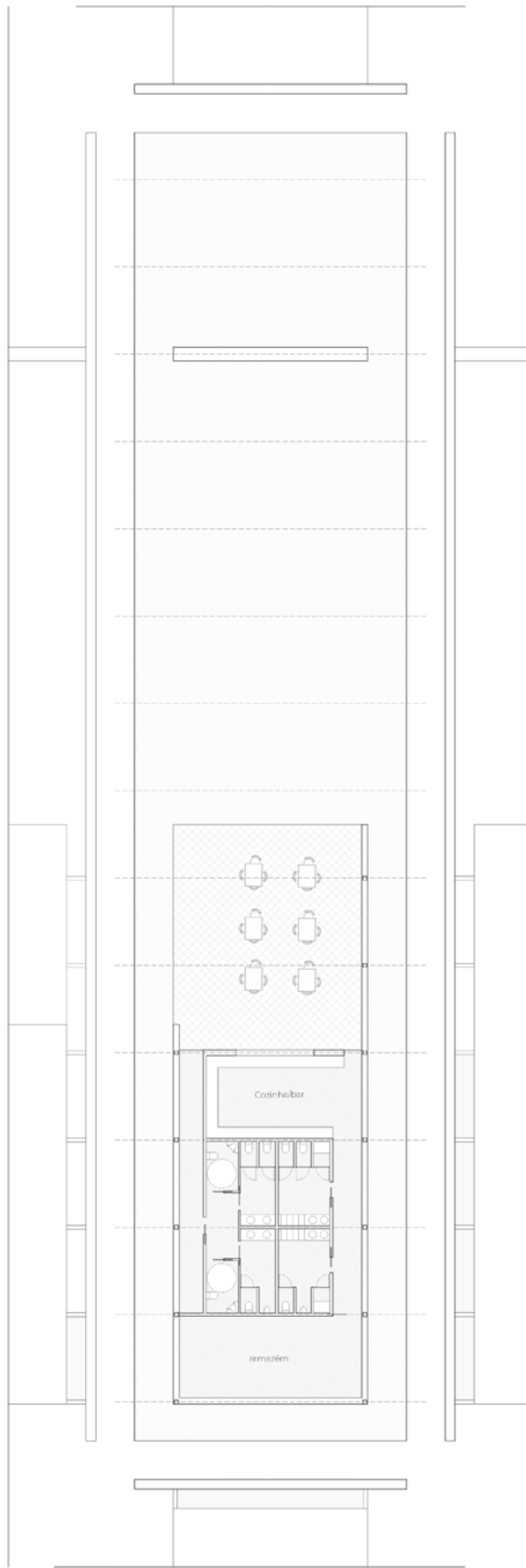
Zona de duches - 12 m<sup>2</sup>

Balneário feminino - 155 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária - 16 m<sup>2</sup>

Zona de cacifos e bancos - 47 m<sup>2</sup>

Zona de duches - 12 m<sup>2</sup>



Planta Café  
5 m



## Café

Entrada pela alameda, antigo passeio público de Vila do Conde.

Área coberta exterior - 495 m<sup>2</sup>

Esplanada - 112 m<sup>2</sup>

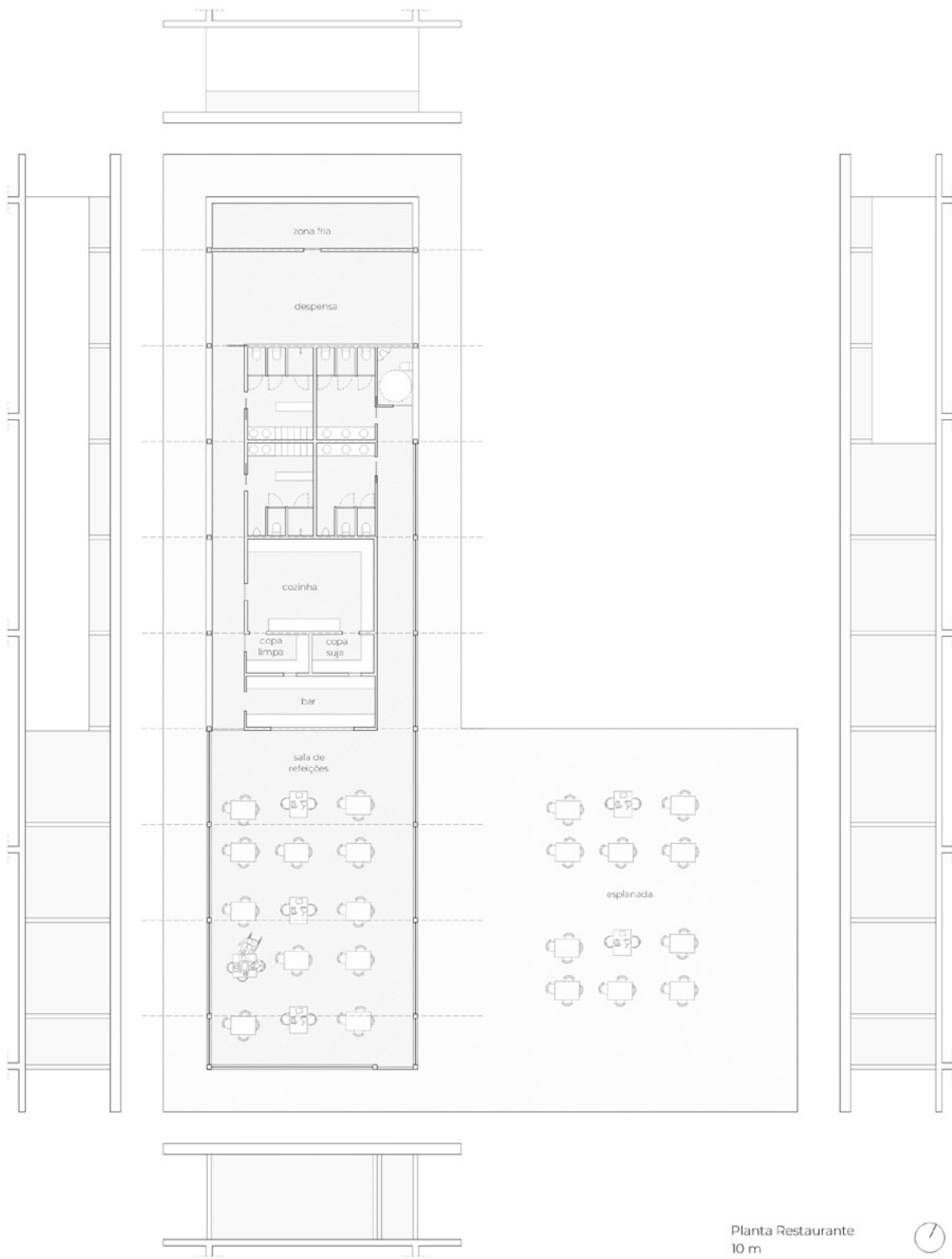
Cozinha | bar - 30 m<sup>2</sup>

Balneário funcionários (feminino e masculino) - 23 m<sup>2</sup>

Instalações sanitárias femininas - 8 m<sup>2</sup>

Instalações sanitárias masculinas - 8 m<sup>2</sup>

Mobilidade reduzida cada i.s. - 4 m<sup>2</sup>



Planta Restaurante  
10 m



## Restaurante

Edifício no centro do parque e em contacto direto com o lago, onde se abre uma esplanada sobre este. Com uma sala de refeições interior e exterior, instalações sanitárias, balneários de apoio, cozinha e armazém.

Esplanada - 284 m<sup>2</sup>

Sala de refeições - 149 m<sup>2</sup>

Bar - 15 m<sup>2</sup>

Cozinha - 26 m<sup>2</sup>

Copa limpa - 5 m<sup>2</sup>

Copa suja - 5 m<sup>2</sup>

Balneário funcionários (feminino e masculino) - 27 m<sup>2</sup>

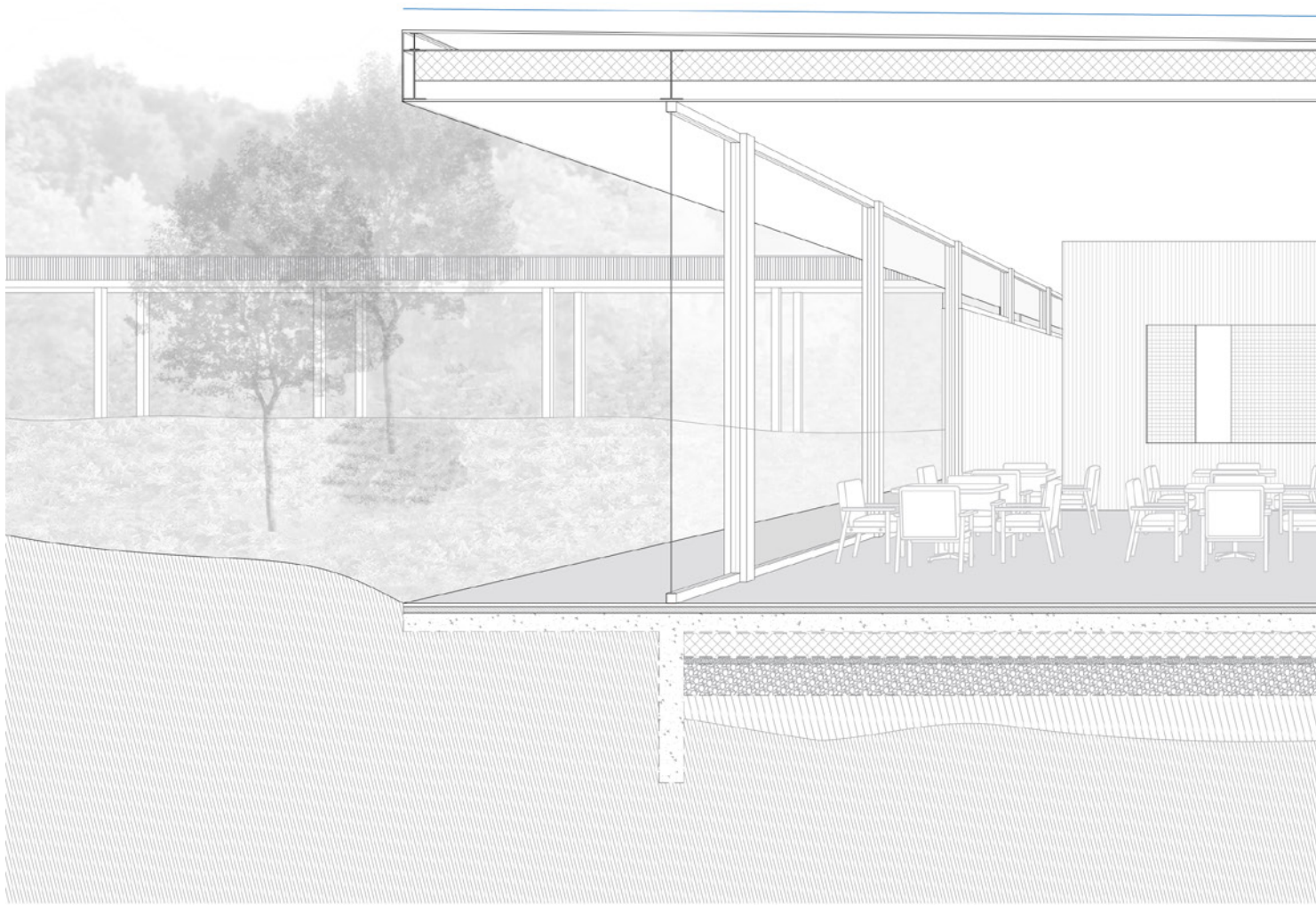
Despensa - 40 m<sup>2</sup>

Zona Fria - 20 m<sup>2</sup>

Instalações sanitárias femininas - 12 m<sup>2</sup>

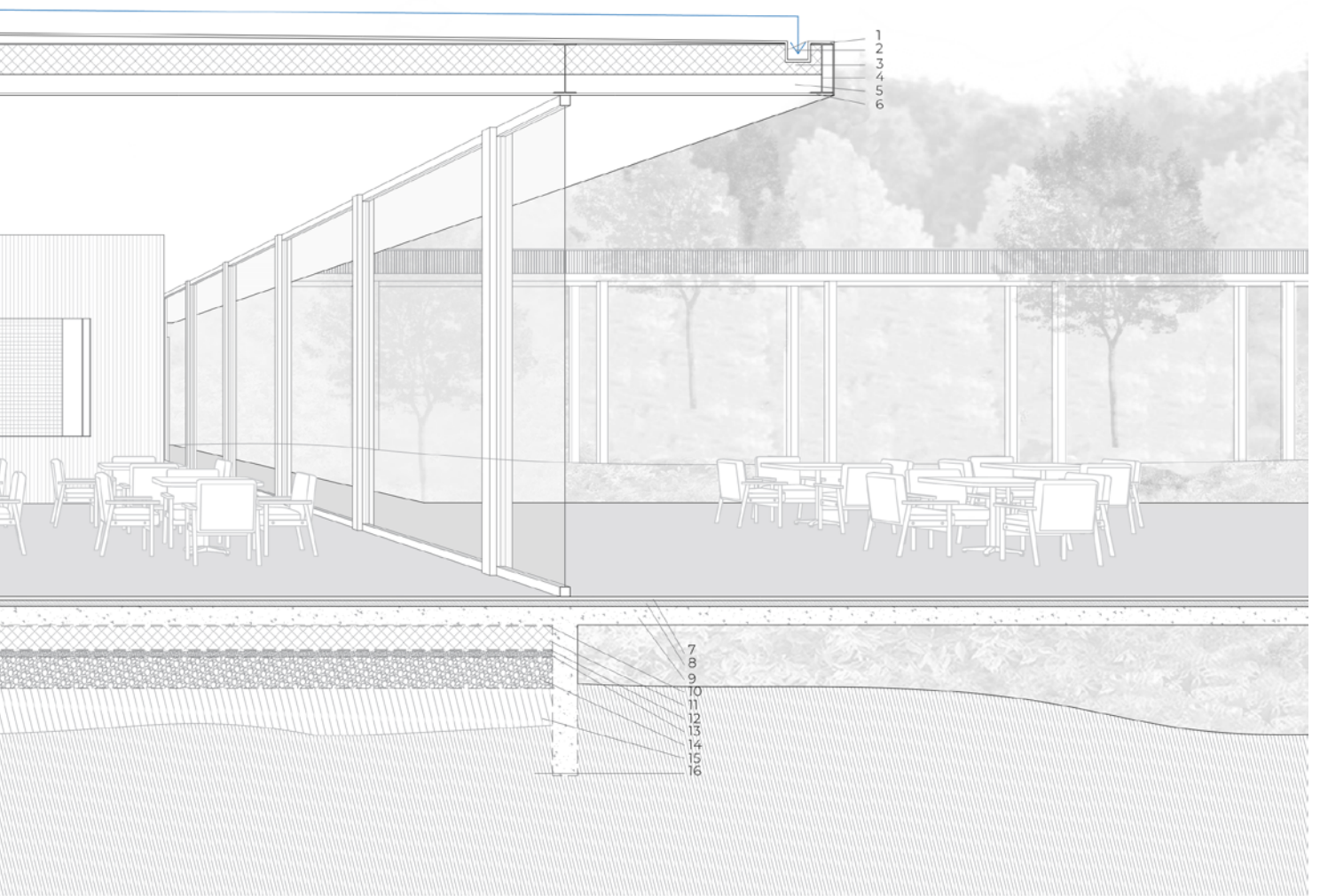
Instalações sanitárias masculinas - 12 m<sup>2</sup>

Mobilidade reduzida - 4 m<sup>2</sup>



- 1 - Revestimento em Zinco
- 2 - Caleira inserida no revestimento da cobertura
- 3 - Painel Ondutherm
- 4 - Estrutura pilar - viga metálica
- 5 - Caixa de ar para zona técnica
- 6 - Placa de gesso cartonado
- 7 - Pavimento em microcimento
- 8 - Betonilha de cimento
- 9 - Laje e fundações de betão
- 10 - Membrana
- 11 - Isolamento térmico
- 12 - Tela impermeabilizante
- 13 - Betão de limpeza
- 14 - Gravelha
- 15 - Terreno compactado
- 16 - Terra / areia





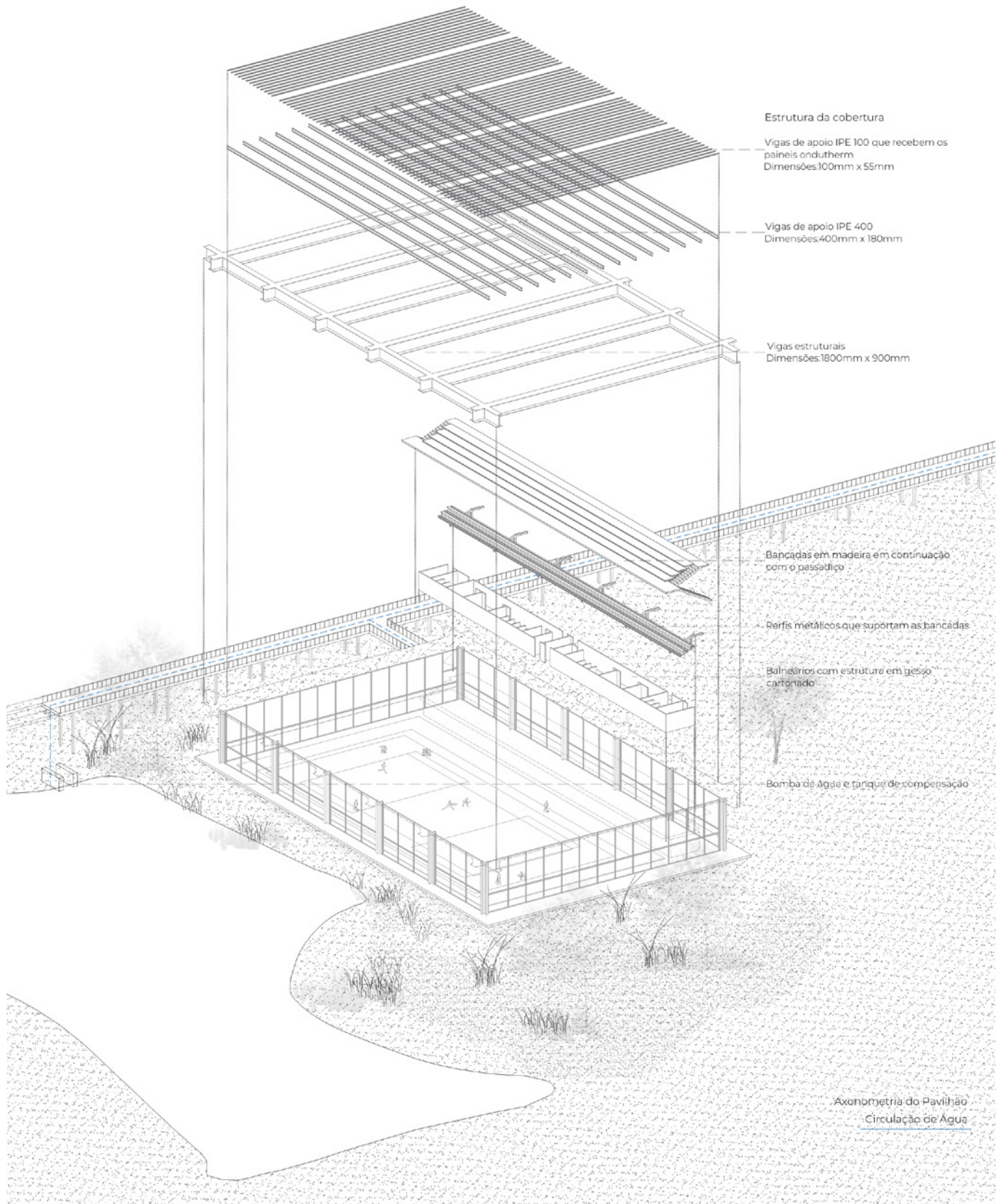
Corte perspectivado do restaurante  
1.5 m

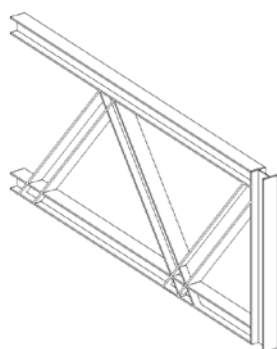
Circulação de Água



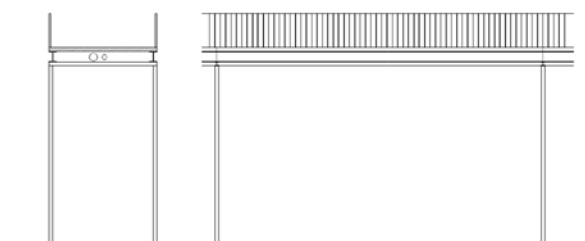


Fig. 27 - Fotomontagem do passadiço com vista para o pavilhão, pela autora.





27



28

## Pavilhão

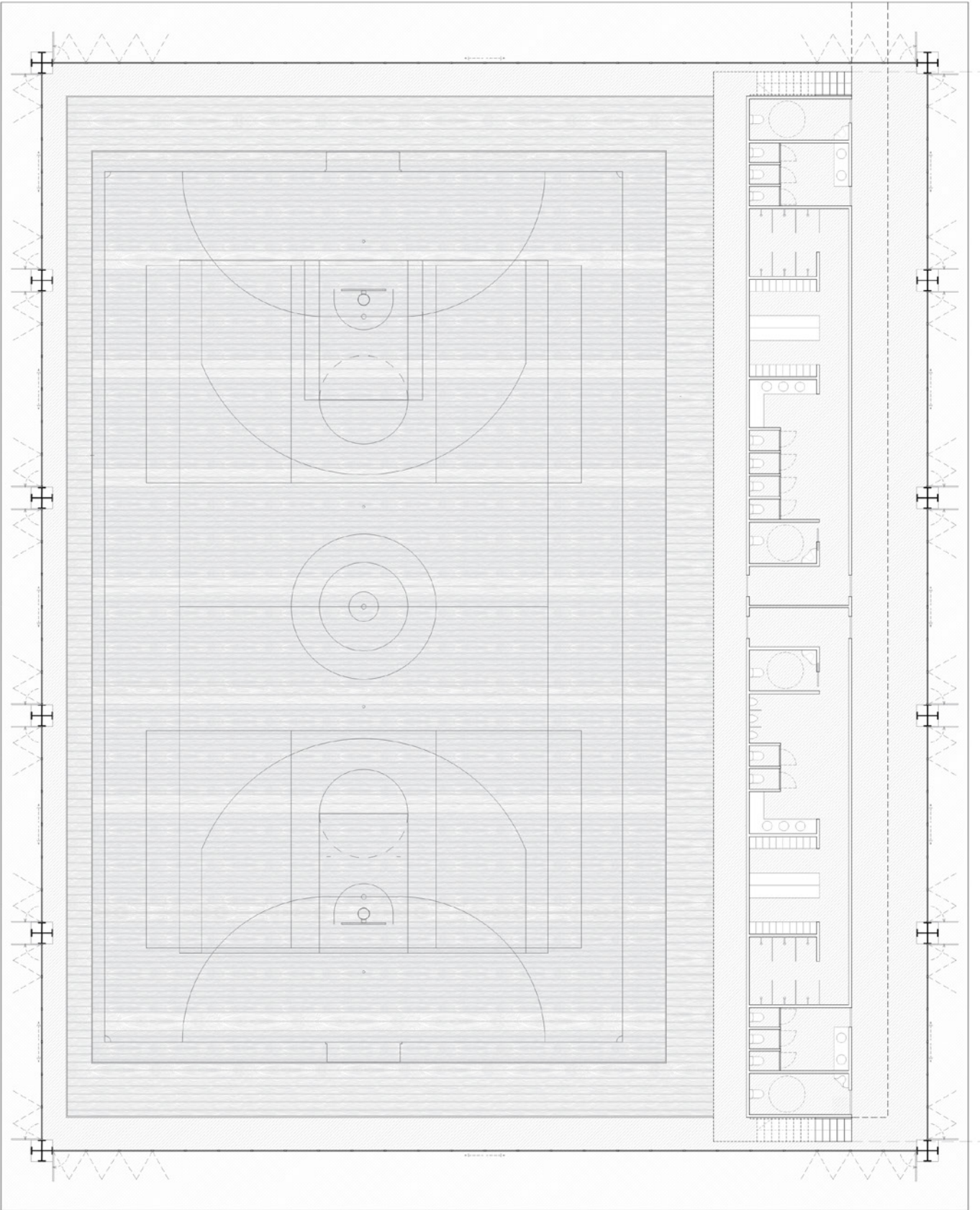
O pavilhão desportivo, o edifício de maior dimensão do conjunto (50mx40m), é composto por uma estrutura metálica, de perfis em I, que se destaca da envolvente pela simplicidade formal.

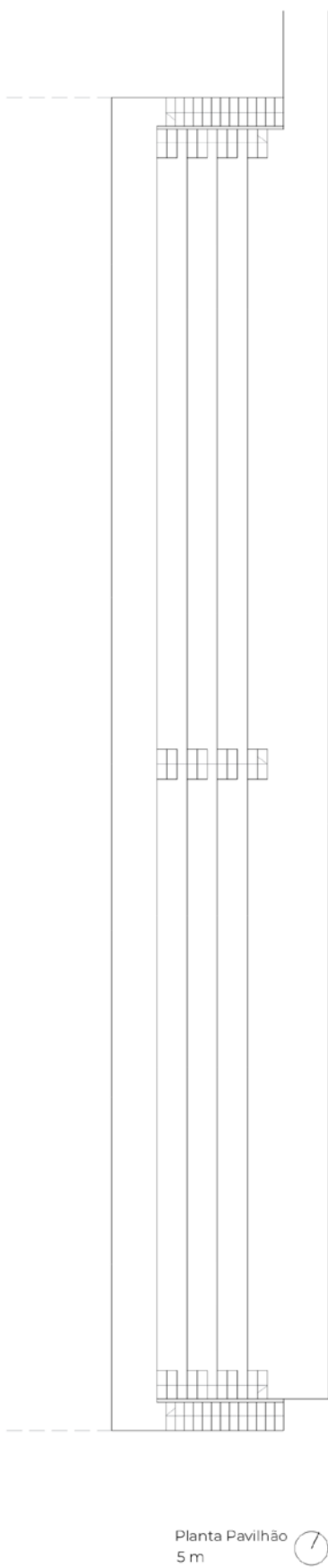
O aço corten, à cor natural, é utilizado por causa de elementos funcionais da estrutura (erosão e resistências), mas também de forma a perpetuar a relação com as construções navais da Azurara. Nesse aspeto, é semelhante à estrutura do passadiço, que depois é complementada por um piso em madeira. O piso do pavilhão é próprio para a prática desportiva comum, organizada ou não.

Os vãos não são fixos, permitindo que no Verão e Primavera seja um espaço exterior coberto, sendo apropriado pelas pessoas de forma livre. Os balneários são removíveis, construídos de forma a poderem ser desmontados e retirados do espaço. Este, pode ser transformado e convertido. Não se restringe ao programa atual nem aos futuros. Pertence à cidade.

Fig. 27 - Pormenor VÍgas estruturais em forma de treliça vencem o vão longitudinal suportadas por pilares em cruz compostos por dois perfis metálicos perpendiculares fixados à plataforma.

Fig. 28 - Pormenor Passadiço





## Pavilhão

Zona de desportos cobertos, futebol, basquetebol, voleibol, com acesso a balneários interiores, como uma bancada de espectadores. O seu acesso é feito pela cota terrea, bem como pela promenade que integra todo o parque.

Campos - 897 m<sup>2</sup>

Balneário masculino - 92 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária - 11 m<sup>2</sup>

Zona de cacifos e bancos - 11 m<sup>2</sup>

Zona de duches - 10 m<sup>2</sup>

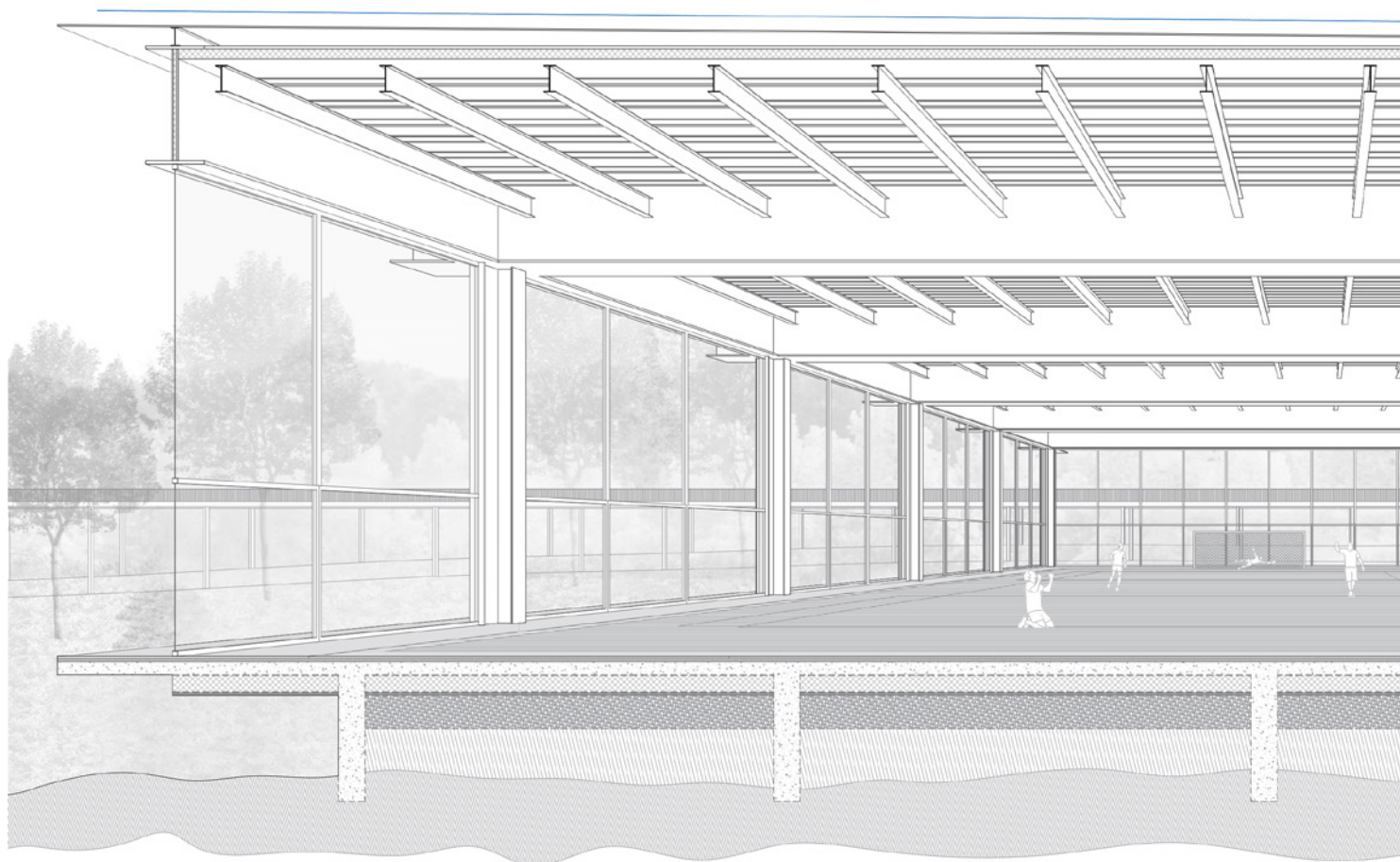
Balneário feminino - 92 m<sup>2</sup>

Instalação sanitária - 13 m<sup>2</sup>

Zona de cacifos e bancos - 11 m<sup>2</sup>

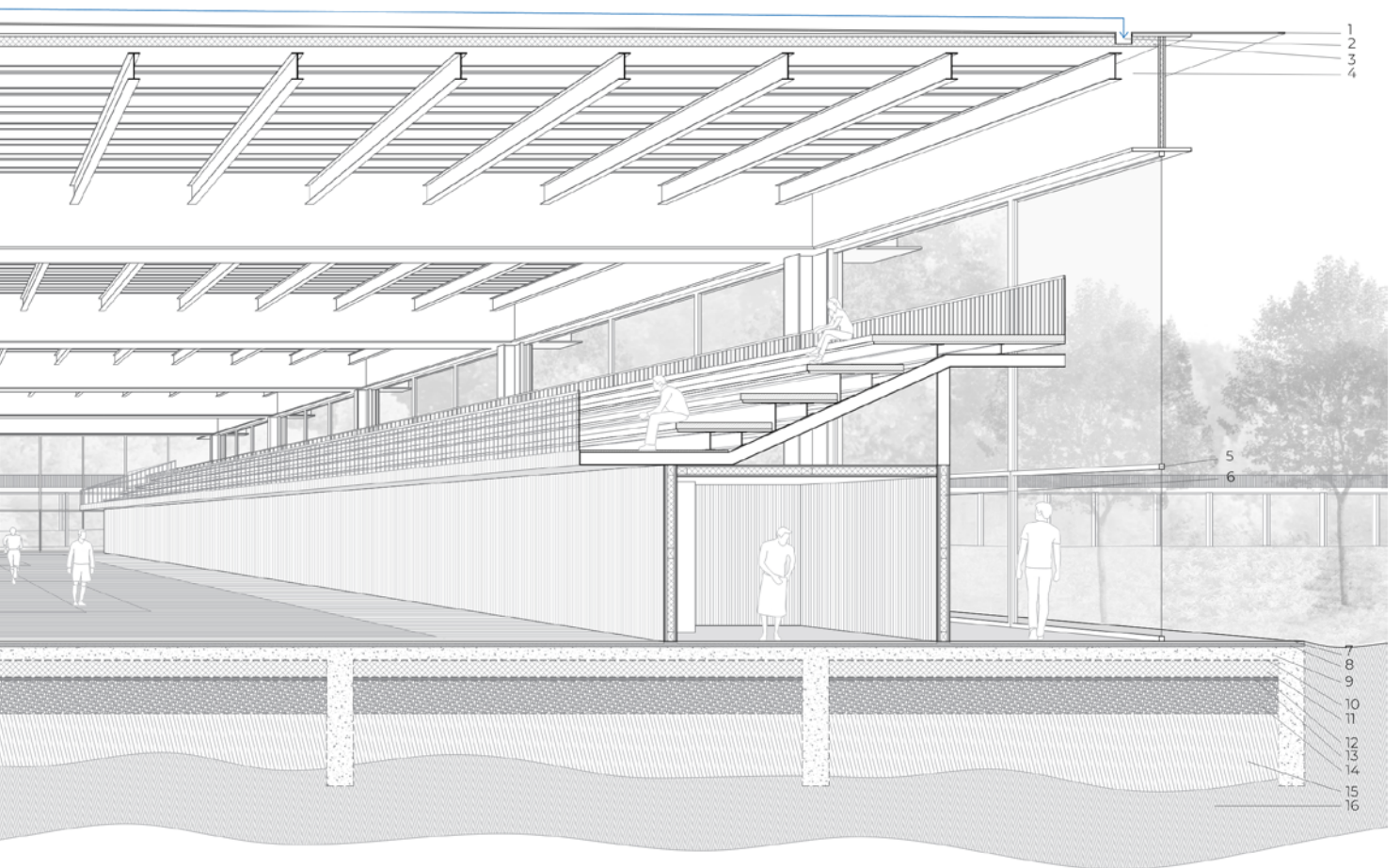
Zona de duches - 10 m<sup>2</sup>

Instalações sanitárias (público) - 38 m<sup>2</sup>



- 1 - Revestimento em Zinco
- 2 - Caleira inserida no revestimento da cobertura
- 3 - Painel Ondutherm
- 4 - Estrutura pilar - viga metálica
- 5 - Caixilharia metálica, com possibilidade de abertura em baixo
- 6 - Gesso cartonado, com sistema de apoio em vigas metálicas e isolamento térmico no interior
- 7 - Pavimento em microcimento
- 8 - Betonilha de cimento
- 9 - Laje e fundações de betão
- 10 - Membrana
- 11 - Isolamento térmico
- 12 - Tela impermeabilizante
- 13 - Betão de limpeza
- 14 - Gravelha
- 15 - Terreno compactado
- 16 - Terra / areia





Corte perspectivado do pavilhão  
2.5 m

Circulação de Água





Fig. 28 - Fotomontagem do interior do pavilhão com vista para o lago, pela autora.



Fig. 29 - Fotografia aérea, onde se vê o mar, o vazio ao centro e rio, AMVC.

## Considerações Finais

Álvaro Siza refere que “as cidades não nascem já acabadas” (Vieira, 1998, p. 124) Vila do Conde é um exemplo claro disso. O seu crescimento foi planeado, mas não executado. As suas lacunas manifestam-se em terrenos de ninguém, como é o caso da área de intervenção.

O projeto pretende responder a uma necessidade de organização e ligação, não de preenchimento: do vazio com a cidade, da duna com o alcatrão, do mar com o rio.

Trata-se de estruturar um espaço através de um eixo, deixando-o livre para que possa continuar a ser utilizado pela cidade.

“O tempo, com muitos arquitetos e inúmeros habitantes, permite esta densidade e esta beleza que vemos quase com desespero nas cidades antigas e que hoje nos parece inatingível. No fundo, esta condição não representa um drama, mas a lição que torna possível esta lenta construção, de modo a que o resultado não seja frágil” (Vieira, 1998, p. 124).

Do solo dunar nascem espécies que se adaptam à sua morfologia. Debaixo dos pavilhões surgirão plantas, que com o passar do tempo, os transformarão em ruínas. A natureza irá prevalecer.

Entre o mar e o rio, existem as dunas.

**Plano Localização**  
 100 m

**Circulação de Águas**

A proposta passa por criar um caminho pedonal programático, que pretende disponibilizar a consolidação de um vazio primordialmente da Vila do Conde, dotado assim pelas sucessivas intervenções que foram marcando o crescimento da malha urbana entre o centro histórico e a freguesia de mar. Pressa por ligar a Avenida Júlio César e a Avenida do Brasil nas frentes de uma proposta de edifícios de habitação, criando acessos e distribuindo um programa desportivo com instalações de apoio para a transposição dos campos de jogos e parques desportivos que se encontram no centro da Avenida Júlio César e que favoreçam a sua ligação transversal entre os seus dois lados, terminando com a proposta de uma promenade que ligue simultaneamente de rio pedonal e costeira bem como de ponte para acesso à outra margem, Aduana.



Estruturando o vazio através de um eixo, pretende-se resolver uma situação secular de abandono, atribuindo uma função ao espaço, estabelecendo uma esboçada ambiguidade evidente que resultará numa revitalização de um possível espaço público para a cidade. Do rio ao mar, cria-se um percurso que se integra com a malha urbana, em continuidade com o centro histórico. Tal como o aqueduto de Vila do Conde, trata-se de uma infraestrutura que serve a população.



**A Ripana no Portal**  
 Daniel Gomes

**Marginal Alentejo**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Avenida Barro Fria**  
 Eduardo dos Santos

**Mercado**  
 Célia Mendes

**Aqueduto de Vila do Conde**

**Cela não construída**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Avenida Júlio César**

**Eixo de Mar e Rio - Percurso Pedonal e Complexo Desportivo**  
 Maria Fróis

**Restauração (não construída)**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Esplanada (não construída)**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Parque Alentejo**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Placeta não construída**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Parque Recreio de Aduana**  
 Aníbal Sousa e Aníbal Sousa

**Fonte São João Baptista**

**Cela Cultural**  
 Ricardo Ferreira

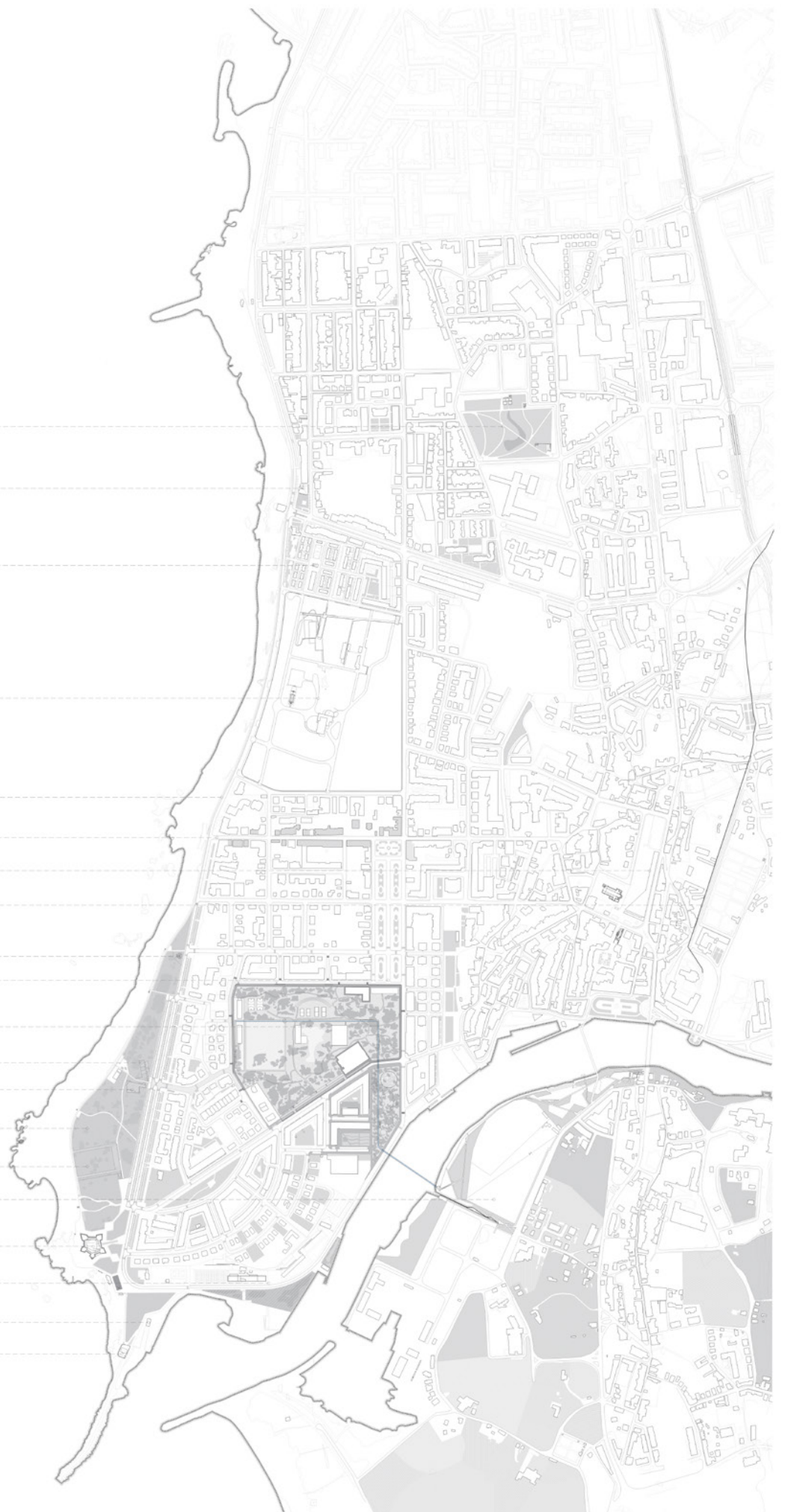
**Instituto Apoio aos Náufragos**

**Capela Nossa Senhora da Cruz**

**Parque Urbano**  
 Aníbal Sousa

**Complexo Habitacional Central**  
 Aníbal Sousa

**Barro Pharaônico do Central**



Plano Geral  
 25m  
 Circulação de Água

O programa desportivo situa-se a flanco da cidade, integrando o caminho desportivo para o vale e ligando-o ao centro urbano. É uma matriz para a futura cidade ser ocupada, transformada, adaptada a novas construções, referenciada pela sua geometria funcional e espacial.

Propõe-se uma operação topográfica que altera as características naturais do sítio, criando um novo centro onde se encontram um espaço de lazer e criando uma zona de retenção/abastecimento de águas e a circulação da água em perspetiva contínua. Entende-se assim o sítio no seu estado atual, respetivos a alguns dos seguintes aspetos: a) a que se aproxima melhor os projetos a sustentabilidade da construção moderna.

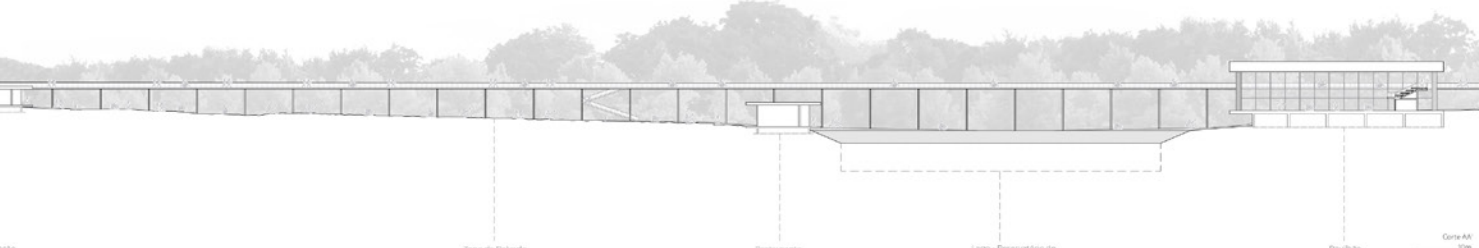


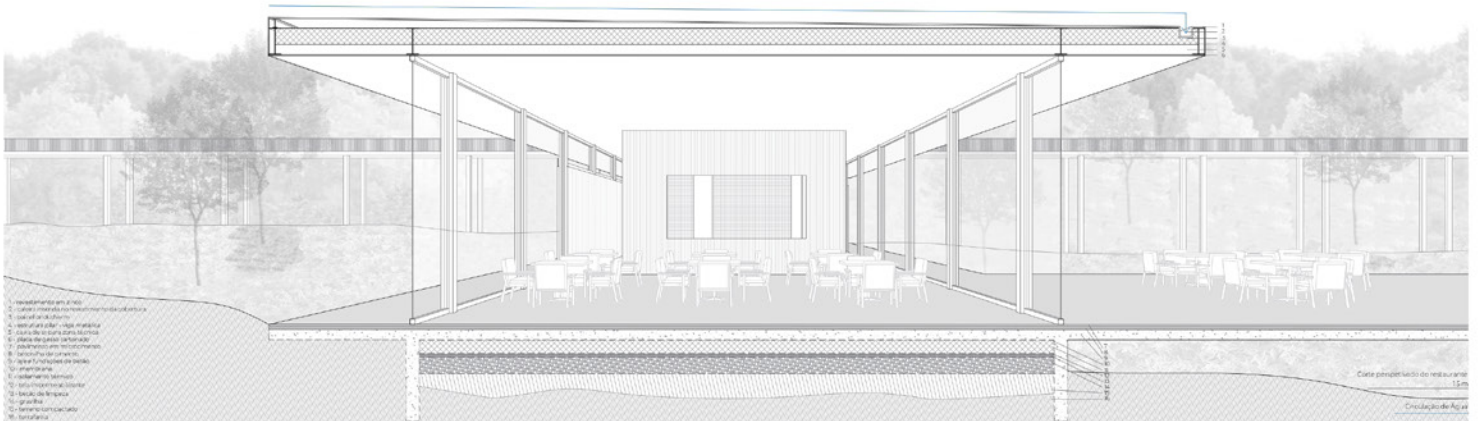
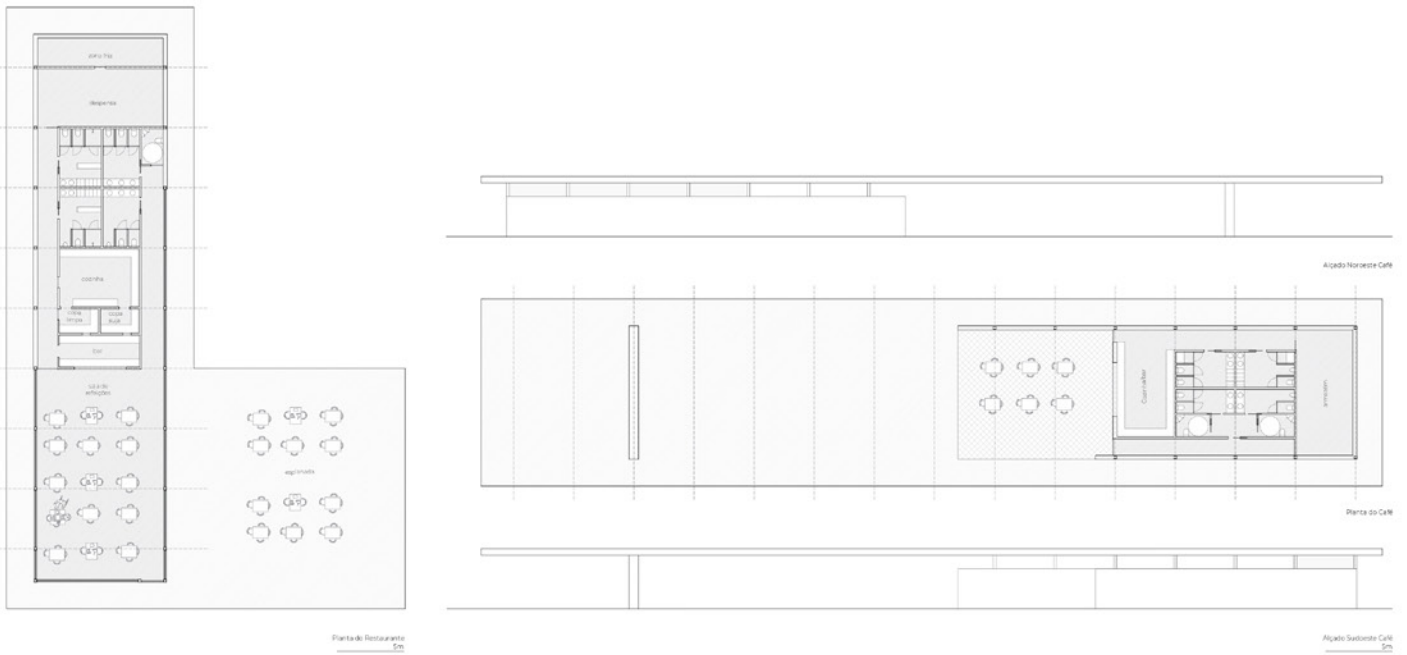
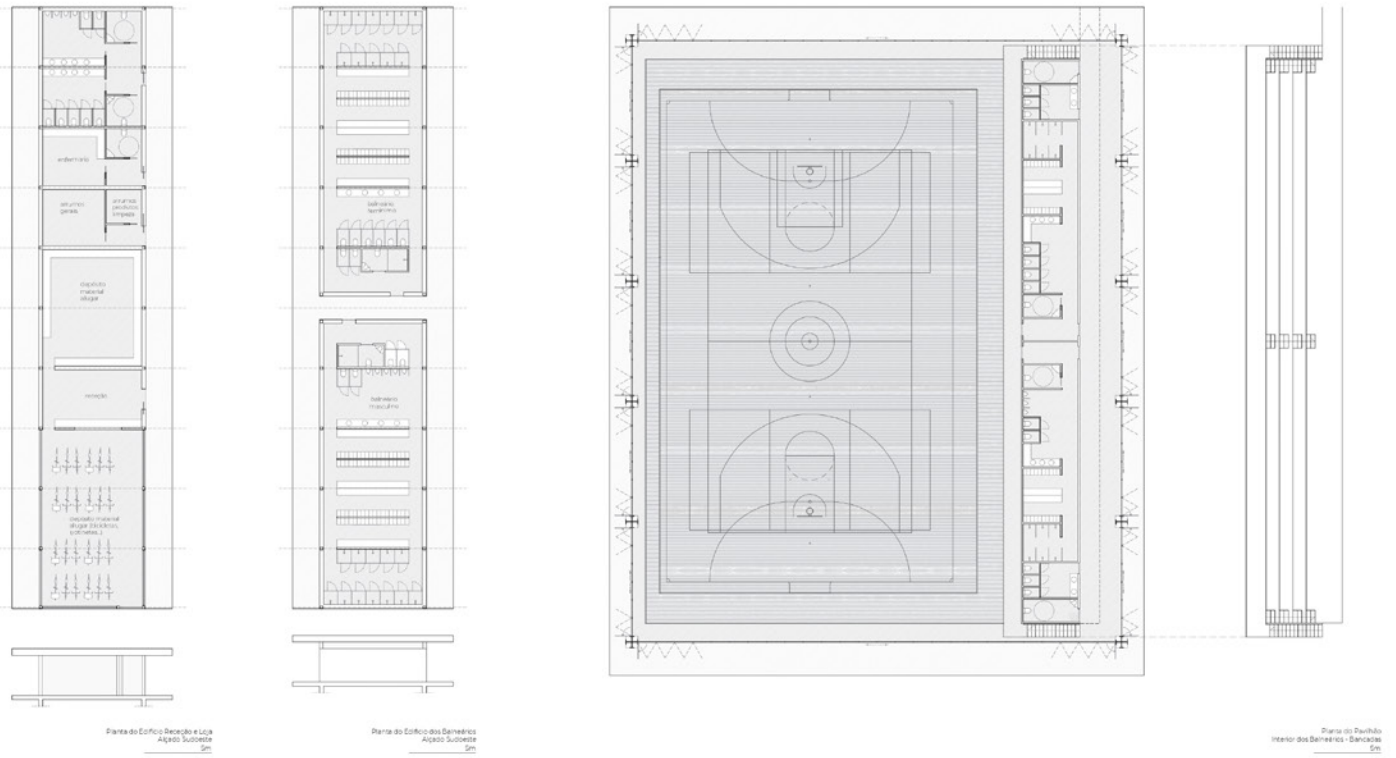
O lago central, criado a partir da alteração topográfica de uma zona infra-estrutural de distribuição de água para rega e outros fins dentro do novo parque desportivo, utilizando o passado, é uma estruturação como elemento estruturante.

Além da nova tipologia construída através de diversos níveis de interação social, principalmente com os parques urbanos. Nos espaços, além da componente ambiental, a ocupação programática de fim recreativo, social e cultural.

Nos limites, entre os edifícios de frente com a cidade, o projeto de criação do vale, a natureza, a paisagem, a paisagem da paisagem pontuando o limite através de uma edificação que conecta o seu edifício e a cidade, a que se aproxima em termos de geometria e de escala. Nos espaços, além da componente ambiental, a ocupação programática de fim recreativo, social e cultural.

O passado através do programa criando espaços, não pertencendo ao local, gerando uma topografia física do lugar, e uma ocupação leve e fluida.

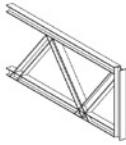








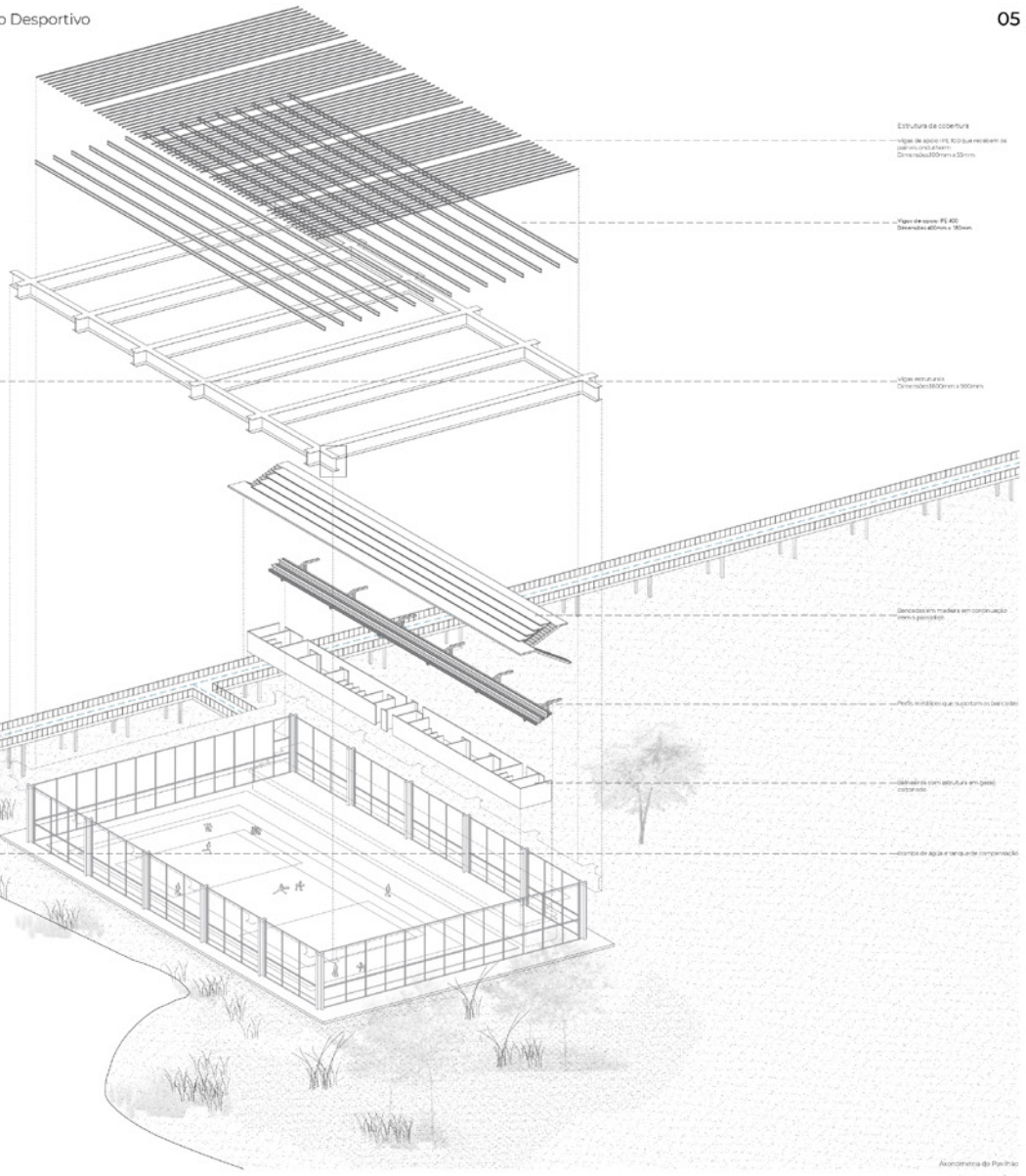
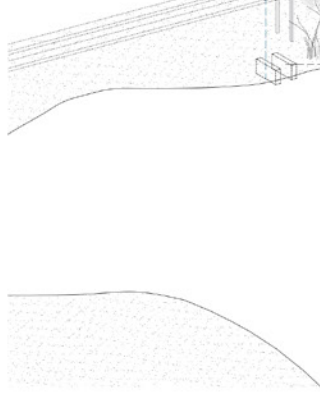
O perfil decorativo, o edifício de maior dimensão do complexo (50m x 40m) é composto por uma estrutura metálica de perfis em I que se dobra de simetria para simetria frontal. O aço cortim, a cor natural e o brilho por causa de elementos funcionais de estrutura de ligação e resoluções, mas também de forma a perpetuar a relação com as construções que se encontram.



Vigas estruturais em forma de treliça vertical e de longitudinal suportadas por pilares, em sua composição por dois perfis metálicos perpendicularmente ligados a plataforma.



O aço está como sistema, uma faceta de retenção, que através dum hidrorepelente tornase a água para o exterior que para ser possível a água não porque para efeitos de rega, etc.



Estrutura de cobertura

-Viga de aço em I, 60 que resistem ao peso do telhado.

-Dimensões: 600mm x 150mm.

-Viga de aço em I, 40

-Dimensões: 400mm x 100mm.

-Viga estrutural

-Dimensões: 800mm x 300mm.

-Elementos em madeira em construção

-Para a proteção

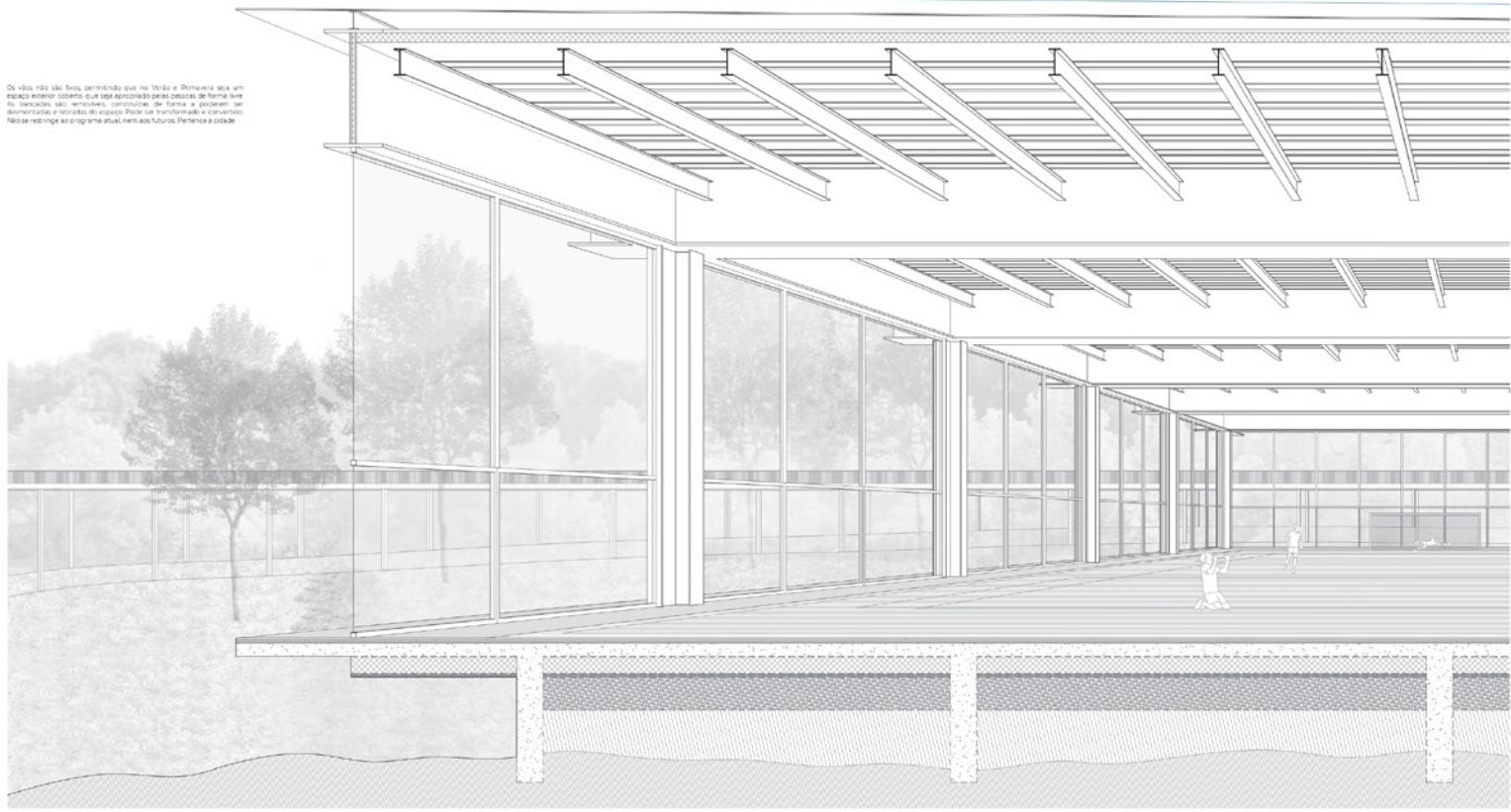
-Perfis metálicos que suportam os bancos

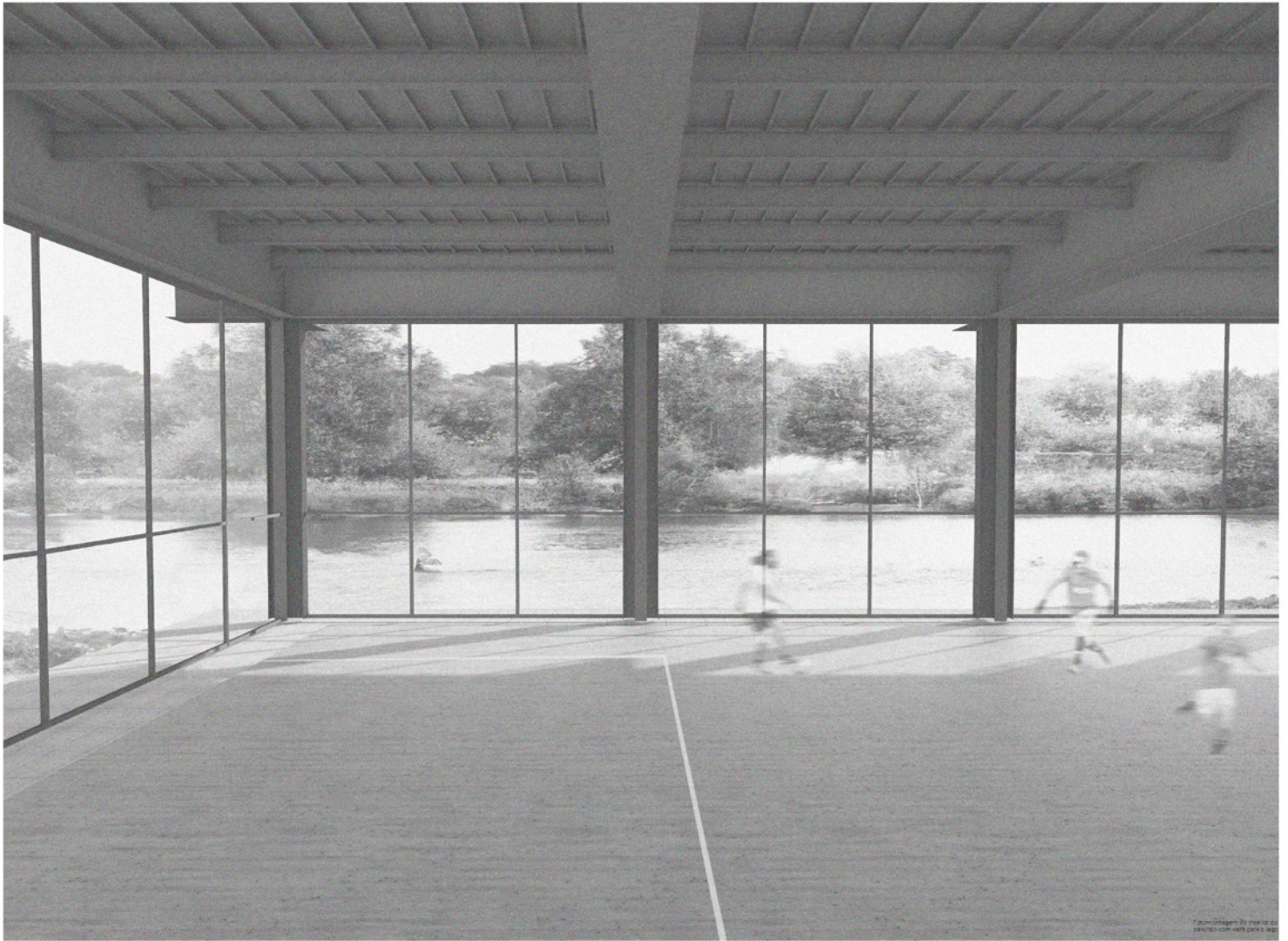
-Cálculo da estrutura em aço

-Cálculo da água e terra em construção

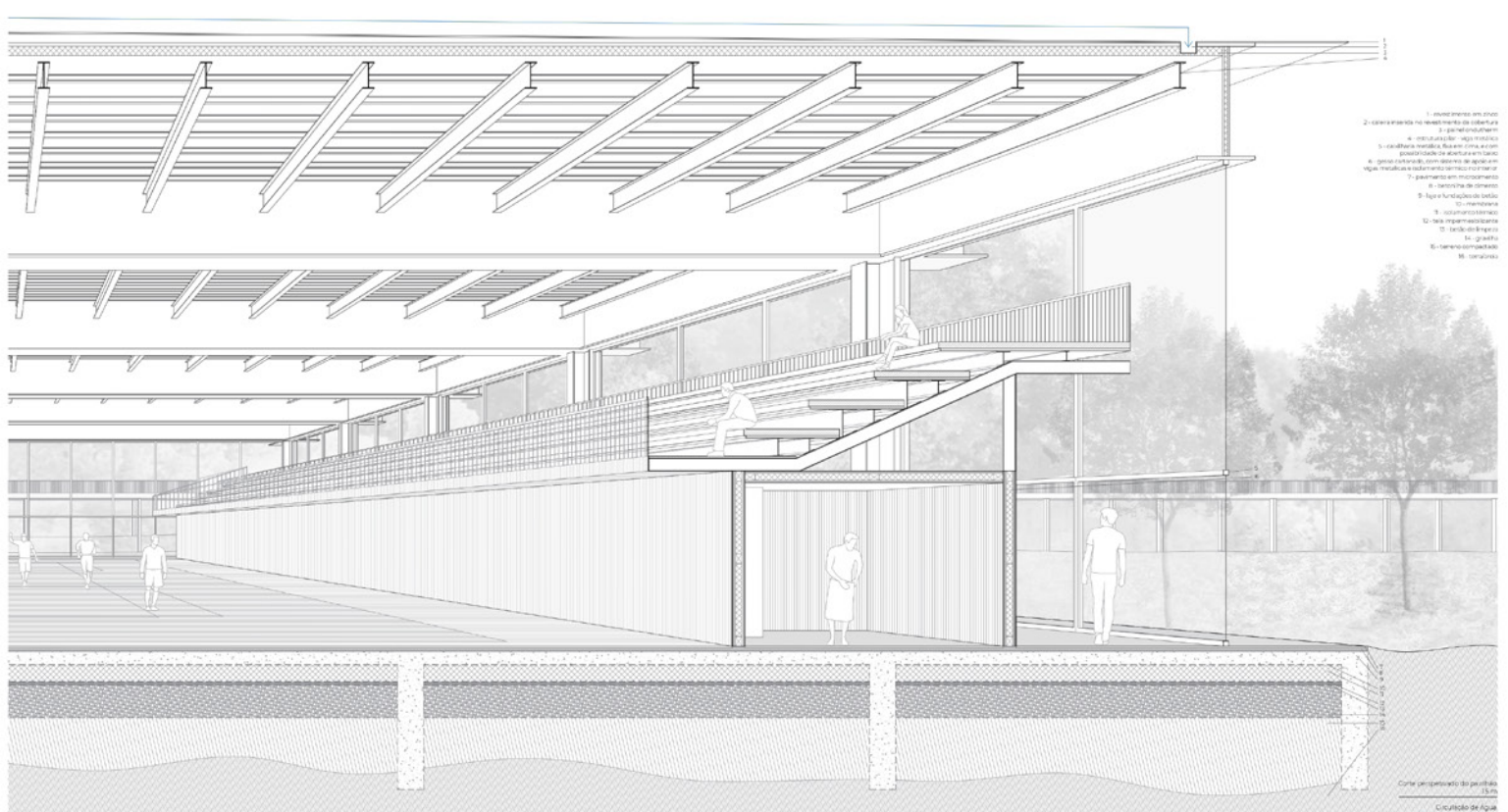
Arquitetura do Pavilhão  
 Criação de Água

Os vãos não são fixos, permitindo que no Verão e Primavera seja um espaço exterior coberto que seja apropriado para pessoas de forma livre. Os bancos são removíveis, permitindo de forma a ocorrerem ser desmontados e retirados do espaço. Pode ser transformado e convertido para ser utilizado no programa atual, como futura, recreação e cidade.





Fotomontagem do interior do pavilhão com vista para o rio





## Bibliografia

AMVC. (1867). Livro de registo das atas das sessões. fl. 90, n.º 55.

Gonçalves, M. (2012). Reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80419>

Park, R., (1915) The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment, American Journal of Sociology, Volume 20, N.º5, The University of Chicago Press

Portas, N. (2000). Vazios Urbanos e planeamento das Cidades. Caderno N.º2. [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO\\_versao%20final.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO_versao%20final.pdf)

Programa Polis. (2000). Plano estratégico de Vila do Conde: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidade. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; rev. Fernando Milheiro. Lisboa: Programa Polis. M.A.O.T

Silva, A. (1906). A nossa Gravura: Avenida Júlio Graça. *Jornal Comércio de Villa do Conde*, n.º 3.

Silva, J. (2021). Imagining The Evident, Again. Monade. <https://www.monadebooks.com/archive/jgs>

Vieira, A. (1998). Imaginar a Evidência. Edições 70.



## **Atlas Construir no SUL**

Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

## Introdução

A conjuntura política e económica do novo milénio envolveu o discurso crítico da arquitetura. Os abundantes anos de 1990, marcados pela consolidação do projeto europeu, deram lugar a uma instabilidade que se alastrou aos vários domínios da sociedade - os conflitos entre ocidente e oriente, as crises financeiras e os avanços tecnológicos marcaram uma mudança de ciclo e o início de uma nova ordem mundial. Este processo acabou por trazer à tona a vulnerabilidade da própria convergência da Europa, revelando a dificuldade dos países do Sul em acompanharem as demandas da economia contemporânea. Um certo sentido introspetivo e humanista, em torno das questões ambientais, dos fundamentos identitários e de soberania, acabou por pautar o discurso dos vários movimentos sociais que se organizaram neste período.

No campo da arquitetura, esta inquietação desencadeou uma sensibilidade regeneradora e a ideia de regresso a uma base sólida, capaz de consolidar os alicerces subjacentes à prática e à cultura de projeto. Em Portugal, as quatro décadas correspondentes ao período democrático foram sendo colocadas em perspetiva, procurando-se nos seus fundamentos uma base idealista para a superação do momento de crise. Neste contexto, o território do Sul, enquanto depósito da ancestralidade cultural da Europa, foi tido como inspiração de uma possível alternativa ao processo instalado.

O regresso de Ulisses a Ítaca, depois da Odisseia relatada de Homero, serve de metáfora à consciência presente neste retorno crítico que, tal como no passado e como demonstrou Winckelmann (1717-1768), se sustenta nos fundamentos de ordem e proporção que podem ser extraídos da cultura clássica. Este processo é também revestido de uma consciência vernacular que incorpora o saber acumulado e depositado nas camadas que sedimentaram o território e a sua geografia e que se relacionam com o saber milenar da própria arquitetura e dos sistemas construtivos, energéticos e tipológicos que lhe estão subjacentes.

Foi esta base que orientou no passado, por exemplo, a produção de Andreas Palladio (1508-1580), quando na sequência do declínio comercial da Sereníssima República de Veneza iniciou a sua produção de villas na região do Vêneto. O sentido clássico da arquitetura paladiana residia no modo como incorpora as bases vitruvianas para alicerçar os critérios de implantação e de domínio da ampla geografia do espaço agrícola. O retorno a um sistema construtivo baseado em lintéis e colunas, abria espaço para um artificioso jogo classicista que dava resposta à afirmação de uma nova sociedade que, após o tratado de Bagnolo (1484) e a abertura das rotas marítimas atlânticas, havia iniciado a expansão da sua presença para terra firme, no interior do Vêneto.

O regresso aos fundamentos da arquitetura funde-se com a inevitabilidade do regresso ao "laboratório" do Sul, onde, desde o crescente fértil, se edificou a base do saber ancestral

subjacente à própria arquitetura, a qual com maior, ou menor, erudição consolida a possibilidade de inversão do conceito de "inovação", pela desmesura culturalista de um território milenar onde está tudo.

A Arquitetura Portuguesa e a cultura do Sul – Vítor Figueiredo e Siza Vieira em Évora.

A instabilidade que marca o atual período social e político, cria a oportunidade para uma leitura sobre a especificidade de um pensamento agregador da teoria da arquitetura portuguesa contemporânea e o seu vínculo à cultura do Sul.

A este respeito faz sentido invocar a clarividência e fecundidade do trabalho do historiador americano George Kubler (1912-1996) que, ao investigar a especificidade do maneirismo nacional realizado no período crítico de perda e retoma de soberania face ao domínio filipino, abriu espaço para uma formulação crítica e historiográfica da arquitetura portuguesa, através da sua obra, de 1972, *Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706* (Kubler, 2005) O sentido periférico e distante que caracteriza o mais Ocidental país do Sul europeu, foi tratado como recetáculo de influências provenientes de outras áreas culturais, como a Flandres ou Espanha. A arquitetura chã, definida por Kubler "entre as especiarias das índias e os diamantes do Brasil" (Kubler, 2005, p. ?), corresponde a uma resposta a fatores conjunturais de ordem político, militar e religioso, que se materializou na expressão de uma arquitetura despojada, que se emancipou diante regras clássicas e das normas académicas, provenientes da tratadística italiana. A essencialidade e economia da arquitetura referenciada por Kubler permitia estabelecer um vínculo de relação entre o passado e o futuro, estimulando uma introspeção capaz de colocar lado a lado as lógicas paladianas e os ensaios de Terzi, Torrava, Baltazar Álvares, ou João e Diogo de Castilho. Ao enquadrar este período histórico, Kubler alicerçou não só o conhecimento historiográfico de uma época ofuscada pela proeminência manuelina, como construiu um argumento de base para agregar uma geração de arquitetos, protagonizada por Siza Vieira (n. 1933) que ganharia visibilidade internacional, após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Revistas como *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Architecture Mouvement Continuïte*, ou a *Lotus Internacional* dariam conta da produção realizada em Portugal nesse período e dos mecanismos conceptuais presentes na produção e no discurso dos arquitetos. Em particular a *L'Architecture d'Aujourd'hui*, que dedicaria à situação portuguesa, logo em 1976, um número temático denominado "Dossier Portugal An II", onde seria realizada uma apresentação de largo espectro, revelando, tal como referia Gonçalo Byrne no seu artigo, "as premissas de uma arquitetura nova" e os mentores empenhados na expressão desse desafio.

O sentido pragmático da arquitetura chã viria a contribuir para clarificar e orientar a ação dos novos arquitetos no momento em que se confrontavam, por um lado, com os



novos territórios que se abriam na periferia das cidades e, por outro, com a necessidade de implementação de um ideário compatível com o esgotamento do movimento moderno. Em 1962, Fernando Távora resumiu tudo isto ao enunciar justamente a ideia de “circunstância” (Távora, 1982, p. 34) como base de um processo humanista da organização do espaço. Por “circunstância” entendia “aquele conjunto de fatores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser.” (Távora, 1982, p. 34). O próprio significado da palavra escolhida por Távora comportava o sentido da obra aberta, edificada com base na consciência de um tempo longo, capaz de acomodar a complexidade das ações realizadas sobre o território.

A relação entre o trabalho de George Kubler e o processo que se desencadeava em Portugal no período de transição para a democracia, foi, contudo, estabelecida por Duarte Cabral e Mello (1941-2013) num artigo publicado na revista *Arquitetura* (Mello, 1979), onde evocava a relevância do trabalho do historiador americano a propósito da arquitetura de Vítor Figueiredo (1929-2004). Cabral de Mello estabelecia um nexo entre a arquitetura chã e a independência e experimentalismo dos programas de habitação social desenvolvidos naquele período, com forte contenção orçamental. Para qualificar o trabalho de Figueiredo, Cabral de Mello realçava no estilo chã, a ausência de ornamentação, a libertação das regras académicas e o sentido vernáculo, mais ligado “às tradições locais vivas do que aos autores de um passado remoto” (Mello, 1979, p. 25). O trabalho de Kubler, abria um caminho de erudição sobre o Inquérito à *Arquitetura Popular Portuguesa* que havia envolvido os arquitetos a partir de 1955 até à sua publicação em 1961, representando uma arquitetura contaminada pelas contradições de um maneirismo realizado à distância dos principais centros culturais da Europa.

Esta mesma base seria mais tarde, na década de 1990, levada ao extremo por Vítor Figueiredo no pólo universitário da Mitra (1992-1995), em Évora, traçando com rigor e essencialidade uma estrutura morfológica definidora de um recinto longo, caracterizado pela monotonia dos seus elementos compositivos, justamente na proximidade da arquetípica igreja do Bom Jesus de Valverde, atribuída a Manuel Pires ou Diogo de Torralva. No contexto da obra de Vítor Figueiredo, a Mitra aparece como síntese de uma teoria da arquitetura para onde convergem os paradigmas essenciais que suportam a “mitologia” do debate disciplinar levado a cabo em Portugal no último quartel do século XX, paradigmas esses que passam pela rejeição das nuances estilísticas impostas: pela novidade; pela busca do acerto da implantação e domínio da topografia; pela procura de um anonimato crente na possibilidade de absorção da obra pela metamorfose do território ao longo do tempo; e pela noção da inserção da obra numa constelação geográfica para onde convergem os sentidos material e imaterial do sítio.

A cidade de Évora seria também palco para Álvaro Siza Vieira que, na sequência dos seus projetos de habitação social da

década de 1970, como a Bouça e São Vítor, inicia em 1977 naquele território alentejano o projeto de urbanização da Quinta da Malagueira. Pela sua dimensão e complexidade, a Malagueira é uma obra central no percurso de Álvaro Siza. Projetada para comportar 1200 fogos em cerca de 27 hectares, esta intervenção envolveu Siza com a cidade de Évora por um período de aproximadamente 20 anos. Este projeto, realizado num território marcado pela presença romana, pontua o arranque de uma extensa fase de exploração conceptual em torno de estruturas eminentemente clássicas, pouco exuberantes e sempre renovadas através de processos de manipulação das referências disciplinares convocadas em cada obra.

Na Malagueira, Siza pôde explorar os fundamentos disciplinares da sua arquitetura, manipulando de modo laboratorial questões básicas, como a infraestrutura, a tipologia, a materialidade branca, o pátio, a luz e a sombra. Neste projeto, a composição cubista de volumes puros, ganha a máxima expressão, tanto pela intensidade da luz como pela profundidade da sombra, variantes que unificam a relação da ampla intervenção, com a proximidade do núcleo urbano da cidade histórica, harmonizando e disciplinando o crescimento da cidade nas últimas décadas.

A plasticidade da Malagueira estabelece uma relação com a inspiração dos vestígios do mundo árabe presentes eminentemente no Sul. O kasbah, enquanto alternativa urbana lançada pelo Team 10 ao determinismo da cidade moderna, é trabalhado por Siza, nas estreitas tensões criadas no interior do bairro e no interior das unidades habitacionais, evidenciando-se neste projeto muito do imaginário coligido na viagem que realizou a Marrocos em setembro de 1967. iv Dessa viagem, como que é possível extrair argumentos implícitos, tanto na obra de Siza, como na própria cultura portuguesa, tal como escreveu Alexandre Alves Costa (n.1939), compagnon de route nesta aventura:

“E assim (...) nos aventurámos (...) pelas cidades que aportuguesámos ou construímos, pelas capitais imperiais, pelos Atlas, pelos vales dos rios que chegam ao mar. Pelo Sahara numa silenciosa areia que não foi pisada e, entre mesquitas, minaretes e ruínas de cidades clássicas, atravessámos fileiras de cavalos que sacudiram suas crinas nos alísiosv, entre visões poeirentas de alcácereskibires, com a serenidade de quem revisita as terras da sua infância agora explicadas pelo Guide Bleu. (Costa; Vieira, 2011, p. 7)

O Sul como laboratório da construção moderna em Portugal

Recuando um pouco no tempo, interessa observar o Sul na genealogia do pensamento crítico da arquitetura moderna em Portugal. Os acertos e desacertos inerentes à tão “desejada” articulação entre modernidade tradição que marca o debate arquitetónico nacional durante século XX, encontra nos dados lançados por Raul Lino (1879-1974) em torno da campanha da “Casa Portuguesa” (Figueiredo, 2007, p. 319-366) e da sensibilidade meridional que lhe estava

subjacente, um dos pilares fundamentais das controvérsias.

Os dados são lançados pelo autor de *A nossa Casa* (1918) e *Casas Portuguesas* (1933) ainda no final de oitocentos, o assunto adquire, no entanto, maior visibilidade em 1900 aquando da proposta que apresenta para o pavilhão de Portugal na Feira Universal de Paris, momento em que segundo o próprio propunha “um atrevimento (...) inspirado em estilos de várias épocas combinados numa composição verosímil e bastante harmoniosa, em que sobressaíam reminiscências amouriscadas do nosso Alentejo”, atribuindo aquela região o estatuto de seu “primeiro namoro depois do regresso a Portugal,” (Lino in AAVV, 1969, p. 29) após os seus estudos em Hanôver e da convivência com o seu mestre alemão Abercht Haupt (1852-1932).

O grand tour impressionante que Lino realiza em Portugal, em 1897-1898, na companhia do aquarelista Roque Gameiro (1864-1935), marca o início do deslumbramento meridional e pelo “estilo de vida” do Sul, interessando-lhe nesta viagem em especial “o mudejarismo e o pseudo-mudejarismo do Alentejo e Algarve”vi. Segundo Pedro Vieira de Almeida, seria esta “Peregrinação que o fizera entender os valores formais de uma arquitetura de sol, as subtilezas dos jogos de claros escuro, de transparências e reflexos de muros caiados e de maneira mais responsável, os valores de habitar que esse vocabulário definia”.

Raul Lino empreenderá novamente uma incursão ao Sul, para visitar Marrocos, logo em 1902, com o apoio de Alexandre Rey-Colaço e de seu irmão Emílio-Rey que vivia em Tânger, de onde era originária a família. Seria este o argumento definitivo para sustentar a hipótese das “4 Casas Marroquinas”, lançado pelo próprio Vieira de Almeida no catálogo sobre Lino, aquando da exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1970 (Pimentael et al, 1970, p. 138). As Casa Monsalvat (1901), Silva Gomes (1902) e Villa Tânger (1903), no Monte do Estoril e Casa Jorge O’Neill (1902), em Cascais, que marcam o princípio da atividade do arquiteto, refletem a influência das experiências imersivas num território onde as formas e as vivências se expunham descontaminadas, permitindo-lhe uma espécie de regresso ao início dos tempos.

O interesse de Raul Lino pelo Sul, foi naturalmente estimulado pelo interesse que Albercht Haupt possuía pela arte renascentista realizada nos países do Sul e nomeadamente em Portugal, onde encontrava características particulares e distintivas. A pesquisa *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (Haupt, 1986), corresponde à sua tese de doutoramento, defendida em 1893, na Universidade Hanôver, traduzindo o resultado das viagens que realizou a Portugal entre 1886 e 1888 (Belchior, 2010).

George Kubler, em *Plain Architecture*, trabalhou sobre a base de pesquisa realizada por Albercht Haupt. O interesse de ambos no período que se segue ao manuelino tardo-gótico permite a formulação de um vínculo relacional entre ambos,

que sustenta tanto o interesse e o encantamento gerado pelo período renascentista e maneirista no Sul da Europa, como o reconhecimento da sua especificidade no contexto nacional, face ao trabalho realizado em outras paradas europeias, argumentos que contaminaram o pensamento e a ação crítica os arquitetos na formulação de um pensamento moderno tanto no limiar do século XX, como na sua reta final a partir dos anos que se seguiram à revolução e que marcam em definitivo a afirmação internacional da arquitetura portuguesa.

#### Conclusão – Revista Estudo Prévio

“Construir no Sul” alude a um sentido laboratorial, sobre os fundamentos da arquitetura enquanto área disciplinar os quais, em momento de crise, se apresentam como itinerário consistente de pesquisa. Ao mergulhar-se no Sul neste número da revista *Estudo Prévio*, procura fixar-se um discurso integrador de várias latitudes e autores.

É neste contexto que abrimos com Álvaro Domingues e Ana Silva Fernandes e com uma leitura crítica sobre a contemporaneidade e sobre os fenómenos urbanos que escapam ao mundo ocidental. Através de um programa curricular debatem-se os critérios da “Urbanização da Pobreza” e da crise instalada nos mecanismos de gestão territoriais.

O enquadramento deste processo à escala global, lança a possibilidade de um olhar longínquo sobre a proeminência do Sul enquanto palco primordial de uma modernidade observada por Jorge Luís Borges e pela *Revista Literária Sur*. Este tema é abordado por José Luís Saldanha, demonstrando a antecipação de uma cultura nova, que se materializa nas nuances geradas pelos conflitos colocados pelo tempo novo.

Alexandre Marques Pereira apresenta o caso do grand tour de Gunnar Asplund ao Sul Mediterrâneo, realizado na tradição do Romantismo Neo-Clássico oitocentista, identificando o encantamento dos arquitetos nórdicos pelo berço da cultura clássica e pelo sentido de perenidade que esta comporta.

As dicotomias entre o Norte e o Sul, são exploradas por Alexandra Saraiva através da figura de Raúl Hestnes Ferreira, trazendo para o plano nacional os fundamentos de uma monumentalidade realista, própria da cultura mediterrânea, que é apreendida à distância, entre as paradas finlandesas e norte-americanas. Ana Vaz Milheiro, dá continuidade a este discurso através de Manuel Vicente, o qual, com um percurso tangente ao de Raúl Hestnes aprofunda a “viragem” para Sul e o estabelecimento de pontes com o Oriente numa extensa diáspora cultural, que surge fundida na sua produção arquitetónica e intelectual.

“O detalhe do projeto geral” é o argumento de José Maria Assis e Santos para fazer o elogio da sombra no pólo universitário da Herdade da Mitra, obra conclusiva do itinerário arquitetónico de Vítor Figueiredo - recetáculo inacabado de um saber

intemporal.

Filipe Mónica encerra o dossier “Construir no Sul” com entrevistas curtas a um conjunto de arquitetos que participaram no curso de verão homónimo, realizado no ISCTE-IUL entre os dias 27 de junho e 1 julho de 2016.

**Notas:**

i CORREIA, José Eduardo Horta (2005) “Prefácio à edição portuguesa” em KUBLER, George - *A Arquitetura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*. 2ª edição Nova Vega, Lisboa, 2005. ISBN 972-699-758-5. (p. 8-9).

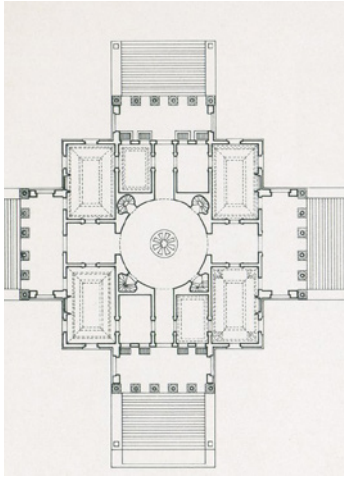
ii Cf. VIEIRA, Álvaro Siza; ROUSSELOT, Christine; BEAUDOIN, Laurent - “Entretien avec Álvaro Siza” em *Architecture Mouvement Continuïte*, nº 44 de 1978; AAVV - “Dossier Portugal An II” em *L’Architecture d’Aujourd’hui* nº 185 –, de maio/junho de 1976; VIEIRA, Álvaro Siza - “L’Isoala Proletária come Elemento Base del Tessuto Urbano”, em *AA.VV Lotus International – Rinnovo Urbano*, nº 13 de 1976; GREGOTTI, Vittorio - “Oporto. L’esperienza dei Saal, di Alexandre Alves Costa Interventi a S. Victor, Bouça, Lapa, Leal, Antas, Miragaia, Barredo, Lada Oporto”, em *AA.VV - Lotus International – Architettura nella Città Storica*, nº 18, de 1978; HATCH, Richard - *The Scope of Social Architecture*, New Jersey Institute of Technology, de 1984. (SAAL/Curraleira, Lisbon Portugal / SAAL and the Urban Revolution in Portugal / Designing Curraleira).

iii BYRNE, Gonçalo “Quelques prémices pour une architecture nouvelle” em *AAVV - L’Architecture d’Aujourd’hui – Dossier Portugal An II*, nº 185, de maio/junho de 1976 (p. 32-33). iv Viagem a Marrocos realizada em setembro de 1967 por Álvaro Siza na companhia de Alexandre Alves Costa, Beatriz Ekroth, José Grade, Luísa Brandão, Maria Antónia Leite e Sérgio Fernandez. Cf. COSTA, Alexandre Alves; VIEIRA, Álvaro Siza - *Marrocos 1967, Circo de Ideias*, Porto, 2011. ISBN 978-989-95995-2-9.

v \* Dante Alighieri (tradução de Vasco Graça Moura) – *La Divina Commedia: L’inferno*. 1996, Cant. XXVI, tert. 33-37, (p. 241).

vi MANTA, Paulo - Raul Lino – *Arquitetura e Paisagem (1900-1948)*, tese de doutoramento, texto policopiado, ISCTE-IUL, Lisboa, 2012. (pág. 109); Cit. LINO, Raul, (1970) *A vida corre – o Tempo continua [palestra]* Acessível no arquivo da família. (pág. 4).





4



5



6



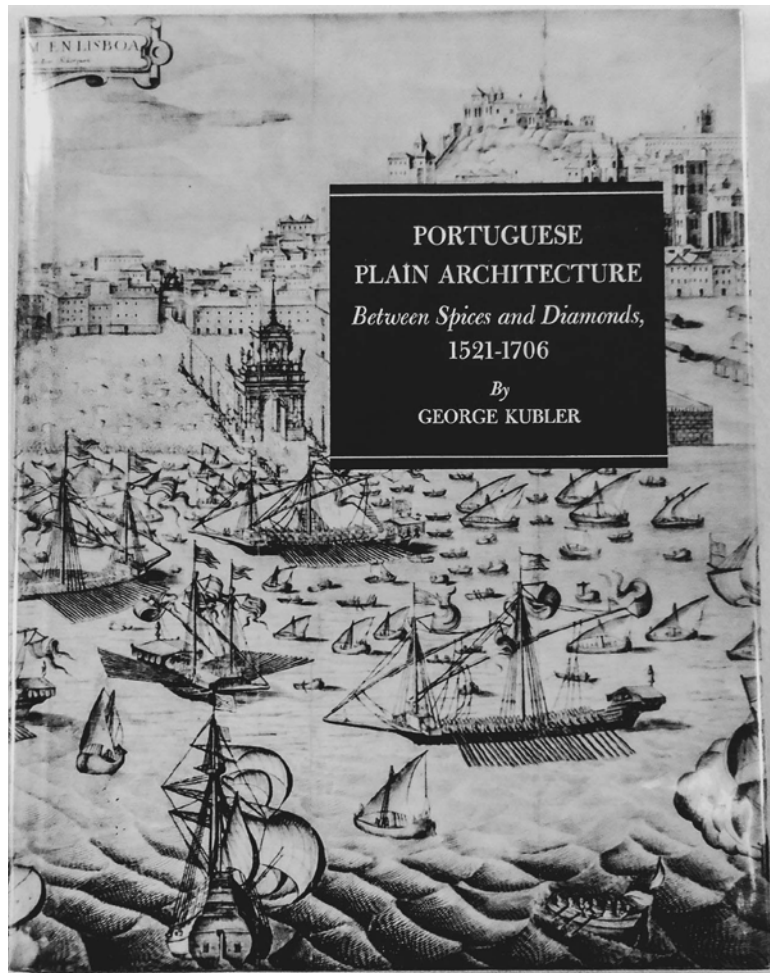
7

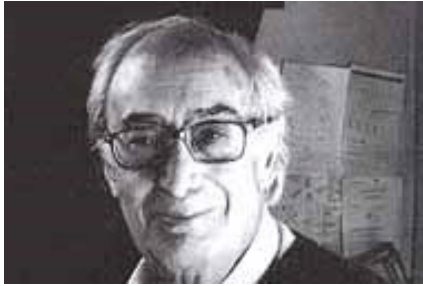


8



9

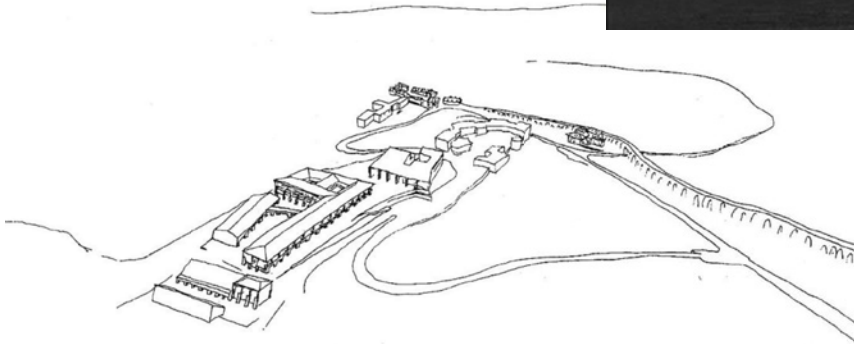




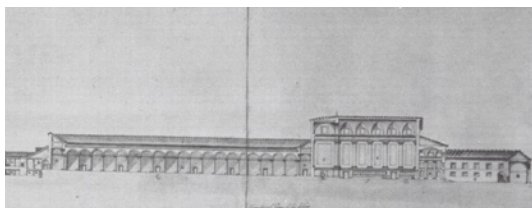
11



12



13



14

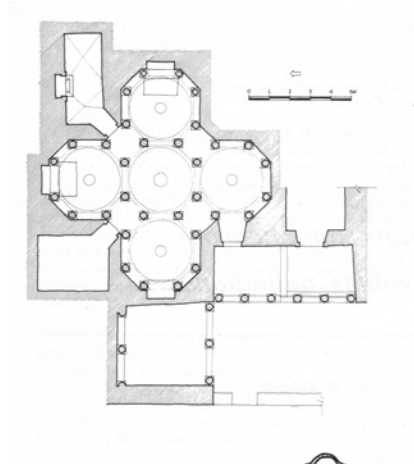


15

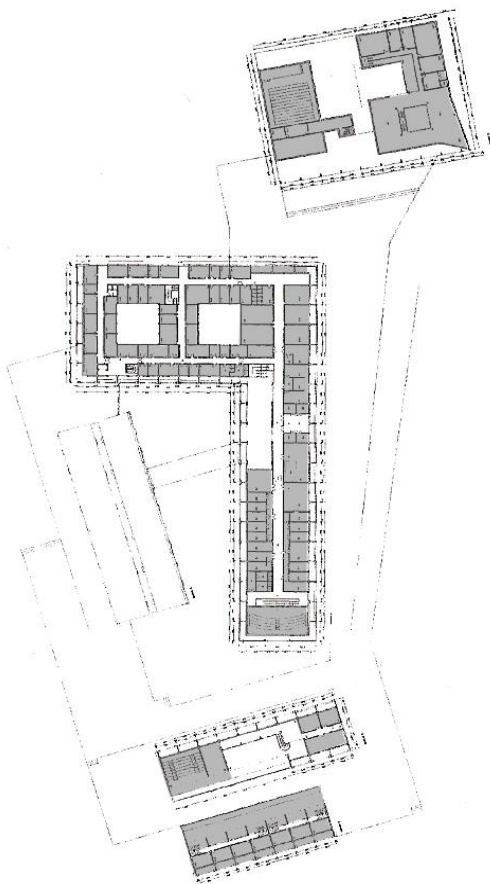


FOTO 24. Mitra, Bom Jesus de Valverde, interior, 1550-60 (M. Novais).

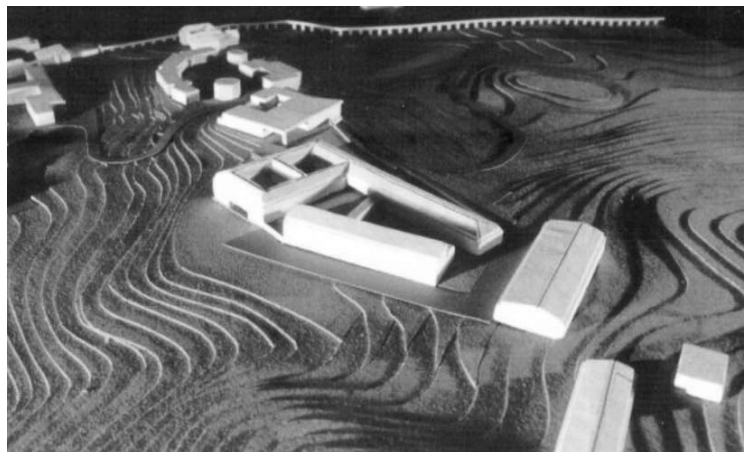
16



17



19

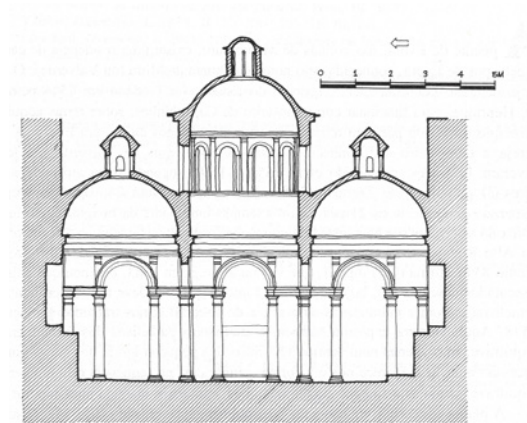


20





18



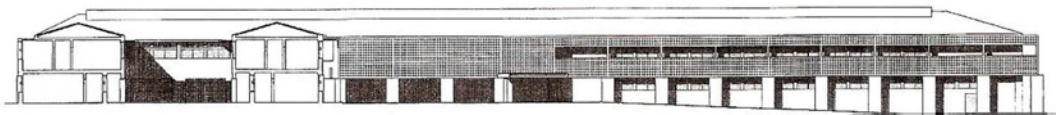
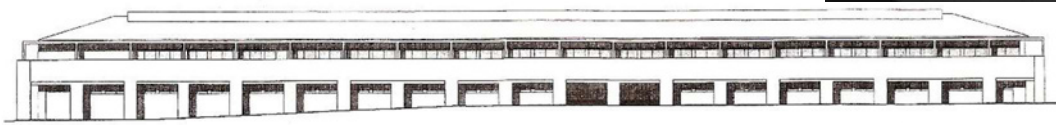
22



21



23



24



25



26



27



28



29



30



31



32



33



FOTO 13. Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, João de Castilho (?), c. 1530-40, interior

34



35



36



37



N° 185 Mai/Juin 1976  
Histoire et tendances  
de l'architecture portugaise



39



40



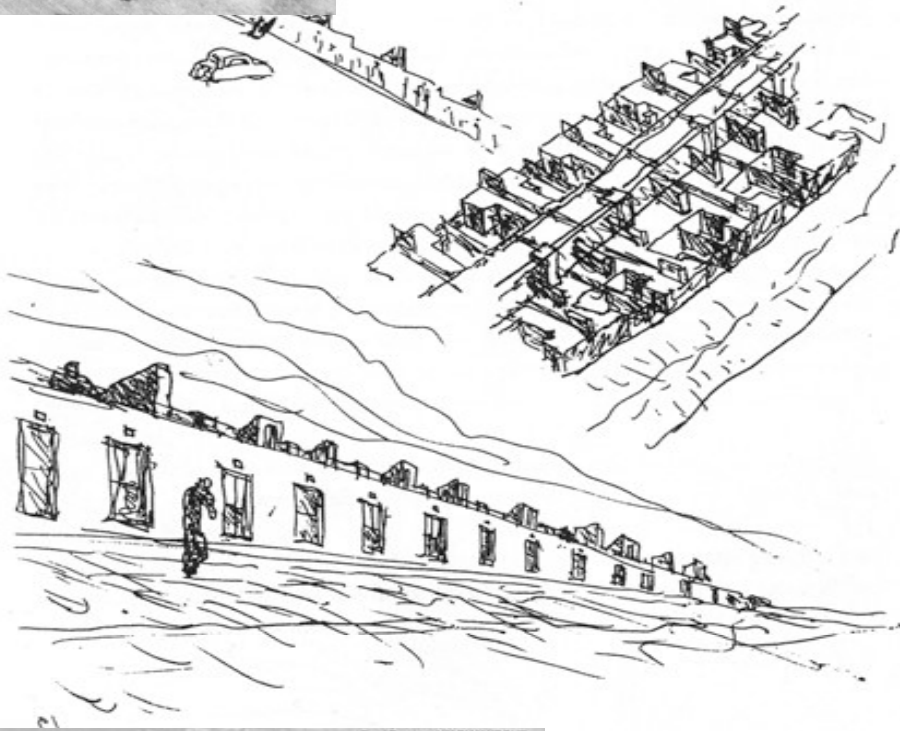
41



42



43

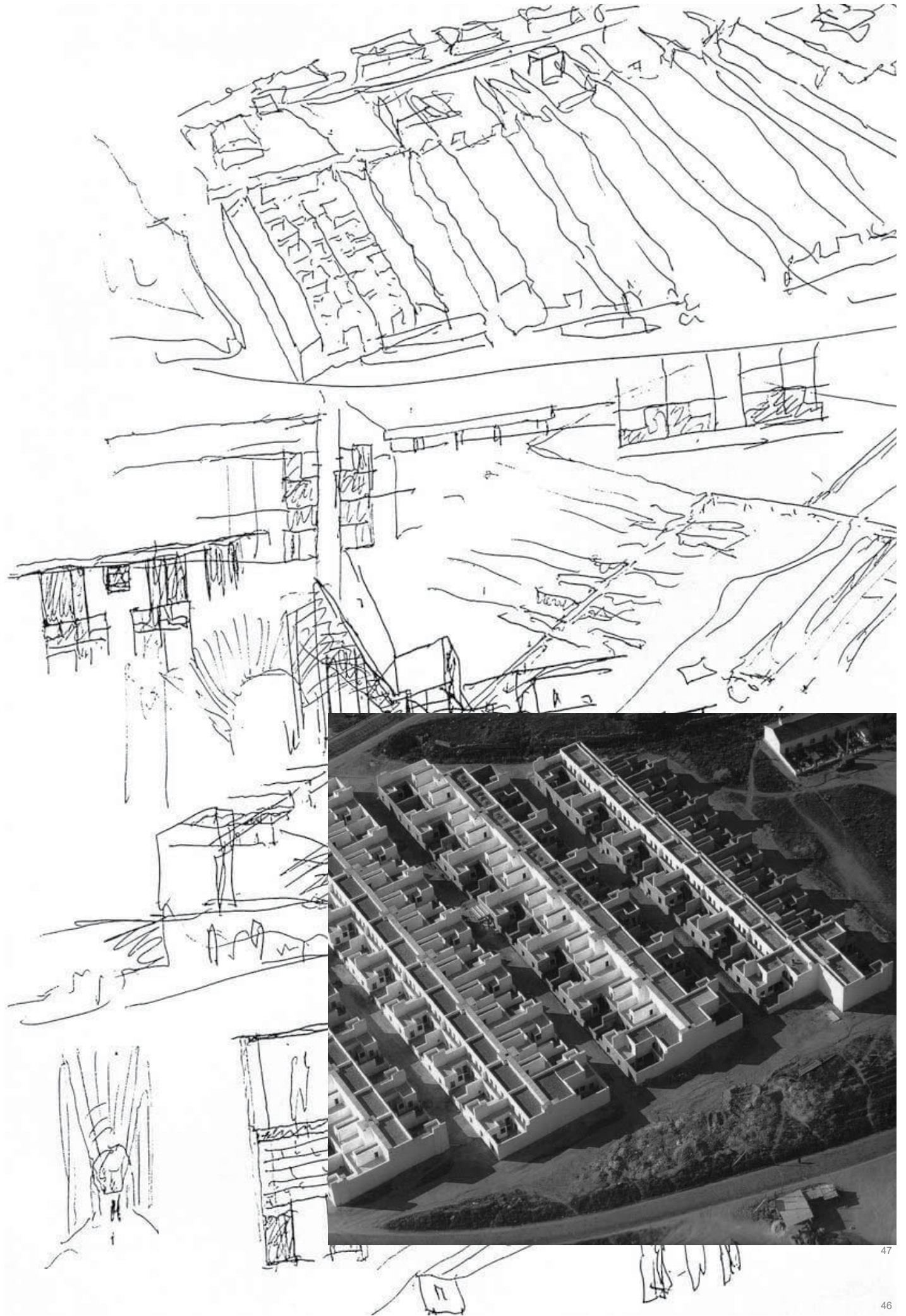


Ford Personnel KACI MAHROUR

45

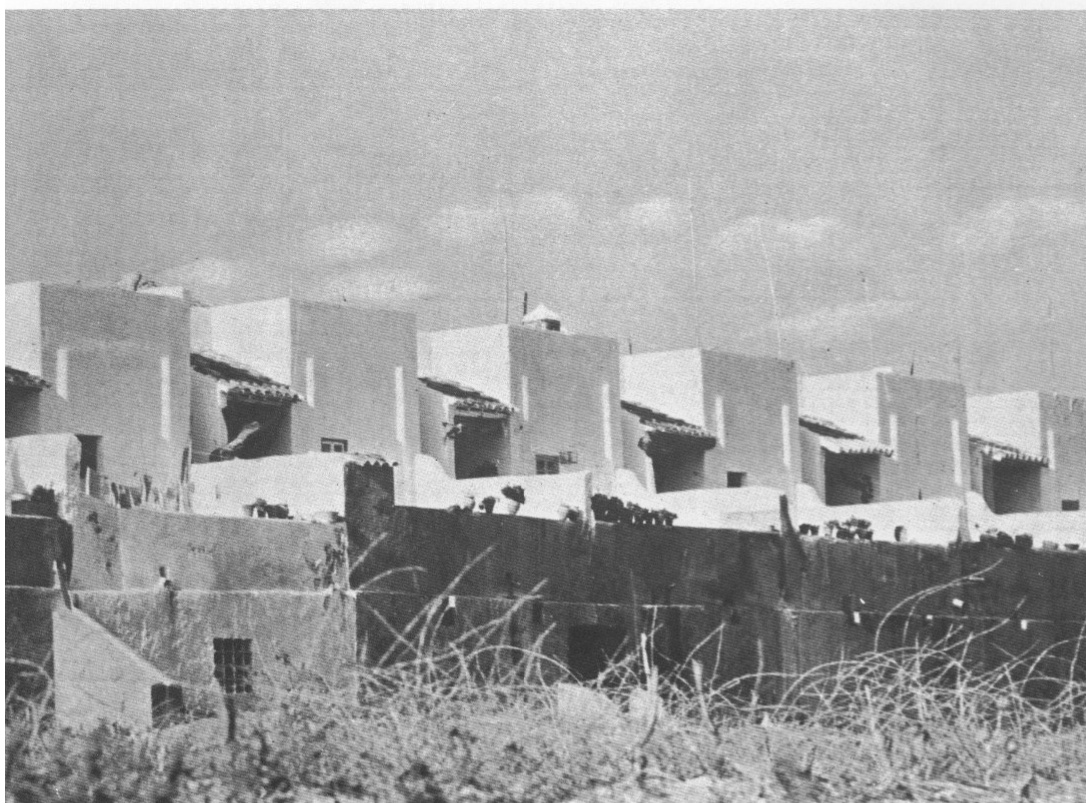
44





plano general de situación (ver el anexo)





51



É notável o equipamento deste terraço, integrado na construção, o poço comum a duas habitações contíguas e o tanque para lavagens.

O partido conseguido do declive do terreno e o movimento de volumes das construções dão ao conjunto do alçado posterior, voltado ao Sul, um carácter muito especial.

Nas habitações de Olhão, entra-se directamente para a sala, seguindo-se dois quartos contíguos em comunicação com um estreito corredor que conduz à cozinha, localizada ao fundo da casa e ocupando, como a sala, toda a largura. A cobertura é feita com abóbadas de berço, correspondendo uma aos quartos, outra ao corredor, e à sala uma outra, mas de tendência esférica e um pouco mais elevada, acentuando a importância atribuída a esta peça da habitação. Por vezes, esta abóbada esférica é substituída por um telhado de 4 águas, formando, interiormente, tecto de macieira.

Os quartos, interiores, têm um ambiente muito agradável, conseguido pela luz natural, que recebem através de uma pequeníssima clarabóia, constituída por um vidro quadrado, embutido numa leve elevação praticada na abóbada.

52



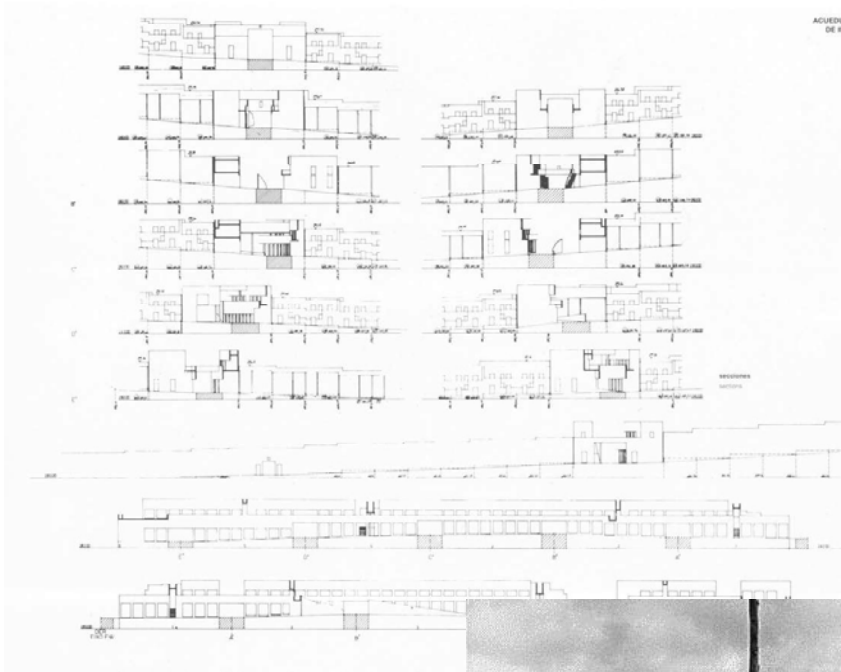
53



54



55



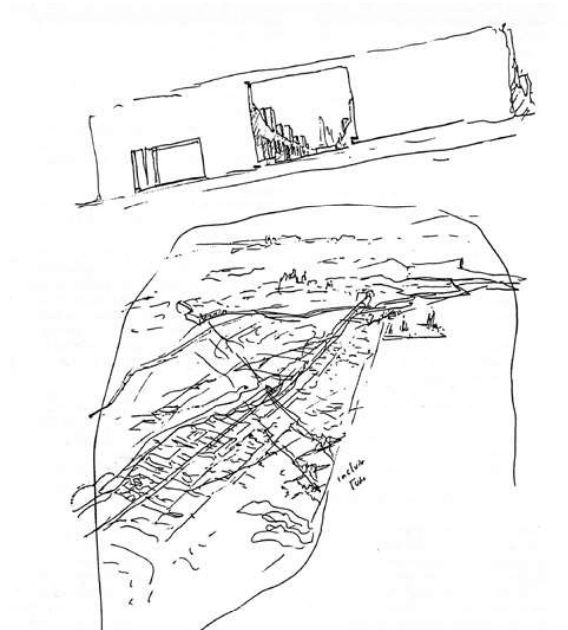
56

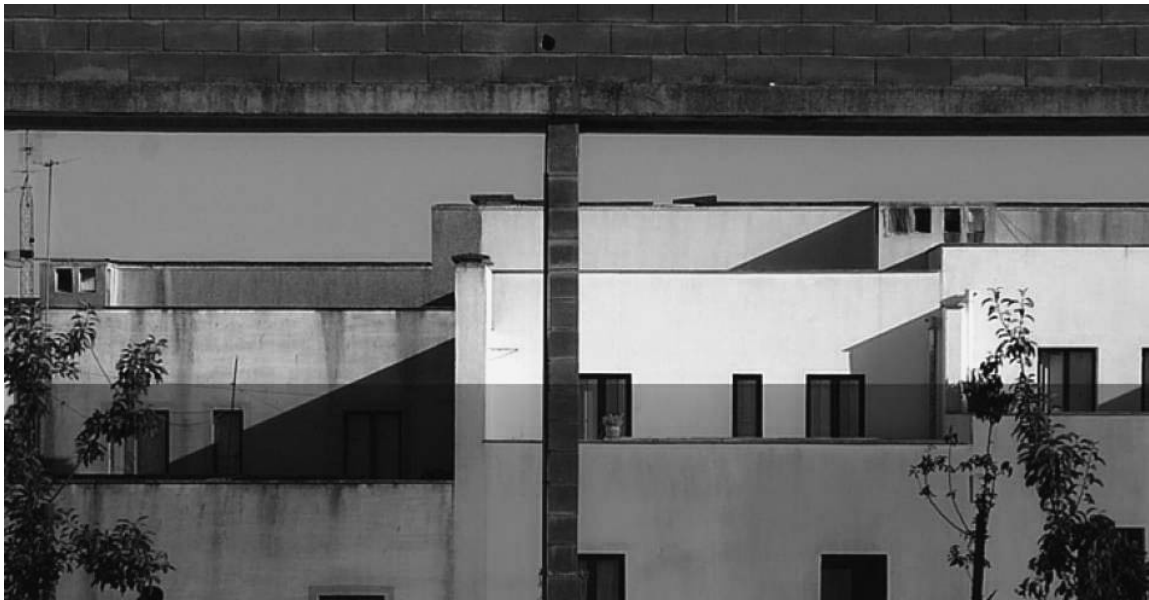


57



58





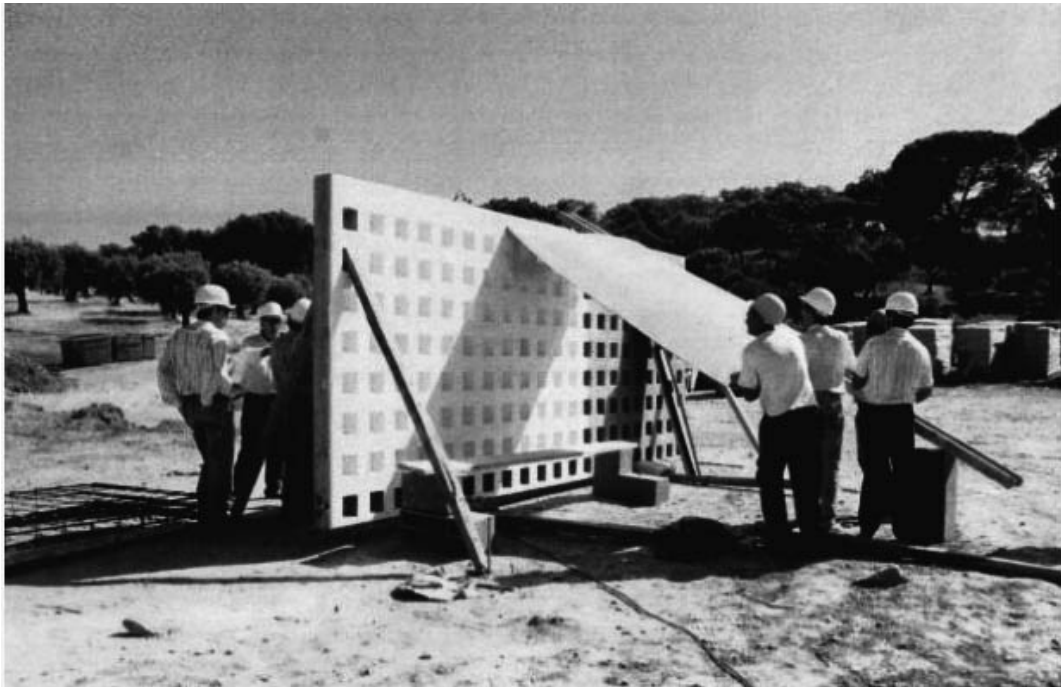
62



63









## Índice de Figuras

1. Panteão Nacional de Roma.
2. Basilica de Fano, Marco Vitruvio Pollione.
3. Planta de uma Casa Grega, Marco Vitruvio Pollione.
4. Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
5. Fotografia da Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
6. Villa Chiericartti, Andrea Palladio.
7. Fotografia da Villa Chiericartti (©David Nicholls, 2016).
8. Villa Cornado, Andrea Palladio.
9. Fotografia da Villa Cornado (autor desconhecido, 2014).
10. Capa do Livro «Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706», (© George Kubler, 1972).
11. Retrato de Vitor Figueiredo (in Publico).
12. Fotografia da quinta do Paço de Valverde (©Direção Geral do Património Cultural - DGPC).
13. Esquiço do Polo Universitário de Mitra (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
14. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 14 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
15. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (© George Kubler, 1972, Gravura 5).
16. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 24).
17. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (© George Kubler, 1972, Figura 14).
18. Fotografia Polo Universitário da Mitra (©José Maria Assis e Santos, 2016).
19. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
20. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
21. Fotografia do Convento de Valverde (autor desconhecido).
22. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (© George Kubler, 1972, Figura 14).
23. Fotografia do Polo Universitário da Mitra ( Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
24. Corte e Alçado Nadcente e Poente do Polo Universitário da Mitra (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
25. Fotografia do Pólo Universitário da Mitra (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
26. Fotografia do Claustro do Convento de Valverde (©Arquivo Municipal de Évora, 1960).
27. Fotografia do Pólo Universitário da Mitra (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
28. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
29. Fotografia Polo Universitário da Mitra (©José Maria Assis e Santos, 2016).
30. Fotografia do Convento de Valverde (©SIPA: DGEMN/DREMS; FOTO.00177480).
31. Fotografia do Polo Universitário da Mitra ( Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
32. Fotografia do Polo Universitário da Mitra ( autor desconhecido).
33. Fotografia do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
34. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 13 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
35. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
36. Fotografia do Interior do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
37. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
38. Capa da Revista Architecture Aujourd'hui - Dossier Portugal An II (©Architecture Aujourd'hui, 1976).
39. Recorte de imagem da pagina 16 do livro « 1967, Marrocos» (©Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza; 2018).
40. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
41. Fotografia do Kasbah de Marrocos (autor desconhecido).
42. Arquitetos portugueses em viagem pela Grécia, verão de 1976. Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira (à direita), entre outros. (©Arquivo pessoal do Arquiteto Alexandre Alves Costa).
43. Recorte de imagem da pagina 15 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
44. Esquiço Bairro da Malagueira - «Estudo para a agregação das casas» (©Álvaro Siza, 2000).
45. Fotografia do Kasbah de Argel (©Instituto Francês d'Alger).
46. Esquiço do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçodearquitetura.com, 2020).
47. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçodearquitetura.com, 2020).
48. Fotografia do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
49. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
50. Recorte de imagem da pagina 77 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
- 51/52. Recortes de imagens da pagina 105 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
53. Recorte de imagens da pagina 105 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
54. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
55. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
56. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
57. Recorte de imagem da pagina 106 do livro « Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
58. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
59. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Ricardo Loureiro, 2007).
60. Esquiço bairro da Malagueira - «A relação entre o aqueduto e as casas» (©Álvaro Siza, 2000).
61. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
62. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Tribuna Alentejo, 2015).
63. Esquiço bairro da Malagueira - «Estudo da relação entre a dimensão do alojamento e a articulação do espaço exterior» (©Álvaro Siza, 2000).
64. Restauro do Panteão de Roma (©LIFE MAGAZINE, 1925).
65. Execução das grelhas de sombreamento (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).



